

Vanessa Maria da Costa Pita

2º Ciclo de Estudos em *História e Património*

(especialização em Mediação Patrimonial)

A evolução da paisagem urbana da cidade da Guarda:
ativação/desativação do património edificado.

2013

Orientador: Prof^a Doutora Inês Amorim

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Sumário

Agradecimentos	4
Resumo	5
Abstract.....	6
Introdução: Justificação, objetivos, fontes e métodos.	7
1.1 – Justificação e objetivos.	10
1.2 – Fontes e métodos.	12
Parte I.....	17
2 – O património e o urbanismo na história.	17
2.1 – O património.	18
2.2 – O urbanismo.....	24
2.2.1 – Os centros históricos.....	31
Parte II	34
3 – Caraterização de um espaço – o concelho e a cidade da Guarda.....	35
3.1 – As singularidades da fundação – uma cidade de fronteira.	37
3.2 – Os movimentos económicos.	39
3.2.1 – A importância da transumância.	40
4 – A evolução da paisagem urbana da cidade da Guarda.....	46
4.1 – Do séc. XII ao séc. XVIII: A formação da cidade – desde o núcleo primitivo, até à sua plena constituição.	48

4.1.1 – Os Forais e os Foros e Costumes.....	62
4.1.2 – As feiras e o desenvolvimento económico e urbano da cidade.	72
4.2 – Do séc. XVIII ao séc. XX: A grande expansão – o crescimento definitivo extramuros.	80
Parte III	96
5 - Processos de valorização e desvalorização do património edificado do centro histórico da cidade da Guarda.....	100
5.1 – Castelo da cidade da Guarda.....	100
5.2 – Património religioso: Sé Catedral, Igreja de São Vicente e Igreja da Misericórdia.	116
5.3 – Sanatório Sousa Martins.	131
5.4 – Planos e projetos urbanísticos estruturantes e a Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda.	140
5.5 – O turismo como valorização do património da cidade da Guarda.....	161
Conclusão prospetiva: uma proposta de visitas “virtuais”.	170
Bibliografia	179
Anexos	189

Agradecimentos

Gostaria antes de mais de agradecer à orientadora desta dissertação, Prof^ª Doutora Inês Amorim, assim como aos restantes professores que nos acompanharam ao longo do Mestrado em História e Património. O contributo que nos foi legado, em cada uma das suas unidades curriculares, mostrou-se essencial na elaboração deste estudo.

Agradeço igualmente à Câmara Municipal da Guarda, à Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço e à Biblioteca do Instituto Politécnico da Guarda por toda a informação e atenção disponibilizadas.

Por fim, agradeço aos meus pais, por tudo.

Resumo

Na presente dissertação, propomo-nos analisar os processos de valorização ou desvalorização do património edificado presente no centro histórico da cidade da Guarda, que configuraram a evolução da paisagem urbana. Partindo da explicitação das noções de património, urbanismo e centro histórico (parte I), seguimos com a caracterização do espaço de estudo, ou seja, a inserção da própria cidade da Guarda no respetivo concelho e distrito. Análise essa efetuada de um ponto de vista da evolução histórica em concordância com a história urbanística da cidade em si e do que dela se avista e a envolve (parte II).

Por fim, identificaram-se e justificaram-se os processos de valorização e desvalorização dos principais testemunhos de património edificado, presentes no centro histórico da cidade da Guarda – *Castelo da Guarda, Convento de Santa Clara, Sé Catedral e Igreja de São Vicente* –, assim como de edifícios que, apesar da sua localização extramuros, contribuíram para o desenvolvimento urbanístico da cidade e, em larga medida, para a proteção do património intramuros – *Igreja da Misericórdia e Sanatório Sousa Martins*. Este percurso serve-nos, assim, para demonstrar os usos patrimoniais aplicados ao turismo (parte III).

Para efetuar esta análise, recorreremos ao estudo de planos e projetos urbanísticos estruturantes, nomeadamente o projeto realizado pela Universidade de Aachen (Alemanha), “*Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda*”; *Plano Diretor Municipal, Plano Estratégico*, e o *Programa Polis*, assim como à enumeração da informação produzida por várias associações/ instituições, cívicas ou públicas – *Culturguarda, AGPUR, Turismo da Guarda* –, que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que o turismo se tornasse num fator valorativo de relevância, no sentido de proteger e divulgar o património da cidade da Guarda.

Palavras-chave: Património; Património edificado; Urbanismo; Centro histórico; Cidade da Guarda; Processos de valorização e desvalorização.

Abstract

In this dissertation, we propose to analyze the processes of appreciation or depreciation of the built heritage in the historic center of the city of Guarda, evaluating the evolution of the urban landscape. Based on the clarification of the notions of heritage, urban planning and historic center (part I), we continue with the characterization of the area of study, meaning, the district, county, and the city of Guarda itself. That analysis will be carried out from the point of view that crosses the historical evolution with the urban planning history of the city itself and what can be seen and surrounds it (part II).

Finally, we identified and justified all aspects in relation to the processes of appreciation and depreciation of the main examples of built heritage that exist in the historic center of the city of Guarda – *Castelo da Guarda, Convento de Santa Clara, Sé Catedral e Igreja de São Vicente* –, as well as buildings that despite its location outside the walls, contributed to the urban development of the city, and also to the protection of the heritage intramural – *Igreja da Misericórdia e Sanatório Sousa Martins*. This route serves us to demonstrate the heritage uses applied to tourism (part III).

To perform this study, we also resorted with the study of structural urban plans and projects, including the project conducted by the University of Aachen (Germany), “*Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda*”; *Plano Diretor Municipal, Plano Estratégico*, and the *Programa Polis*; as well as the list of information produced by organizations/ institutions, civic or public – *Culturguarda, AGPUR, Turismo da Guarda* –, which in one way or another contributed so that the tourism could become an evaluative factor of importance in order to protect and disseminate the heritage of the city of Guarda.

Keywords: Heritage; Built heritage; Urbanism; Historic center, City of Guarda; Processes of appreciation and depreciation.

Introdução: Justificação, objetivos, fontes e métodos.

A expressão de Marc Guillaume poderá anunciar o propósito orientador desta dissertação: a análise empírica (e também teórica) do Património como “a parte desactivada das coisas vivas (...) que passa a ser alvo de uma referência valorizante” (GUILLAUME, 2003: 25)¹. Esta aceção aplica-se na longa duração, ou seja, ao processo de ativação/desativação de algo, consoante as condicionantes de carácter económico, político e social. Frequentemente acontece que uma modificação do ambiente social, mais ou menos profunda, poderá passar mesmo pela destruição de algo, material ou imaterial, que se apresenta como um símbolo do poder antigo. Em tempos conturbados, o desejo dos vencedores em erradicar o antigo regime e consolidar o novo, leva-os a tomar decisões, como a de destruir grandes e únicos testemunhos de património edificado².

Assim, a proposta desta dissertação, o estudo da paisagem urbana da cidade da Guarda, tendo em consideração os processos de conceção e intervenção patrimonial, situa-se, fundamentalmente, numa perspetiva da análise do património edificado, mais concretamente, da área de aproximadamente 191 221,90m² que se considera hoje o “centro histórico”, o qual aqui se encontra perçecionado como o espaço intramuros. Por si só, o designativo “centro histórico” implica uma valorização, classificação, num dado momento. Importa aqui descortinar quais os movimentos que a malha edificada desta cidade sofreu, certamente os mais recentes, mas também os que se realizaram ao longo do tempo, procurando detetar os critérios adotados.

Quais os processos valorativos aí ocorridos, e quais os desvalorativos? Procuramos aqui entender quais, como, e quem os perpetuou. Relativamente à cronologia escolhida, vamos sobretudo centrar nos séculos XIX a XXI, não só por razões de viabilidade do estudo, mas também porque consideramos, como se justificará, serem os séculos nos quais ocorreram mais mudanças e com maior importância nesta cidade.

¹ GUILLAUME, Marc [1980] (2003). *A Política do Património*. Lisboa. Campo das Letras, p. 25.

² Veja-se, como exemplo, o artigo HUAISHENG, Chang; JIANHONG, Li (2001). “Viewing Urban Development from the Social Environment”. In *International Journal of Heritage Studies*, 7:1, pp. 25-35.

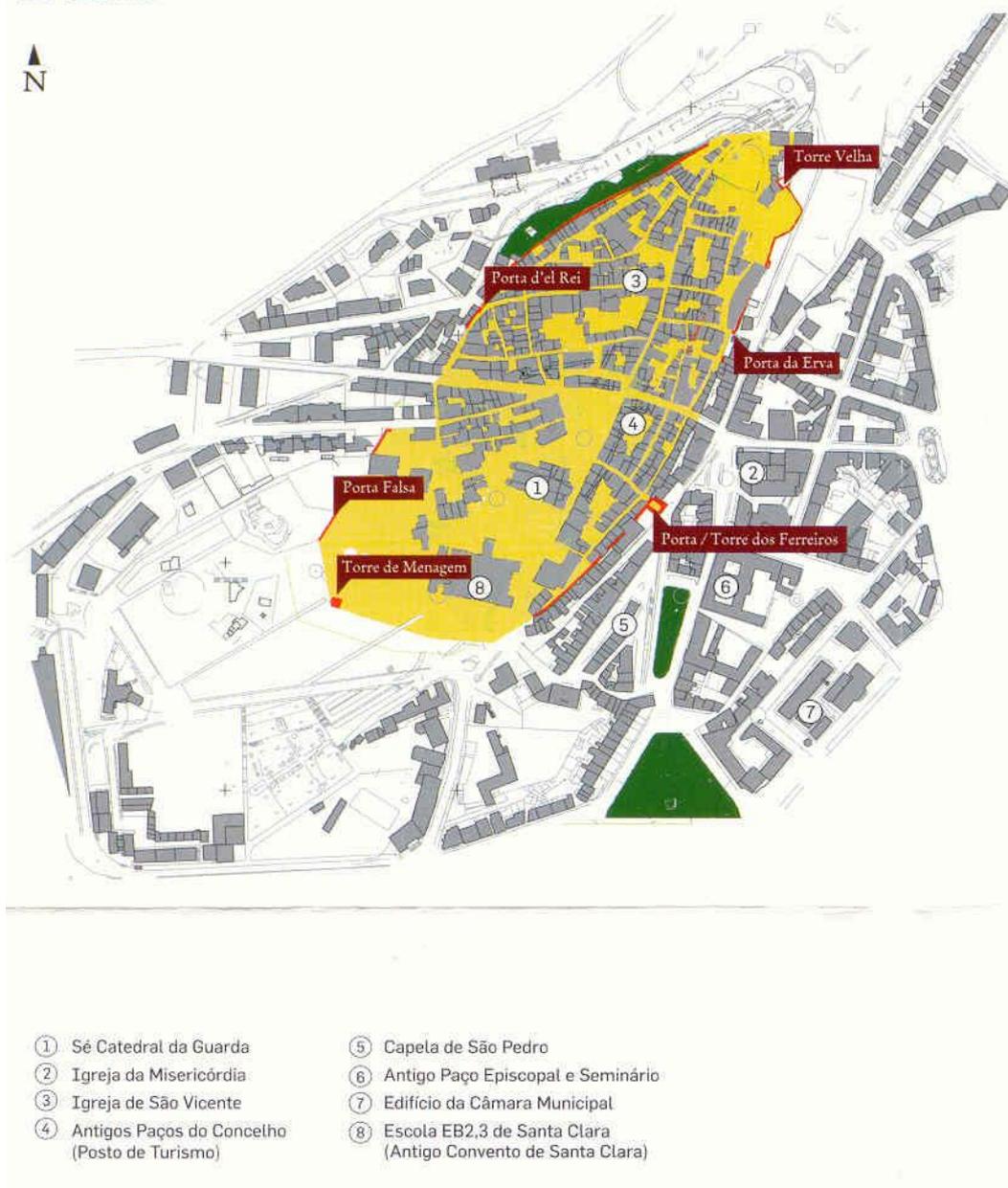


O concelho da Guarda. (Fonte: PEREIRA, Vítor; PENA, António (coord.) (2008). *Roteiro Arqueológico da Guarda. Território, paisagens e artefactos*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, p. 11).



A cidade da Guarda. (Fonte: Carta Militar de Portugal, folha nº 203, escala 1:25 000, 1998).

Planta do Centro Histórico da Guarda:



Planta do centro histórico da cidade da Guarda. (Fonte: Panfleto informativo acerca do Castelo da Guarda. Edição da Câmara Municipal da Guarda, Divisão de Cultura, 2008).

1.1 – Justificação e objetivos.

A justificação desta abordagem fundamenta-se em múltiplas razões, entre as quais poderemos incluir uma relação pessoal com este espaço, um olhar que sendo próximo exigirá uma nova visita, agora na perspetiva de ‘especialista’ em história e património. Por outro lado, pudemos verificar que não existe um estudo desta natureza³ realizado para esta cidade, que conjugue o estudo da sua história e do seu património edificado, relacionando o mesmo com a análise da evolução urbanística do seu centro histórico. Por outro lado, as abordagens desta natureza situam-se frequentemente nos aspetos construtivos e reconstrutivos, sem se focarem nas ideias e atores que ao longo do tempo intervieram nas cidades.

Pretendemos que esta análise contribua para o estudo do património edificado na Guarda e a sua sempre frágil relação com o avanço do perímetro urbano, ou seja, a relação entre o que já está construído, e com que virá a ser construído. É também relevante para o estudo do património edificado em Portugal, pois este exemplo aplica-se a tantas outras cidades nas quais a sua longa história proporciona casos de conflito, entre o que já se encontrava edificado e o progresso, ou de harmonização, quando estes interesses se encontram em concordância.

O objeto de estudo relaciona-se sobretudo com a análise do urbanismo e do património edificado do centro histórico da cidade da Guarda, analisando numa primeira instância os próprios conceitos de património e urbanismo. Este tópico é essencial para numa segunda fase se articular com a história desta cidade, que passa pela evolução quer do espaço administrativo, quer funcional (economia e sociedade). Estas duas vertentes estruturam a dissertação no que é o seu maior propósito, o da compilação dos vários processos de valorização e desvalorização do património edificado, ocorridos no centro histórico desta cidade, sobretudo, como já foi mencionado, relativamente aos séculos XIX a XXI.

³ Embora já existam estudos interessantes acerca desta zona central da cidade, os mesmos cingem-se, sobretudo, à Idade Média, tal como é o caso da investigação levada a cabo por Rita Costa Gomes (1987); ou do autor de ambas as monografias mais importantes acerca desta cidade, Adriano Vasco Rodrigues (1977 e 2000), nas quais estuda a evolução da cidade ao longo dos séculos, ficando a lacuna de mencionar quais os agentes das mudanças que ocorreram.

A escolha da cronologia deveu-se às várias leituras que efetuamos, as quais nos levaram a concluir que as modificações mais importantes ocorreram entre estes séculos. Escolhemos aqui guiar-nos por séculos e não anos, porque a primeira data a assinalar é a do ano 1801 (derrube de um lanço de muralha entre o Mosteiro de Santa Clara e a Torre de Menagem), ou seja, inícios do séc. XIX; e uma das últimas grandes datas a assinalar com relevância para este estudo é do ano 2000, com a publicação do Programa Polis, já no séc. XXI, cujos resultados se aferirão.

Qual a evolução da paisagem urbana na cidade da Guarda? Como se desenrolou a relação entre as modificações na paisagem urbana e o património edificado: foi destruído, ou foi preservado? O que se modificou no presente século? São estas as principais questões orientadoras do nosso estudo, sobretudo para perceber se houve avanço construtivo para fora do perímetro urbano e quando. Ou seja, pretende-se avaliar a evolução do património edificado: o que já existiu, e que foi demolido, se foi ou não recuperado, e quais os motivos que podem ter levado ao seu desaparecimento, recuperação ou revalorização.

Neste percurso de investigação cruzam-se duas narrativas à volta do património edificado: uma é a da sua história e outra do seu património. A primeira concentra-se em como e porquê o lugar é significativo, e pode incluir a história da arquitetura e artística, assim como política, económica e social; a segunda deve concentrar-se em como foi conservada, interpretada e gerida. Este exercício pretende revelar que existe uma diferença entre os dois objetos de estudo e também da necessidade de se explorar cada uma delas para suportar a outra. Sem dúvida ter-se-ão que discutir conceitos à volta do património, como se fará na Parte I, na qual se examinam igualmente os conceitos de urbanismo, assim como a definição de centro histórico. Procuramos explicar qual o significado destes três conceitos norteadores, visto que a sua articulação se encontra na base da elaboração deste estudo.

Pareceu-nos fundamental, numa dissertação, explorar conceitos, fruto de um percurso desenvolvido no primeiro do ano do curso, e que sustentam a componente empírica deste estudo, que nos auxiliaram na colocação das questões de partida. Foram leituras exploratórias fundamentais.

Depois, na Parte II, torna-se necessário analisar a evolução histórica do espaço de estudo que se pode alargar, num primeiro momento, no ponto 3, às localidades que compõem o distrito, e sobretudo ao concelho, da Guarda. Pressupõe-se a possibilidade da cidade ser a cabeça aglutinadora de movimentos de pessoas que lhe estão associados, assim como do seu papel administrativo, na própria administração religiosa, e da sua economia, por se saber que se integra em rotas de transumância, associadas quer ao fabrico artesanal do queijo da Serra da Estrela, quer ao comércio da lã.

Num segundo momento, no ponto 4, a análise do espaço irá centrar-se na cidade em si, analisando a evolução da sua paisagem urbana em dois tempos: o primeiro cingido ao período entre a sua fundação no séc. XII até ao séc. XVIII, o qual corresponde aos séculos compreendidos entre a sua formação e plena formação enquanto núcleo administrativo, religioso, comercial e habitacional: o segundo tempo compreende-se entre o séc. XVIII e o séc. XX, o qual corresponde ao crescimento extramuros definitivo da malha edificada.

Por fim, na terceira e última parte deste trabalho, no ponto 5, analisam-se os vários processos ocorridos relativos ao património edificado situado no centro histórica da cidade da Guarda, quer sejam os de valorização, ou de desvalorização. Tal como já foi referido, será efetuada uma análise na longa duração, daí que seja importante aqui incluir a análise do séc. XXI, sobretudo no que diz respeito aos movimentos turísticos como valorização do património edificado. Importa descortinar quais os processos ocorridos, por quem e o seu motivo.

A conclusão apresenta-se como um balanço prospectivo, apontando algumas sugestões de mediação do património identificado, embora seja, claramente, uma proposta a testar.

1.2 – Fontes e métodos.

A resposta aos objetivos definidos exige a utilização de diferentes tipos de fontes. Em termos de fontes secundárias, impõe-se o uso de bibliografia acerca da teorização da noção de património e sobre a história do urbanismo (especialmente a nível europeu). As noções básicas relativamente à explicação da noção de património encontram-se,

incontornavelmente, na obra de Françoise Choay, *Alegoria do Património*⁴ na qual a autora traça a evolução desta noção. Torna-se importante sobretudo o paralelismo que estabelece entre património e urbanismo, e os conceitos de valorização.

Quanto à noção de urbanismo, procura-se alargar conceitos, introduzindo a ideia de cidades criativas, e de arte pública, cidades vivas *versus* cidades estáticas. É uma discussão atual, e que se coaduna perfeitamente com a cidade em estudo, e com a questão dos vários processos, valorativos e desvalorativos, ocorridos relativamente ao património edificado localizado no centro histórico da cidade em estudo.

Na Parte II, no ponto 3, no qual se define a região circundante da Guarda, é fundamental o uso de monografias das localidades, como, por exemplo, de Celorico da Beira e Linhares ou de Valhelhas, assim como acerca do tema da transumância, do queijo da Serra da Estrela, e da lã (sua produção, comércio e rotas comerciais), pois entende-se que o estudo da evolução das atividades económicas pode ter consequências na evolução da morfologia de uma determinada localidade. Os movimentos económicos têm igual importância para entender e acompanhar a história desta cidade desde a sua fundação, no séc. XII, até ao séc. XX.

Obras acerca da cidade da Guarda afiguram-se de uma importância extrema. De entre as mais significativas, encontram-se os dois títulos produzidos por Adriano Vasco Rodrigues (1977, 2000)⁵, a obra de Rita Costa Gomes (1987)⁶, assim como outras publicações, igualmente interessantes para entender a evolução da morfologia do traçado urbano desta cidade, designadamente, e a título de exemplo, *A Guarda Formosa na Primeira Metade do*

⁴ CHOAY, Françoise [1965] (2000). *O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia*. São Paulo: Editora Perspectiva.

⁵ RODRIGUES, Adriano Vasco (2000). *Guarda Monografia. Pré-História, História e Arte*. Guarda: Santa Casa da Misericórdia da Guarda; RODRIGUES, Adriano Vasco (1977). *Monografia Artística da Guarda*. Guarda: Comissão Municipal de Turismo da Guarda.

⁶ GOMES, Rita Costa (1987). *A Guarda Medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. Coleção Cadernos da Revista de História Económica e Social. Guarda: Livraria Sá da Costa Editora.

século XX (2004), com a coordenação de Jaime Ferreira⁷ e *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970* (2008), com a coordenação de António Saraiva⁸.

Estes mesmos títulos (e outros que a seu tempo se verão) têm ainda interesse na avaliação dos momentos de alteração dos conceitos, do envolvimento de agentes e dos reflexos na funcionalidade da cidade. Procura-se realizar a compilação dos vários processos de valorização e desvalorização ocorridos relativamente ao património edificado localizado no centro histórico. Ainda, além dos livros já mencionados, afigura-se com grande importância a consulta de várias publicações locais, como é da Revista *Praça Velha* (primeiro número: junho 1997), publicada pela Câmara Municipal da Guarda.

Relativamente às fontes primárias, vão ser utilizadas sobretudo relativamente à terceira parte desta dissertação, na qual iremos apontar quais os processos que ativaram ou desativaram, ou que valorizaram ou desvalorizaram o património edificado existente no centro histórico desta cidade, nomeadamente, relativamente ao Castelo da Guarda, Sé Catedral e Igreja de São Vicente, assim como à Igreja da Misericórdia e ao Sanatório Sousa Martins (apesar de se encontrarem extramuros, o seu estudo revela-se importante, como iremos demonstrar). Escolhemos não recorrer maioritariamente aos vários fundos e coleções que compõem o acervo do Arquivo Distrital da Guarda, pois consideramos que tal análise se deverá remeter para a uma outra investigação. Como tal, iremos sobretudo recorrer ao uso de informação retirada da imprensa local, cartografia, postais ilustrados e fotografias.

Irão ser utilizadas tipologias documentais como o projeto intitulado *Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda*, o qual foi publicado em 1982, e realizado entre junho de 1981 e março de 1982, e por Dorter Rainer entre outros autores, para o Instituto de Planeamento e Urbanismo da Universidade Técnica de Aachen⁹.

⁷ FERREIRA, Jaime (coord.) (2004). *A Guarda Formosa na Primeira Metade do século XX*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos; Câmara Municipal da Guarda.

⁸ SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA.

⁹ DORTER, Rainer, e outros (1982). *Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda*. Aachen: Instituto de Urbanismo e Planeamento da Universidade Técnica de Aachen.

Constitui-se como um projeto arquitetónico no qual os autores apresentam várias soluções que a as autoridades camarárias da cidade da Guarda podiam vir a adotar, de modo a colmatar as deficiências que a malha edificada da sua cidade, e sobretudo do seu centro histórico, apresentavam. Para além deste projeto, iremos igualmente utilizar o Plano Diretor Municipal (publicado em 1994), o Plano Estratégico da Guarda (publicado em 1995), e o Programa Polis (publicado em 2000).

Iremos também analisar alguma informação produzida por associações locais que de alguma maneira valorizam ou desvalorizam o património da cidade da Guarda, tal como a atividade da Câmara Municipal da Guarda (Turismo da Guarda); da Culturguarda; da Agência para a Promoção da Guarda (AGPUR, ou Guarda ConVida); e do Museu da Guarda. Criam a expectativa de identificar indivíduos ou coletividades que projetam um olhar “patrimonial”, porque valorativo, sobre a malha urbana e os seus arredores.

Relativamente à metodologia usada, ela envolveu, numa primeira fase, a realização de leituras exploratórias que acabaram por conduzir à identificação de novas fontes de informação (primárias e secundárias). Numa segunda fase, procedemos ao tratamento da informação recolhida, de modo a compilar a informação necessária para responder a cada uma das questões orientadoras mencionadas anteriormente. A recolha de fotografias atuais da cidade, assim como de postais ilustrados do passado, de modo a efetuar uma comparação e constatar o que hoje em dia se pode encontrar no centro histórico da cidade em estudo, também se afigurou como um contributo e uma parte importante deste trabalho.

Apresentamos de seguida uma grelha na qual se exemplifica como procedemos à recolha de dados das fontes. Escolhemos retratar uma das obras mais significativas para a elaboração desta dissertação, a *Monografia* (2000) de Adriano Vasco Rodrigues, assim como o projeto *Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda* (1982), de modo a explicitar como a informação foi tratada em duas tipologias documentais diferenciadas:

Obra	Tipologia documental	Temática	Informação a retirar
RODRIGUES, Adriano Vasco (2000). <i>Guarda Monografia. Pré-História, História e Arte. Guarda: Santa Casa da Misericórdia da Guarda.</i>	Obra literária	Retrata a história da região e sobretudo da cidade da Guarda, desde a pré-história até ao séc. XX. O autor foca vários aspetos de modo a descrever a cidade, tanto políticos, como religiosos, sociais e culturais. Analisa igualmente os imóveis, descrevendo a sua memória artística.	Datas e informação detalhada acerca da evolução histórica da cidade, e informações sobre os monumentos que se encontram em destaque no estudo que esta dissertação abrange.
DORTER, Rainer, e outros (1982). <i>Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda. Aachen: Instituto de Urbanismo e Planeamento da Universidade Técnica de Aachen.</i>	Projeto arquitetónico/urbanístico	Neste projeto os autores analisam o centro histórico da cidade da Guarda, apresentando as suas tendências de evolução, assim como propostas de modo a colmatar as maiores deficiências que à época apresentava, tal como, a título de exemplo, o problema dos estacionamento e da circulação automóvel.	Perceções corretas e precisas acerca de como se encontrava o centro histórico à época da realização do projeto. Torna-se importante de modo a comparar com o que se pode encontrar hoje em dia, ou seja, de modo a entender quais das soluções apresentadas foram aplicadas, ou o contrário.

Exemplo de grelha de recolha de informação das fontes.

Parte I**2 – O património e o urbanismo na história.**

Nesta primeira parte da dissertação, e porque a perspetiva teórica deverá acompanhar a abordagem empírica que se seguirá mais à frente, vamo-nos ocupar da definição das noções de património e urbanismo, inscritas no próprio título. Com efeito, a evolução urbana de uma cidade implica, necessariamente, a compreensão da sua evolução histórica e conseqüentemente, a perceção dos impactos das mudanças socioeconómicas, políticas e administrativas no património construído ou desaparecido, ou seja, entender o que foi ou não apreendido por cada sociedade, num determinado momento. Do ponto de vista operativo, como se escreveu atrás, focamo-nos no centro histórico da cidade da Guarda, classificação que aponta para uma ocupação longa e enraizada no tempo, onde se encontra a maior parte do património edificado de relevância, cujo significado concetual exige uma reflexão.

Por outro lado, importa pensar as cidades, e, neste caso, a Guarda, a sua escala, o seu sentido, sobretudo no que diz respeito à vivência da população citadina, as marcas ocupacionais e funcionais que geraram ou que sentiram, de que se apropriaram, com quem se identificaram, ou que ignoraram. Daí que a noção de património corresponda igualmente a uma seleção ao longo do tempo, por fatores conceptuais (consumos diferenciados, conjunturalmente ou estruturalmente selecionados), que obedece a uma “acentuada revalorização” (PINHEIRO, 2008: 327). Pode-se afirmar que hoje existe, de facto, uma “obsessão patrimonial”, no sentido em que se pretende conservar tudo o que é considerado património (GUILLAUME, 2003: 13). Tal desejo deve-se sobretudo à necessidade da “busca de uma memória e de uma identidade” (GUILLAUME, 2003: 14).

Tal busca também se reflete na patrimonialização de todos os aspetos relativos a um ambiente urbano, tal como da sua paisagem. Tal de facto verifica-se sobretudo no contexto da *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, editada em 1972 pela UNESCO, na qual ficou estabelecido que “os bens do património cultural e natural se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como

elementos do património mundial da humanidade no seu todo” (UNESCO, 1972: 1). Mais tarde em 2000 iria mesmo surgir a *Convenção Europeia da Paisagem*, editada pelo Conselho da Europa. Aí ficou estabelecido que “a paisagem desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, e constitui um recurso favorável à actividade económica” (Conselho da Europa, 2000: 1).

A paisagem surge como uma expressão das especificidades culturais e naturais de um determinado local, assim como base da sua identidade. Descaraterizar a paisagem significa perder importantes valores patrimoniais, assim como uma imagem que é única a cada centro urbano, ou rural. Ficou estabelecido nesta convenção que a melhor forma de preservar a paisagem seria integrar a sua proteção nas políticas de ordenamento do território e de urbanismo (Conselho da Europa, 2000: 4).

Referimo-nos a património e urbanismo como noções, pois, e sobretudo no que toca à definição do que é património, não pode, nem deve, ser visto como uma noção por si só, pois não existe sozinho. Ou seja, apenas existe no seio de determinadas sociedades. A sua importância varia conforme o significado que lhe é atribuído. Joga com fatores como a memória e a identidade. Daí que seja considerado como uma “noção”, e não um “conceito” pré-definido e pré-estabelecido. É sobretudo uma construção social, ou até cultural, “porque é uma idealização construída” (ANDRADE; ALISEDA, 2010: 107).

2.1 – O património.

A palavra “património” encaminha-se para uma noção transversal, cuja abrangência e atuação ganha por isso mesmo. É importante tanto para a história, como para a arquitetura, arqueologia, arte, etc. Essa transversalidade garante-lhe durabilidade e um percurso temporal interminável. É algo com que nos identificamos e ao qual atribuímos um valor, seja qual tipo de valor for, podendo ser positivo, ou até, negativo.

Tal como a autora Françoise Choay chama à atenção no Prólogo da sua importante obra, *A Alegoria do Património* (2000), “património histórico” tornou-se numa das palavras-chave da tribo mediática: ela remete para uma instituição e para uma mentalidade.” (CHOAY, 2000: 11). Relaciona-se com bens privados, herança, bens de família, e com a importância

dada à salvaguarda das memórias dos antepassados (PINHEIRO, 2008: 327). Tem, de facto, a “capacidade de representar simbolicamente uma identidade” (ANDRADE; ALISEDA, 2010: 108).

É uma criação europeia, pois “provém de uma mesma mentalidade em todos os países da Europa” (CHOAY, 2000: 25). Embora noutra contexto a palavra “mentalidade” possa muitas vezes apresentar um significado dúbio, relativamente à noção de património, enquadra-se perfeitamente. Existe sempre uma certa ambiguidade em relação à noção de património, pois acarreta um conjunto de valores, os quais lhe são atribuídos, não lhe são inerentes. Diz sempre respeito a quem valoriza ou desvaloriza? Em que contexto? Porquê? Como? Toda uma panóplia de questões. Importa, portanto, entender sempre o contexto no qual é pensada a noção do património, pois tais fatores podem determinar a conservação, ou, pelo contrário, a destruição.

É uma dualidade que nem sempre conseguiu consenso por parte das várias vozes, a qual até ainda hoje em dia se pode verificar. No entanto, é possível afirmar que “as ameaças permanentes que pairam sobre o património não impedem um vasto consenso em favor da sua conservação, e da sua protecção” (CHOAY, 2000: 15).

Esta noção tomou alguma especificidade com a associação a definidores concretos, como sejam, património histórico, património edificado, ou conjuntos edificados, concebidos sobretudo por parte de organismos internacionais, tais como a UNESCO, ou o Conselho Europeu. Tais organismos tornaram-se operativos do ponto de vista institucional, no contexto de defesa e protecção do património, sobretudo através da realização de convenções, e a promulgação de legislação relativa à conservação e preservação do património, assim como, relativamente à sua classificação. Ou seja, personificam a consciência da importância em classificar, inventariar e legislar, para proteger o património.

Cabe-lhes fornecer as linhas de orientação que devem ser seguidas em relação ao património existente pelo mundo, garantes da sua protecção. Proteger, assim como dar a conhecer, são as duas medidas mais eficazes no que toca à salvaguarda do património.

Sendo algo que queremos proteger, se for verdadeiramente conhecido e entendido, sobretudo no seio na população em que se insere, dificilmente será alvo de um abandono, conservação precária, ou até mesmo relegado ao esquecimento, o que, muitas vezes, resulta na sua destruição.

De entre as várias classificações do património atrás mencionadas, a que iremos tratar com maior ênfase, nesta dissertação, será a qual diz respeito ao património edificado. Pareceu-nos a escolha natural, pois é o tipo de património preponderante no centro histórico da cidade em estudo. Património edificado constitui-se como o que “diz respeito mais directamente ao quadro de vida de todos e de cada um” (CHOAY, 2000: 11). É o tipo de património com o qual mais facilmente nos relacionamos, deveria portanto ser o qual se deveria ter o maior intuito em proteger. Contudo, tal nem sempre acontece.

A par do conceito de património edificado, o conceito de monumento histórico ganha também contornos relevantes para o estudo da noção de património em geral, assim como para o estudo que aqui pretendemos realizar. A síntese que aqui se faz, a partir da obra de Françoise Choay, demonstra que o património, sendo algo de hoje, obedeceu a um constante processo de valorização (seleção) e desvalorização (exclusão, que pode levar mesmo à destruição). A autora explica que, apesar da noção de património já se encontrar presente desde época clássica, a destruição de edifícios e objetos de arte de valor não era proibida, nem tão pouco vista com maus olhos. Afinal, ainda não haviam adquirido um real valor histórico (CHOAY, 2000: 31).

Como tal, até ao final da Idade Média, ocorreram muitas destruições por toda a Europa, as quais incidiram sobretudo sob os vestígios do Império Romano. De modo a adquirir um novo uso, muita da pedra destes monumentos foi reaproveitada com outro fim. O sentido da utilidade, reaproveitamento de recursos escassos, estaria presente. Outros, com um interesse utilitário em vista foram recuperados e, assim, preservados (CHOAY, 2000: 33). No entanto, não constituía de facto uma preservação, mas sim uma reutilização, pois grande parte dos monumentos sofreu uma “cristianização” (CHOAY, 2000: 35).

Já nos sécs. XIV e XV, a preservação conhece uma grande evolução, e já não constitui mais apenas uma reutilização (CHOAY, 2000: 45). Contudo, apesar dos grandes avanços e das novas medidas instituídas, as antigas continuaram a ser aplicadas. Muitos monumentos continuaram a ser desmantelados e usados como pedreiras para outras construções (CHOAY, 2000: 47). Como exemplo, tendo sido esta ação perpetrada pelos papas da época, Françoise Choay considera que ao praticar estas ambivalências, os papas “protegem com uma mão e degradam com a outra” (CHOAY, 2000: 48). Esta prática não terá sido exclusiva deste tempo e espaço (veremos para o caso da Guarda). Continua a verificar-se, pois a mesma entidade pode proteger e reabilitar um monumento, e, ao mesmo tempo, seguindo interesses diferentes, pode também destruir e desvalorizar outros. Esta é, de facto, “uma dimensão importante do discurso ocidental sobre a conservação e a protecção patrimoniais” (CHOAY, 2000: 49).

A verdadeira relação entre o património e o urbanismo começa a delinear-se a partir do séc. XVIII, quando surge a necessidade de integrar os monumentos no quotidiano, e, conseqüentemente, nas escolhas urbanísticas (CHOAY, 2000: 73). Ou seja, quando pressupõe a noção de funcionalidade e especialização, num contexto de crescimento demográfico e das atividades económicas e administrativas.

O século seguinte, séc. XIX, marca um período de extrema importância, sobretudo após a Revolução Francesa e progressão para a Revolução Industrial. Neste século, ocorreram muitas destruições relativas ao património devido às grandes e rápidas transformações a nível político, mas igualmente dos transportes, serviços, consumos, higienização e salubridade, as quais se refletiram na organização das cidades, e viriam a tornar “obsoletos os tecidos urbanos antigos” (CHOAY, 2000: 123). Representa o problema da tomada de consciência para a importância da convivência do velho, com o novo. Sendo esta uma fase politicamente revolucionária, foi muito marcada por destruições do património antigo, de modo a impor uma quebra com o passado e o que resta simboliza a humilhação do passado e a benevolência do vencedor. São as chamadas “destruições revolucionárias” (CHOAY, 2000: 85).

Porém, estas destruições são vistas como cívicas, ao invés de vândalas (CHOAY, 2000: 93). Era tudo feito com o intuito de quebrar com o passado, assim como com uma cultura tida como elitista, pois apenas se encontrava acessível aos mais ricos, e, supostamente, mais instruídos (CHOAY, 2000: 94). O património, cada vez mais, começava a relacionar-se com a preservação, a memória e a identidade de uma determinada sociedade. De modo que os novos movimentos, ao invés de destruírem, passaram a conservar os monumentos, e a integrá-los “num novo estrato semântico” (CHOAY, 2000: 95). Tal constitui, da mesma forma, uma quebra com o passado apenas aparentemente menos destrutiva.

Relativamente às destruições patrimoniais, é sempre importante ter em conta que não se devem sempre à mesma entidade, e não são sempre praticadas com o mesmo intuito e o mesmo objetivo (CHOAY, 2000: 124). É de facto algo a ter muito em conta quando se estudam processos deste género, e é algo que iremos ter em atenção na elaboração desta dissertação, sobretudo na Parte III, na qual nos propomos a apontar quais os processos valorativos e desvalorativos ocorridos em relação ao património edificado existente no centro histórico da cidade da Guarda.

No seio da discussão entre destruição e preservação, surge o conceito de património urbano histórico. É um conceito que representa a tomada de consciência do que hoje em dia se refere como centros históricos, de uma gestão urbana integrada de um património histórico. No entanto, a teorização e aplicação das resoluções relativas ao urbanismo, de facto não coincidem com a invenção da noção de património histórico. Contudo interagem, na medida em que, muitas vezes, pode dizer-se que a liberdade preservacionista ou destrutiva do urbanismo acaba onde a introdução e aplicação dos princípios relativos ao património urbano histórico começam: “Quer o urbanismo se ocupe em destruir os conjuntos urbanos antigos, quer tente preservá-los, é ao tornar-se num obstáculo ao livre desenvolvimento de novas modalidades de organização do espaço urbano, que as formações antigas adquirirem a sua identidade conceptual” (CHOAY, 2000: 158).

A cidade em si pode ser vista como um monumento devido ao seu “poder de enraizar os seus habitantes no espaço e no tempo” (CHOAY, 2000: 159). Tal como os monumentos, é algo que cria identidade e memórias e por isso, a cidade antiga e, mais concretamente, o

seu centro histórico, não pode ser vista como um museu, algo estanque, mas sim como uma entidade dinâmica.

A ideia de que por ser histórico, para ser conservado, não pode ter utilidade (CHOAY, 2000: 166), é algo ao qual hoje em dia o conceito de cidade criativa se opõe, pois esta nova conceitualização traz-nos a ideia de que a cidade deve ser viva e dinâmica, concreta, e não apenas pensada e estudada. Portanto, o conceito atual de cidade criativa opõe-se ao anterior de cidade museológica. Para além da componente histórica, também a componente estética pode ter um grande papel no desejo de conservar e representar, e igualmente um papel preponderante na atração turística (CHOAY, 2000: 167). De modo que se pode inferir que, de facto, “monumento e cidade histórica”, e “património cultural e urbano”, são conceitos que se articulam entre si. Representam como as sociedades se relacionam com a preservação da sua memória e identidade (CHOAY, 2000: 181).

Já no século XX, outro importante acontecimento iria marcar o rumo das noções de património, e, conseqüentemente, de urbanismo. Em 1972, com a realização da *Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural* em Paris, é possível constatar que já havia ocorrido um “processo planetário de conversão à religião patrimonial” (CHOAY, 2000: 183). Após a adoção desta convenção, “tanto os bens naturais como culturais adquirem o estatuto de património” (PINHEIRO, 2008: 327). O conceito de monumento histórico dá lugar ao conceito de património mundial, cultural e natural. Esta convenção mudou definitivamente o carácter meramente local ou nacional do património, para um carácter mundial. Potencia, deste modo, a sua proteção, assim como a sua rentabilização (ANDRADE; ALISEDA, 2010: 110).

Todavia, o carácter ambíguo da noção de património está, hoje em dia, perfeitamente patente, no sentido em que, apesar desta grande expansão da própria noção, e da sua aceitação no seio das sociedades, e de toda a importância que é dada ao património, a par da valorização, ocorre, igualmente, a desvalorização, “a destruição contínua (...) de edifícios e de conjuntos antigos” (CHOAY, 2000: 186).

Tais ações podem dever-se a interesses de vários níveis, tais como interesses económicos ou políticos. Protege-se algo a que se dá valor. Surge, neste contexto, carregada de grande interesse, a “noção de mais-valia” (CHOAY, 2000: 186), ou seja, o que tem valor, ou o que não o tem. Essa valorização baseia-se na conservação e no restauro do património – estes são os fundamentos de qualquer processo valorativo (CHOAY, 2000: 187).

A valorização do que é património pode também conduzir a consequências negativas, nomeadamente, relativamente aos centros históricos. A sua valorização pode significar o afastamento da população local. É importante valorizar o património de modo a potenciar a “indústria patrimonial” (CHOAY, 2000: 196). O reverso da medalha é a possibilidade de se tornar numa indústria impessoal, sobretudo se os núcleos antigos das cidades forem apenas visitados por turistas, e não habitados pelas populações locais. Esse abandono, quer seja a curto, médio ou longo prazo, irá, de facto, criar problemas de convivência entre a vida e a morte, pois se os edifícios não forem habitados, não são preservados, e degradam-se, ficando, deste modo, pouco atrativos para os turistas, aqueles a quem, frequentemente, se “sacrificam” os centros históricos. Deste modo, se não for encetada uma política de desenvolvimento urbana sustentada de integração das populações locais nos núcleos antigos das suas cidades, “a valorização dos centros antigos tende, paradoxalmente, a tornar-se num instrumento de banalização secundária” (CHOAY, 2000: 197).

Decorre, desta aceção, que os centros antigos deverão ser conservados, e efetivamente integrados na vida contemporânea, e na vida da localidade onde se encontram inseridos, pois o que é ocupado é conservado (CHOAY, 2000: 204). Património, de facto, é algo que está presente no nosso dia-a-dia, e parece ser da competência de todos a sua preservação para as gerações futuras.

2.2 – O urbanismo.

As primeiras reflexões sobre o urbanismo surgem no séc. XIX devido ao fenómeno da industrialização, da concentração populacional, e das conseqüentes modificações nos planos urbanísticos das cidades. De facto, “as cidades são testemunhos (...) das sociedades que as construíram. A sua organização e os seus papéis materiais e simbólicos não param

de se transformar (...). O urbanismo nasceu da vontade de orientar essas transformações.” (LACAZE, 1995). Como tal, a noção de urbanismo que hoje nos é familiar, tem a ver com a expansão da cidade industrial, e com o desejo do “planeamento da cidade maquinista” (CHOAY2, 2000: 3).

Importa ter em conta que todas as paisagens resultam da ação do homem, quer seja por iniciativa pessoal, quer pelos poderes públicos (LACAZE, 1998: 7). Estes dois tipos de iniciativa jogam com interesses de várias índoles, e as suas ações definem a paisagem urbana de uma cidade. Poderes públicos podem promover a construção numa certa zona, e ao mesmo tempo proibi-la; ao passo que os poderes privados, tendem a jogar, sobretudo, com a questão da propriedade individual.

Iniciativas tão variadas podem ter efeitos positivos, no sentido que uma maior liberalização da construção promove a ocupação, e qualquer cidade necessita de habitantes para sobreviver e prosperar. Mas pode também representar efeitos negativos, pois os interesses, quer sejam públicos ou privados, nem sempre atuam consoante o que seria melhor para as escolhas urbanísticas de uma determinada cidade, as quais igualmente se relacionam e têm um impacto no património aí existente. De modo que nem sempre construir muito, e muita ocupação e dinamização, significa a proteção do património.

Inicialmente, as cidades começaram a ganhar muita importância devido à fixação da população e ao seu papel no comércio. A sua organização urbanística resultou da vontade em facilitar as trocas comerciais (LACAZE, 1998: 14). Surgiu uma verdadeira “adaptação da cidade à sociedade que habita nela” (CHOAY2, 2000: 4). Como tal, o antigo muitas vezes torna-se obsoleto, e os elos com a antiga cidade medieval são quebrados. Tornou-se necessária uma mudança, uma reorganização das cidades medievais europeias, a maior parte das quais localizadas intramuros, nos seus núcleos originais, estagnadas. Daí que, em muitas cidades, tenha sido a partir desta altura que a malha urbana se começou a

desenvolver fora do recinto amuralhado. A grande maioria da população começou, assim, a habitar nos subúrbios da cidade¹⁰.

Tais mudanças, tão profundas, como repentinas, fizeram com que a população começasse cada vez mais a ver a sua cidade como um lugar estranho (CHOAY2, 2000: 54). Tal estranheza, também se deve, em larga medida, ao facto de a maior parte das decisões urbanísticas serem tomadas por especialistas, por quem detém o poder. Se a população não se identifica com a sua cidade, e não a toma como verdadeiramente sua, dificilmente dará valor ao seu conteúdo. Aqui, surge novamente a importância de envolver a população, tanto nas escolhas urbanísticas, como na defesa do seu património. Para combater tal alienismo, é importante tornar novamente as cidades das pessoas, assim como o seu património, novamente seu. A conservação do património das cidades acontece “para não se perder uma grande quantidade de valores” (BENEVOLO, 1995: 14).

A cidade parece constituir, hoje em dia mais do que nunca, um verdadeiro fórum, e nunca somente um templo. Tais noções, embora por norma aplicadas aos museus, podem também aplicar-se à cidade, no sentido em que, tal como se passa com os museus, as cidades podem constituir um verdadeiro local de contemplação, mas, ao mesmo tempo, poderão fornecer aos seus habitantes uma plataforma de comunicação. A população de uma cidade deve contemplá-la, mas também vivê-la, pois só assim se valorizará realmente o seu património.

Tal como é chamado à atenção por B. Trofanenko no seu artigo “Interrupting the gaze: on reconsidering authority in the museum”, a verdadeira evolução será de facto entender qual

¹⁰ É neste contexto que se insere a cidade da Guarda, pois até ao seu crescimento definitivo extramuros a partir do século XIX, manteve-se sempre dentro da sua cerca medieval. Ainda que com uma economia bastante animada sobretudo pela realização das feiras de S. Sebastião e de S. João, a sua malha urbana manteve-se durante vários séculos virtualmente inalterada. O velho deu lugar ao novo e uma rotura com o que já existia, e que fazia lembrar o regime anteriormente em vigor, tornou-se pertinente. A melhor maneira encontrada para cortar visível e sentimentalmente com o passado, foi destruir alguns dos monumentos já existentes, com destaque para as várias destruições de troços e torres da antiga muralha medieval. Sendo que o património invoca memória e se relaciona com o que as pessoas sentem, tornou-se importante para os governantes da época fazer novas construções, em detrimento das já existentes. As escolhas urbanísticas acompanharam este desejo de mudança, e seria preciso um século até que o urbanismo entrasse de novo, e verdadeiramente, em concordância com os novos e antigos, ou já existentes, patrimónios.

o impacto das exposições dos museus junto do público (TROFANENKO, 2006: 52). Tal afirmação pode-se aplicar às cidades, no sentido em que é importante que sejam implementadas mudanças de modo a torna-las mais modernas, mas também será muito importante entender como é que essas mudanças são recebidas pelos turistas, e, sobretudo, pela população local. Se os habitantes não se identificarem com a sua própria cidade, se a virem somente como um templo, então será muito difícil que tenham o desejo de a preservar. Daí a importância da introdução do fórum (ou fóruns, se considerarmos várias plataformas de sociabilidade), estabelecendo assim uma verdadeira base de comunicação entre os órgãos administrativos e os habitantes.

É neste contexto, do desejo de sensibilizar cada vez mais as populações locais para a importância da preservação do aspeto das suas cidades, e, conseqüentemente contribuir para a preservação do seu património, que surge o conceito de cidades criativas. Parte de uma discussão plenamente atual, nomeadamente, de como dinamizar os núcleos urbanos de uma maneira eficiente, de maneira que através da arte pública e de espetáculos culturais, se consiga com que a população se envolva. Ou seja, como é que a cultura e os eventos culturais podem contribuir para uma verdadeira dinamização das cidades e proteção do seu património?

A cultura e o património são importantes no que toca à identidade das cidades, e, como tal, são utilizados pelos poderes políticos “como factor de promoção da competitividade das cidades” (ANDRADE; ALISEDA, 2010: 112). A cultura representa o “cimento das sociedades” (GUILLAUME, 2003: 15). A competitividade é importante no sentido de impulsionar o desenvolvimento económico, social e urbanístico, sobretudo no que diz respeito à tão necessária preservação das zonas mais antigas, e, como tal, mais frágeis das cidades. É importante, no entanto, que a população local sinta que pertence a esse meio, e não o veja como algo fora de si, algo estranho.

Uma verdadeira cidade vivida tem muita importância, e tal só será alcançado se se garantir a participação da população nas escolhas urbanísticas. Tal inclusão de tantas vozes pode originar problemas e jogos de interesses. No entanto, “não há cultura nem política urbana sem entender os planos e projectos dos destinatários, e sem com eles interagir”

(BRANDÃO; REMESAR, 2010: 10). A participação da população em atividades coletivas deve ser fomentada, de modo a que exista realmente uma “apropriação da cidade por parte dos cidadãos” (BARROS, 2010: 143). O crescimento urbano deve adaptar-se aos habitantes da cidade e às suas necessidades. O ideal seria que tanto o estado como os cidadãos participassem da conservação do património através de uma “ética de co-responsabilização” (GUILLAUME, 2003: 14).

Uma das melhores formas de conseguir essa interação e inclusão da população é através do uso da arte pública nas cidades. Sobretudo a partir dos anos 80 (REMESAR, SILVA: 2010: 95), surge como um impulsionador do desenvolvimento da cidade, e igualmente da participação ativa da população. É assim que nasce verdadeiramente a cidade criativa (ANDRADE, 2010: 15). Arte pública surge como um pretexto para o exercício da cidadania cultural, assim como da cidadania política. Ou seja, que cada indivíduo, enquanto cidadão de uma determinada cidade, tenha tanto o direito como dever de participar ativamente na sua vida política, através do voto para as eleições autárquicas, por exemplo; assim tem igualmente tanto direito como dever de dispor de atividades culturais das quais pode fazer parte. Cidadania cultural é, na sua conceção teórica, igualmente importante para a comunidade entender a importância do seu património.

Assim, a atividade cultural, dentro de um meio urbano, deverá ser vista como algo tão importante como a atividade económica ou política, pois é catalisadora do próprio desenvolvimento económico, e incita à tão importante participação da sociedade (ANDRADE, 2010: 19). O meio para conseguir que a atividade cultural chegue a toda a população, é através da arte pública, ou seja, através de vários eventos, os quais convidam à participação da população. Tais manifestações culturais podem inclusive contribuir para o surgimento de novas conceções de planeamento urbano. Arte pública surge assim em articulação com o desenvolvimento urbano e a requalificação urbana (ANDRADE, 2010: 20).

No seguimento da discussão acerca da importância da arte pública para uma cidade poder ser efetivamente apelidada de criativa, assim como da importância das atividades culturais e da participação da atividade local, surge a importância da atração das cidades de modo a

captar o turismo cultural, através do seu património e da sua cultura. Para tal acontecer de uma maneira eficiente, é importante que se faça uma “reflexão acerca do património cultural, através de projectos turístico-culturais das autarquias” (ANDRADE, 2010: 21).

A proteção do património edificado ganha importância neste processo, pois a arte pública pode também exemplificar-se pelos monumentos (ANDRADE, 2010: 23). Como tal, uma boa conservação dos monumentos, aliada a uma programação cultural interessante e diversificada, constituirá um importante fator de desenvolvimento económico, e, conseqüentemente, urbano. Será também muito importante de modo a tornar a cidade mais atrativa, e impulsionar o turismo. É importante que a própria cidade seja um património por si só, um património cultural urbano, de modo a potenciar a atração turística, e garantir a competitividade de um determinado centro urbano (BARROS, 2010: 141).

No entanto, ainda mais importante do que conseguir com que a cidade se torne numa atração turística, é conseguir com que a população local se identifique com a sua cidade. Tal sensibilização para a importância da proteção do património pode ser dificultada devido à habituação com que a comunidade local olha para os seus monumentos, pois ao passarem por eles todos os dias, ficam como que desatentos para a sua relevância (ANDRADE, 2010: 22). De modo que para se conseguir uma efetiva participação da população no desejo de proteger o seu património, assim como a sua paisagem urbana, “é necessário entender a natureza do património cultural, da identidade urbana e do turismo cultural” (ANDRADE, 2010: 24). Para se conseguir proceder a uma verdadeira, e necessária, regeneração urbana, é importante que se entenda o património aí existente, e perceber e promover, igualmente, a identidade urbana¹¹. Entenda-se que neste caso ganham relevância os “experts” que procuram “convencer” os locais a um novo olhar, naturalmente bem-intencionado, tendo em consideração os valores considerados, sobretudo ao nível da competitividade urbana.

¹¹ Relativamente à cidade da Guarda, a qual nos propomos a estudar nesta dissertação, é importante promover a identidade urbana no seu centro histórico, pois se a população se identificar, vai querer preservar, e dar importância ao aspeto que esta zona deve apresentar. Se tal acontecer, o caminho para uma verdadeira regeneração urbana encontra-se facilitado.

Regeneração urbana ganhou expressão após a Segunda Guerra Mundial por via da devastação que suscitou, mais do que nunca, o desejo de tentar reconstruir o que havia sido destruído, de restaurar a memória do passado. Hoje adquire outra expressão e a arte pública surge como um elemento que pode tornar as cidades mais bonitas, regeneradas, porque criam uma comunicação entre o cidadão e o seu espaço público (REMESAR; SILVA, 2010: 83). Contudo, parece ter assumido uma consequência perversa, ou então é consequência, porque coincide com a migração da população para a periferia da cidade, o que resultou no esvaziamento do centro histórico, e a sua consequente marginalização. Todos estes fatores iriam resultar na desvalorização do património edificado que se encontra no centro histórico, com consequências negativas para a sua configuração urbanística.

Ou seja, as décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial foram cruciais no que toca ao desenvolvimento urbano das cidades europeias. Os programas de regeneração urbana desta época inserem-se num contexto de “crise social, crise cultural, crise económica e crise ecológica” (REMESAR; SILVA, 2010: 85). Em suma, a “descaracterização dos centros históricos”, e a emergência da industrialização, contribuíram para a atração da população para construir na periferia. Tal tendência iria resultar nas “primeiras medidas de regeneração urbana como meio para travar o efeito destrutivo” deste movimento migratório da população das cidades do seu centro para as zonas mais afastadas (REMESAR; SILVA, 2010: 86).

Seria sobretudo a administração local, e não a central, que se iria ocupar de implementar tais mudanças. No entanto, a “massificação do uso do automóvel” (REMESAR; SILVA, 2010: 86), seria um entrave a uma verdadeira regeneração urbana, pois resultaria na predominância do planeamento urbanístico com vista ao benefício da circulação automóvel. Daí defender-se o combate a tal tendência, de modo a que a cidade, no seu todo, constitua de facto um património urbano, assim como um fator de atração turística, através da garantia da preservação da “qualidade do tecido urbano” (REMESAR; SILVA, 2010: 89), a qual provém de uma necessária regeneração urbana. Um exemplo é o do incremento do número de percursos pedestres, em detrimento da predominância do

automóvel, como solução viável de modo a combater esta propensão, aspeto que se avaliará relativamente ao estudo de caso¹².

2.2.1 – Os centros históricos.

Hoje em dia, mais do que nunca, pode afirmar-se que os centros históricos estão na moda (OREJA, 2000: 12). Esta zona central da parte antiga das cidades é assim designada devido à importância que adquiriu enquanto organismo urbano proeminente ao longo dos séculos. Os centros históricos, de facto, constituem-se como “um instrumento privilegiado para analisarmos a dialéctica urbana da permanência e da mudança” (PEIXOTO, 2003: 211). Sobretudo desde que se diagnosticaram os grandes problemas que explicam a sua deterioração: condições de habitabilidade precárias; perda da vitalidade funcional; a falta de residentes; dificuldade de acessos e de mobilidade; e uma crise no comércio tradicional que as esvazia (VINUESA, 2000: 70-71).

Na altura em que se formaram as cidades, a sua zona central não era assim designada, de centro histórico, pois era um espaço que tinha um valor inerente. Era um organismo vivo, e, como tal, não era pensado e classificado. A designação de centro histórico surge a par com a noção de património. Ainda que com uma ideia inicial de um forte desejo de corte com o passado, o desejo de preservar levou a que muitos centros históricos se tenham conservado, mais ou menos bem, até aos dias de hoje. Chamar centro histórico à zona que na maior parte dos casos já há muito deixou de ser central na cidade, “mais do que remeter para um objecto ou para um espaço, converte-se em representação de alguma coisa” (PEIXOTO, 2003: 213).

Apesar de todos os esforços para os preservar e tornar mais atrativos, subsistem ainda problemas, como a sua crescente degradação, abandono, crescente marginalização, e a falta

¹² O problema da importância excessiva dada ao automóvel na disposição da malha urbana de uma cidade, em detrimento da importância dada às zonas pedestres, é um dos maiores problemas que assolou o centro histórico da cidade da Guarda. A circulação excessiva dos automóveis deteriorou o pavimento, e diminuiu a qualidade de vida da população, devido, em grande parte, à falta de locais de lazer, e de locais para as crianças brincarem. Só com o Programa Polis (2000-2004) foram encontradas soluções para tais problemas, com a pavimentação de várias ruas do centro histórico (Rua do Comércio, por exemplo), e da Praça Luís de Camões, sendo que foi nessa praça que a maior mudança ocorreu, com a proibição dos estacionamento, e a restrição da circulação automóvel apenas num sentido. Acerca deste aspeto nos alongaremos na Parte III, ponto 5.4.

de acessos pedonais. (OREJA, 2000: 14). A recuperação dos centros históricos tem sido feita com o intuito de procurar um equilíbrio que foi perdido. Tem-se socorrido do turismo e da cultura pública para ser bem-sucedida.

A interação entre o turismo, a economia e o património, o legado patrimonial, parece fulcral, de modo a garantir um desenvolvimento sustentável das cidades e, em particular, de modo a garantir a proteção dos seus centros históricos (VINUESA, 2000: 68). Um desenvolvimento sustentável da cidade, ou seja, que se alimente por si e se regenere e conserve, assim como uma garantida proteção do seu património, só será conseguido quando existir uma verdadeira “dinamização funcional dos seus centros históricos” (VINUESA, 2000: 69), ou seja, que adquira atividades dinâmicas que envolvam atores, internos e externos à cidade.

Segundo estes princípios, uma verdadeira proteção do património existente nos centros históricos irá contribuir para a proteção da sua identidade histórica, do seu aspeto urbano, ocupado, e contribuir para tornar a cidade mais competitiva, e com uma melhor qualidade de vida para os seus cidadãos. O património terá, de facto, ser visto como uma fonte de recursos, algo que ajuda ao desenvolvimento urbano, e não apenas como um custo (VINUESA, 2000: 70). De maneira que o património apenas se tornará num verdadeiro recurso patrimonial e turístico se for encetada uma “adequada reabilitação, ordenação e gestão das cidades históricas” (VINUESA, 2000: 71).

Ou seja, torna-se importante a noção de que os centros históricos devem ser entendidos como verdadeiros espaços multifuncionais (VINUESA, 2000: 74), caso contrário cairão em desuso. A perda da funcionalidade equivale à perda da importância para a vida da cidade, a qual leva a uma desvalorização, cada vez mais acentuada pelo tempo e pelo que se vai entendendo como sendo progresso. Pelo que, adquirir não uma função, mas várias, torna-se crucial, de modo a combater esta tendência. Tornar as cidades em verdadeiras cidades criativas, tanto através da utilização da arte pública, ou da promoção de atividades que envolvam toda a população, é apontada como estratégia eficiente de o conseguir.

Tais mudanças, porém, devem ser operadas sempre em conformidade com a cidade e as pessoas que a habitam. Tal como já foi referido, o envolvimento da população é dos fatores mais importantes no sentido de contribuir para a preservação e promoção dos centros históricos. Portanto, afigura-se de extrema importância a noção de “adquirir uma identidade que comunique” (CASARES; FERNÁNDEZ, 2000: 99). A conservação da cidade história, só será realmente conseguida se a população participar, e consequentemente tiver o desejo de a preservar, e tornar realmente sua, e usada por si.

Parte II

Tal como se anunciou na introdução, uma coisa é história, outra é património. Este segundo termo já o definimos, e ficou claro que a forma como uma sociedade evoluiu teve consequências na definição de traços urbanos e como deu valor ao que sobreviveu no tempo. A história encarrega-se da análise desse ambiente social, que, no caso vertente, pressupõe a análise, no tempo e no espaço, das interações entre o homem e o seu meio envolvente.

Assim, nesta segunda parte da dissertação, no ponto 3, definir-se-á a região envolvente desta cidade, com um maior enfoque nas localidades que se localizam no âmbito do espaço administrativo do seu distrito, e sobretudo concelho, com as quais a cidade em estudo apresenta relações a vários níveis: político, económico e social. Importa entender como os movimentos das pessoas e das trocas comerciais podem influenciar o desenvolvimento urbanístico de uma região, e, mais concretamente, de uma localidade, como é o caso da cidade da Guarda.

De seguida, no ponto 4, far-se-á a apresentação da evolução do traçado urbano da cidade, a qual dividimos em dois momentos fulcrais. O primeiro vai desde a sua fundação no séc. XII, por foral concedido por D. Sancho I, e estende-se até ao séc. XVIII, altura em que a cidade começou a dar sinais de estar a modificar a sua morfologia urbana; e o segundo momento corresponde ao período que vai desde o séc. XVIII até ao séc. XX. Foi nesta época que a cidade cresceu, como veremos, para fora do recinto urbano medieval, e, sobretudo no séc. XX, nos anos 50 a 70, modificou definitivamente a sua imagem urbana.

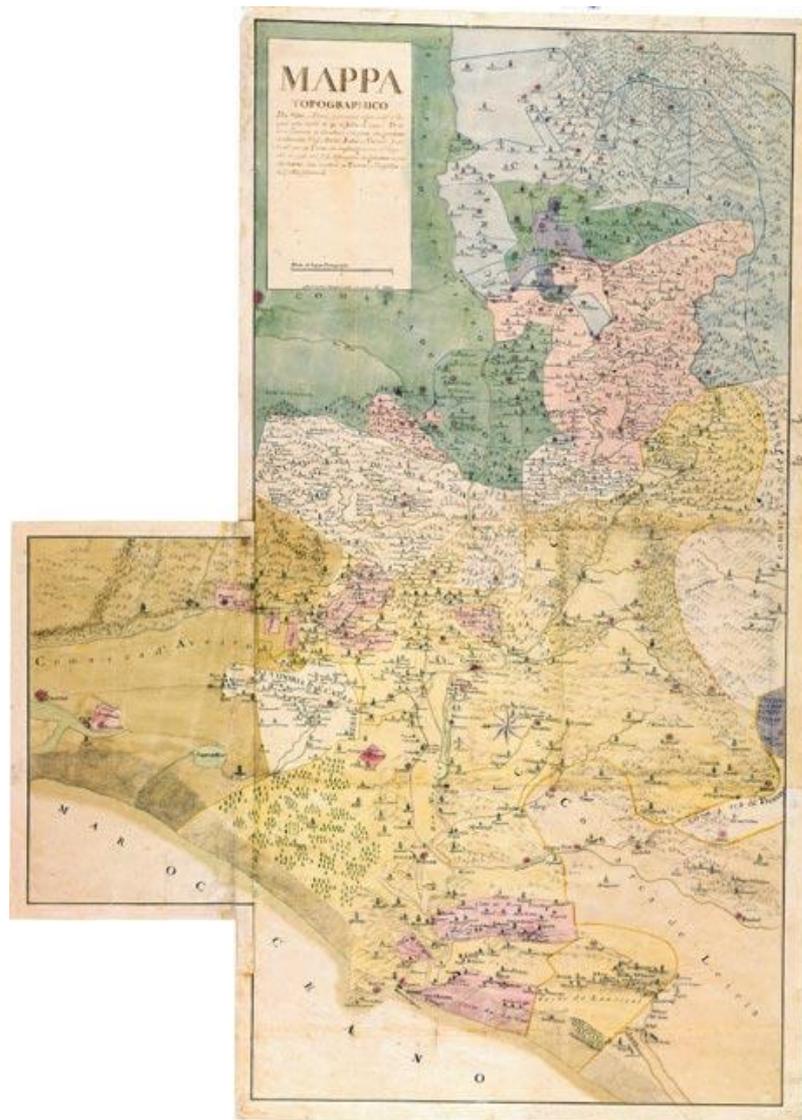
Com esta análise da cidade em dois momentos, pretendemos contribuir para o esclarecimento do porquê, como e por quem foram adotadas certas resoluções urbanísticas, ou, pelo contrário, se denotou a sua falta. Tais escolhas influenciaram de um modo irreversível o património edificado existente no centro histórico da cidade da Guarda, o qual resultou num conjunto de processos de valorização e desvalorização (os quais irão ser apontados na III e última parte desta dissertação).

3 – Caracterização de um espaço – o concelho e a cidade da Guarda

O concelho da Guarda é, atualmente, limitado a noroeste pelo concelho de Pinhel, a leste por Almeida, a sueste por Sabugal, a sul por Belmonte e Covilhã, a poente por Manteigas e Gouveia, e a noroeste por Celorico da Beira, ocupando uma extensão de 712 km quadrados. Sabe-se que uma das principais fontes de rendimento da população desta região era a produção cerealífera, assim como o pastoreio, com a prática da transumância.

Os cereais, sobretudo o centeio, o gado, o queijo da serra e a lã, sempre foram produtos da maior importância e peso na economia, patente na importância dada aos cavaleiros-vilãos nos forais da Guarda e de Celorico da Beira, e nos grandes privilégios concedidos aos pastores nos vários forais concedidos a outras povoações em redor. A concessão de cartas de feira pelos monarcas a várias localidades, e as trocas comerciais aí realizadas, tiveram igualmente uma grande influência no seu desenvolvimento demográfico e urbanístico.

Como tal, o estudo de todos estes movimentos económicos torna-se importante, porque se admite que a evolução destas atividades económicas teria consequências quer na fixação da população, quer, subsequentemente, nos contornos e modificações urbanísticas. Sublinhe-se que se torna fundamental o estudo da região da Guarda, de modo a entender como os fenómenos ocorridos nessa cidade não se encontram isolados, e, sendo uma região de fronteira, apresenta similaridades importantes, tanto a nível dos motivos que levaram à sua fundação, por parte dos monarcas, quer às atividades económicas aí praticadas. Entre estas, a transumância, devido ao seu peso económico e à capacidade de mobilizar a população e redefinir o aspeto urbanístico das zonas afetadas pela sua passagem, demonstra ser uma atividade com grande relevância para este estudo.



Instituto Cartográfico Português: COTA: CA86|IGP Mappa topographico das villas e terras que formavao a comarca d'Arganil, antes da lei de 19 de Julho de 1790 [Material cartográfico] : de toda a comarca de Coimbra e de parte das comarcas da Guarda, Vizeo, Aveiro, Leiria e Thomar, de Magni, José Carlos, 1790 (Fonte: <http://www.igeo.pt/servicos/DPCA/cartoteca/detalheC.asp?cod=273>).

3.1 – As singularidades da fundação – uma cidade de fronteira.

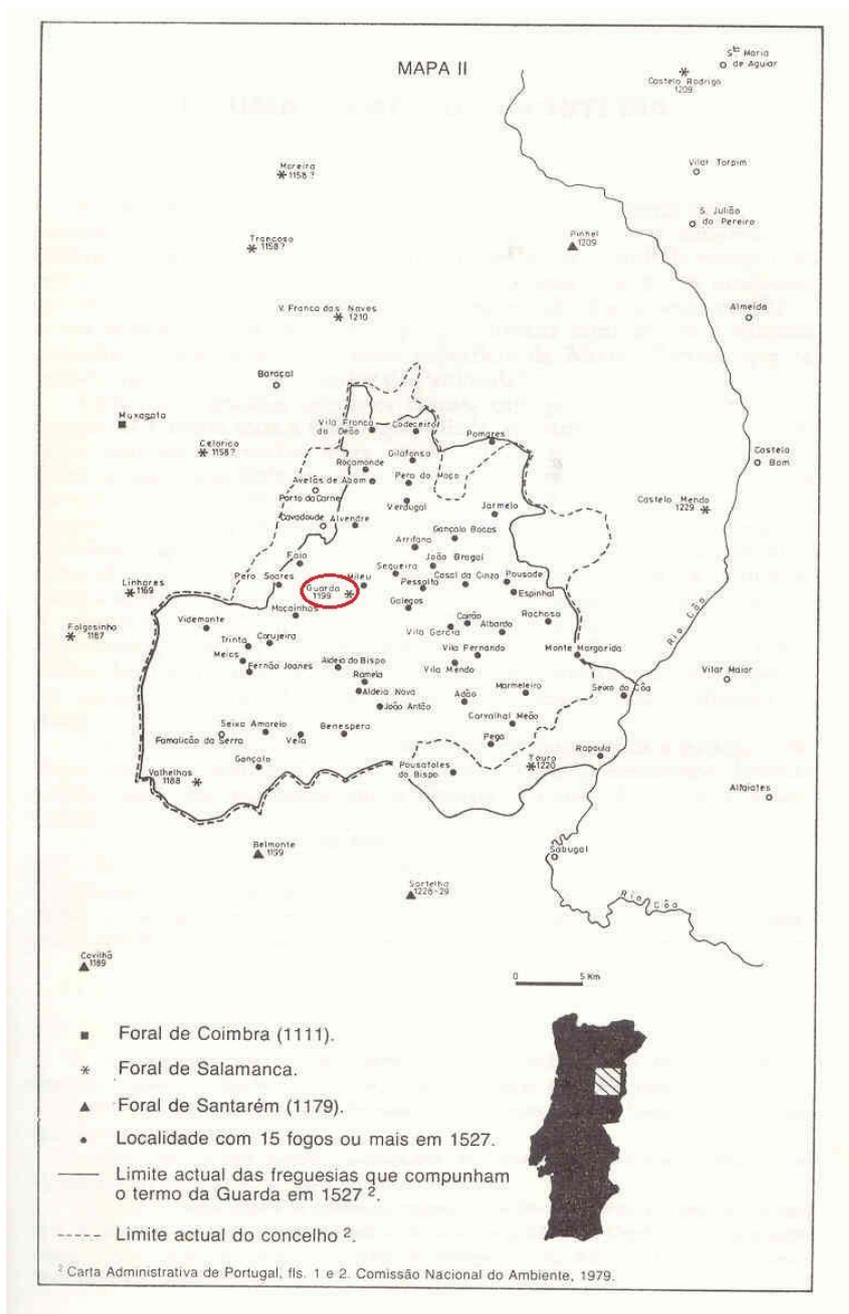
Região desde cedo caracterizada por várias crises demográficas, por múltiplas razões, entre as quais o seu clima agreste, a que acresce a falta de segurança por se localizar numa zona de fronteira que apenas no séc. XIII, com o Tratado de Alcanizes, ficou definitivamente definida, o problema do despovoamento foi sempre uma realidade. Com o desejo de potenciar a fixação da população, assim como de sedimentar a sua autoridade (GOMES, 1987: 19), os primeiros monarcas concederam forais a localidades deste distrito, os quais apresentavam grandes privilégios, grandes liberdades como foi o caso do foral de Valhelhas, e do foral concedido à cidade da Guarda, por exemplo. Como exemplo, encontramos o privilégio dos habitantes destes núcleos populacionais apenas deverem obediência ao rei, apresentando assim uma maior autonomia, o qual de facto se constituiu como um baluarte na política dos nossos primeiros reis, de modo a fixar população nas zonas fronteiriças (RODRIGUES, 2000: 54).

Outra maneira de aumentar o número de povoadores, foi a reparação e construção de castelos¹³ (ou fortificações) já existentes, de modo a oferecer uma melhor defesa, ou seja, a apresentar outro ponto atrativo que pudesse encorajar a vinda de habitantes para esta área. Tal política é importante para este estudo, pois o aumento populacional teria consequências na organização da malha urbana, sendo que, por norma, se verifica um aumento da área edificada. Esse incremento iria, por sua vez, potenciar o crescimento extramuros, que, eventualmente poderia ditar, à época, quer o sobrepovoamento quer o abandono do centro histórico, tal como se passou em localidades como a Guarda, Celorico da Beira, Linhares e Valhelhas. Após a pacificação do reino, a população foi deixando os redutos das muralhas do seu castelo.

Embora com um povoamento rarefeito, existiam pequenos núcleos de povoamento que se destacavam, tal como, Vilar Maior, Alfaiates e Sabugal (GOMES, 1987: 20). Estas, e outras localidades em redor, foram recebendo forais (sendo que predomina o tipo salamantino) ao longo dos sécs. XII e XIII, de modo a consolidar um território que se

¹³ Os quais, tal como nos chama à atenção Rita Costa Gomes, constituíam a base material da autoridade que pretendiam implementar, juntamente com a concessão de forais (GOMES, 1987: 19).

mostrasse mais homogéneo, e que permitisse a fixação de população, atraindo-a para os recém-criados concelhos.



Tipos de foral. Encontra-se assinalada a cidade da Guarda, a qual recebeu foral do tipo de Salamanca em 1199. (Fonte: GOMES, Rita Costa (1987). *A Guarda Medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. Coleção Cadernos da Revista de História Económica e Social. Guarda: Livraria Sá da Costa Editora, p. 9).

À semelhança da situação que se verificava na cidade da Guarda, a população de Celorico da Beira e Linhares vivia dentro do reduto amuralhado (RODRIGUES, 1992: 42), e uma das suas principais riquezas era o gado e o pastoreio. Outra similitude com a cidade da Guarda era o facto de os cavaleiros-vilãos serem dos maiores detentores de cabeças de gado, e, como tal, eram os mais interessados na sua defesa e preservação. O interesse que o gado acarretava, demonstra a grande importância que os pastores detinham na organização municipal desta região, sendo que foram contemplados com grandes privilégios nos vários forais concedidos a estas localidades, nomeadamente à cidade da Guarda (RODRIGUES, 1992: 43).

Valhelhas, outra localidade pertencente ao concelho da Guarda, apresenta semelhanças com a cidade em estudo, no sentido em que ambas as localidades receberam foral por parte de D. Sancho I no séc. XII (1187 e 1199, respetivamente), com o intuito de ali atrair novos povoadores, e assim conseguir aumentar a sua população (ROCHA, 1997: 60). O castelo da vila de Valhelhas, que teria sido restaurado por D. Sancho I em 1187, quando foi reedificar a cidade da Guarda (ROCHA, 1997: 162), assim como a concessão de foral a estas localidades, denotam uma política de valorização de um território de fronteira, de modo a garantir uma melhor defesa e criar uma identidade.

Tal como se passou na cidade da Guarda, também em Aguiar da Beira a população se concentrou dentro do reduto amuralhado pertencente ao seu castelo (COSTA; PORTUGAL, 1985: 100). Hoje, no entanto, encontra-se desmantelado, tendo as suas pedras sido aproveitadas para outras construções (COSTA; PORTUGAL, 1985: 101), sendo que do antigo castelo apenas restam as muralhas.

3.2 – Os movimentos económicos.

Tal como se passou na cidade da Guarda, em Celorico da Beira o dinamismo comercial impulsionou o crescimento urbano, mas teve uma grande consequência negativa, nomeadamente o afastamento da população do centro histórico. Tendo ambas as localidades nascido e crescido em torno do seu castelo, o seu maior crescimento iria

contudo desenvolver-se extramuros, o qual contribuiu para a perda de importância na vida da cidade dos seus centros históricos (RODRIGUES, 1992: 93). Não será estranho a este processo o facto de em Valhelhas, tal como na Guarda, as primeiras construções extramuros se encontrarem junto a importantes vias de comunicação, fruto da animação de gentes e mercadorias.

Celorico da Beira iria receber carta de feira em 1287 (RODRIGUES, 1992: 43), a qual marcou um momento decisivo para a história desta localidade, e arredores, pois as feiras de Celorico da Beira contribuíram, igualmente, para o desenvolvimento económico e urbano das localidades mais próximas, tal como a cidade da Guarda (RODRIGUES, 1992: 44). O comércio de cereais e sal tornou-se muito importante, assim como o comércio do queijo. Em algumas aldeias do concelho da Guarda, a atividade pastoril e o fabrico artesanal de queijo, representaram durante décadas o sustento de muitas famílias, assim como um importante fator de desenvolvimento (ISIDRO, 2009: 4).

Do mesmo modo, esta feira também impulsionou um grande dinamismo comercial nas localidades vizinhas, devido à chegada de almocreves e comerciantes judeus. A partir do séc. XIV, com a fixação de comunidades judaicas na Guarda e em Trancoso, o seu peso na economia revelou-se de grande importância, pelo que os reis começam a conceder-lhes vários privilégios. Eram, nesta altura, considerados como sendo indispensáveis à economia nacional (RODRIGUES, 1992: 93)¹⁴. Veja-se, de forma mais detalhada, o significado de algumas atividades.

3.2.1 – A importância da transumância.

A transumância consiste numa deslocação sazonal dos rebanhos praticada desde a antiguidade, nas alturas do ano em que a temperatura é mais extrema, ou seja, no Verão (altura mais quente do ano), e no Inverno (altura mais fria). Sempre foi uma atividade praticada por toda a Europa, com maior incidência nas zonas montanhosas (PINHEIRO, 2008: 150).

¹⁴ No entanto, hoje em dia cada vez são menos os que se dedicam à pastorícia e ao fabrico de queijo artesanal. Em larga medida, tal deve-se ao desaparecimento da prática da transumância nesta região, e ao envelhecimento dos pastores.



Os movimentos transumantes no passado (representados pelas setas mais longas) e no presente (a pontilhado). (Fonte: ISIDRO, Alexandra (coord) (2009). *Leite, cardo e mão frias – O queijo Serra da Estrela no Concelho da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda; Núcleo de Animação Cultural, p. 7).

Esta prática nasceu da necessidade de se disponibilizar uma fonte de alimento regular aos rebanhos, com o intuito de combater a escassez de pastagens, e igualmente de modo a afastar os rebanhos de ovelhas e cabras do clima rigoroso. O regresso a terras mais quentes verificava-se durante o mês de Março, até meados de Abril (ISIDRO, 2009: 9). No entanto, já desde o séc. XIX, que esta prática sazonal se encontra em declínio, tendo praticamente caído em desuso¹⁵ (OLIVEIRA; SILVA, 2000: 13).

¹⁵ Ao contrário do que se passa em Espanha, onde continua a ser alvo de uma prática regular.

Os rebanhos da zona em estudo saíam entre Outubro e Novembro para zonas mais quentes (ISIDRO, 2009: 6). É a chamada transumância de Inverno, a qual desde cedo caracterizou esta atividade na região da Serra da Estrela. Existia igualmente a transumância de Verão, de frequência anual e realizada entre Agosto e Outubro. Os pastores dos concelhos de Celorico da Beira e Linhares, juntavam-se com os de Trancoso e de Seia, e faziam transumância para as terras quentes do Sul¹⁶ (RODRIGUES, 1992: 43).

Ainda há uma rota de transumância mais curta efetuada no Inverno no planalto beirão, assim como uma rota de Verão. Consiste na deslocação dos rebanhos para os pontos mais altos da Serra da Estrela e da Serra do Montemuro. Os rebanhos sobem no S. João (24 de Junho) e permanecem na serra até ao S. Bartolomeu (24 de Agosto). Há ainda outros rebanhos que ficam na serra até Setembro, ou seja, até chegar o frio. Na transumância de Inverno, de maior distância, o objetivo final era a parição e a criação dos borregos. A passo que na transumância de mais curta distância, o objetivo primordial passou a ser o fabrico do queijo (ISIDRO, 2009: 9).

Com efeito, na Beira Interior, a agricultura, a criação de gado e a manufatura têxtil, são atividades que se encontram interligadas desde a Idade Média. Nas feiras realizadas na cidade da Guarda, a venda de produtos agrícolas, de gado e de manufaturas sempre se afigurou de extrema importância, a qual também denota a grande correlação entre estas atividades (PINHEIRO, 2008: 150).

Os rebanhos constituíam uma fonte de riqueza para os seus donos, para a coroa, para os municípios, e também para as ordens religiosas, através da aplicação do imposto denominado de montado. Estas cobranças eram comuns a outras regiões onde se praticava a transumância, nomeadamente, na Beira Alta, no Douro e no Alentejo (OLIVEIRA; SILVA, 2000: 30).

A importância da pastorícia nesta região apresenta-se atestada logo nos forais atribuídos pelos primeiros reis, nos quais os criadores foram beneficiados com o privilégio de não

¹⁶ Quando procurava os pastos de Inverno, o gado transumante da Serra da Estrela deslocava-se até às campanhas da Idanha, Campos do Mondego, vale do Douro, e para o Alentejo (OLIVEIRA; SILVA, 2000: 36).

pagar o imposto do montado pelo seu gado em nenhuma terra. Tal passava-se relativamente à povoação de Trancoso, localizada no distrito da Guarda, assim como em Évora, Covilhã, Castelo Branco e Belmonte, (OLIVEIRA; SILVA, 2000: 32).

O facto de se encontrarem várias referências à aplicação do montado, assim como disposições acerca do furto de gado, da venda de animais e do gado perdido, demonstra como a atividade do pastoreio era muito importante. Também nos foros e costumes de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, Beja, Évora e Guarda, se encontram várias referências ao pastoreio, mais do que relativamente à prática da agricultura, por exemplo. (OLIVEIRA; SILVA, 2000: 30). Igualmente nos foros e costumes de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Rodrigo e da Guarda, se encontram estabelecidas as relações entre os proprietários dos rebanhos e os pastores por estes contratados (PINHEIRO, 2008: 150).

No séc. XVI, alguns forais manuelinos concedidos a esta região, permitem chegar à conclusão de que já se encontrava plenamente estabelecida a organização da transumância (PINHEIRO, 2008: 151). A organização pastoril aparece clara no foral manuelino concedido à cidade da Guarda, a 1 de Junho de 1510, quando surge a referência à aplicação de uma portagem que recaía sobre os gados e outros produtos que transpunham os limites dos concelhos.

Há igualmente neste foral uma disposição acerca da devesa, ou defesa, reservada aos gados dos habitantes desta cidade e do seu termo. Os gados que iam para essa região para o pastoreio de inverno, não tinham entrada nesses terrenos. Foram também fixadas multas para o caso de animais alheios serem encontrados no terreno deveso (OLIVEIRA; SILVA, 2000: 33). Também no foral manuelino concedido à cidade da Guarda, a propósito do imposto geral de portagem, distingue-se o gado estante do gado transumante (PINHEIRO, 2008: 151). Nas cortes de Lisboa de 1579, de modo a encorajar a prática da transumância, o privilégio dos pastores da cidade e termo da Guarda de não pagar multas quando pastoreavam fora do seu termo, foi estendido a todos os pastores serranos (OLIVEIRA; SILVA, 2000: 34).

Como tal, na região em estudo, a pecuária teve desde cedo um peso considerável na economia pois “proporcionava um conjunto de produtos de grande valor e utilidade: as crias, a carne, os couros, os produtos lácteos, a lã e o estrume” (OLIVEIRA, 2010: 97). O comércio das fibras de lã, dos cobertores de papa e do queijo da Serra da Estrela são alguns dos produtos já comercializados desde há vários séculos, e presume-se que com um peso considerável na economia aí praticada.

A cidade da Guarda e o seu termo apresentavam um número elevado de pessoal empregue na indústria da lã, o qual denota o grande peso que esta atividade representava para esta zona, sobretudo desde o séc. XIX. No entanto, a sua fraca produção de peças por ano, demonstra o seu atraso tecnológico, e o facto de a maior parte dos trabalhadores não se dedicarem exclusivamente a esta atividade (RODRIGUES2, 2004: 25).

Em 1864 já existia na região da Guarda a produção industrial de cobertores de lã (RODRIGUES2, 2004: 26). A produção especializada impulsionou a fixação da população na região, assim como o seu crescimento contínuo. Contudo, em 1866, ainda se denota uma elevada importância da prática da produção de lã dispersa, e destinada ao consumo interno, o qual era fulcral para o desenvolvimento do fabrico de mantas e tapetes (RODRIGUES2, 2004: 22) o fabrico da lã conheceu grande importância até metade do séc. XX, sendo que em 1943 ainda existiam 104 fábricas em funcionamento neste concelho (PINHEIRO, 2008: 294). Também o fabrico industrial dos cobertores de papa e das mantas de lã demonstrou grande importância nesta região ainda no séc. XX, com fábricas em localidades como nos Trinta, em Meios, Maçainhas e Vale de Estrela (RODRIGUES2, 2004: 27). No entanto o grande atraso que as indústrias deste concelho sempre apresentaram iria ditar o encerramento de grandes parte destes estabelecimentos fabris, embora ainda existam várias fábricas abertas em Maçainhas, tais como a Têxteis António João S.A., e a Fábrica Artur Freire, por exemplo (RODRIGUES2, 2004: 32-34).



Facas de tosquia (Museu de Tecelagem dos Meios). (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Três tipos de cobertores de papa (Museu de Tecelagem dos Meios). (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

4 – A evolução da paisagem urbana da cidade da Guarda.

«A cidade é uma paisagem específica “fabricada” pelo homem, que nos informa sobre as vicissitudes e características da comunidade que a habita.»

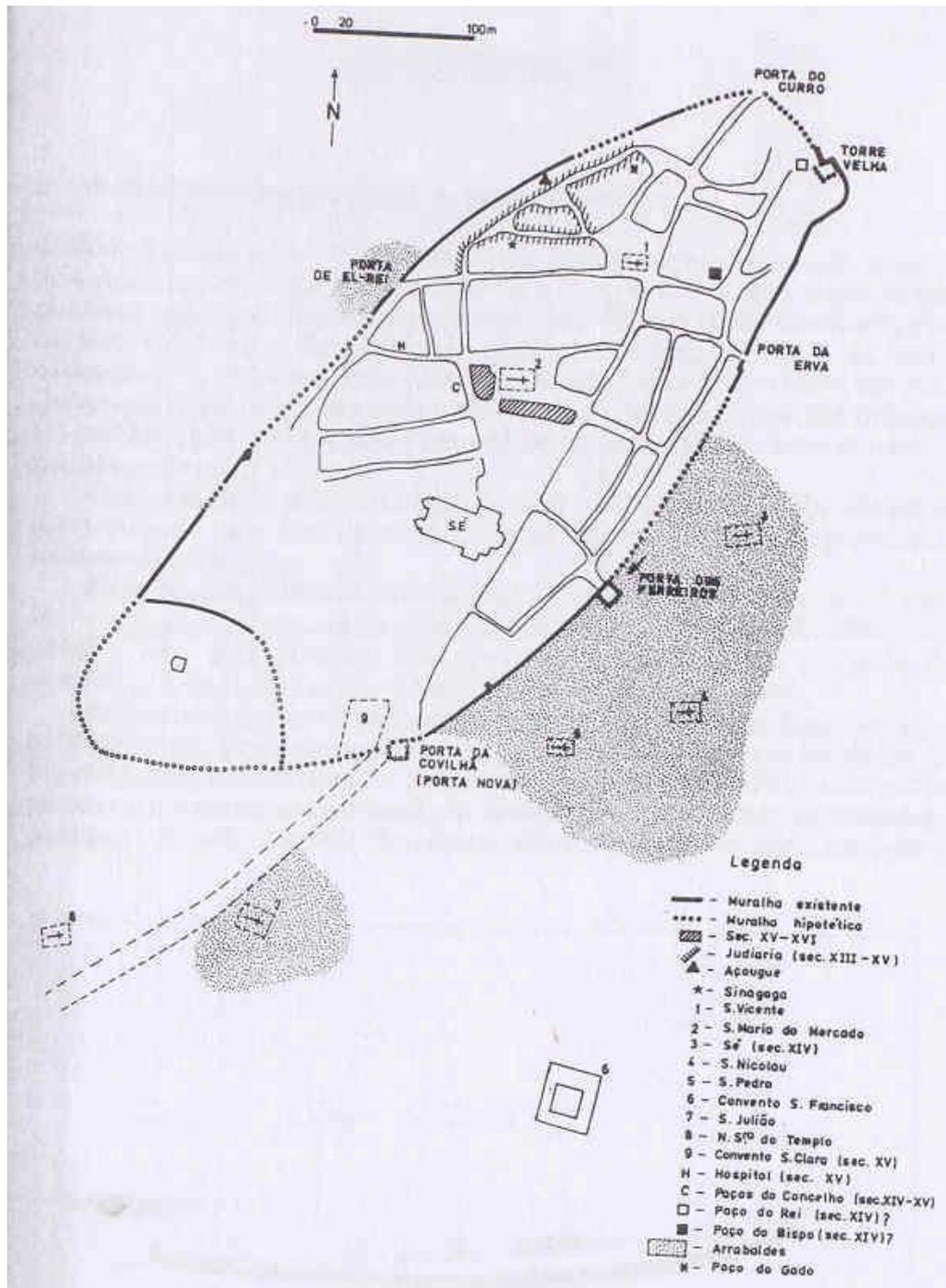
Rita Costa Gomes¹⁷

Cidade de antiga origem, a qual remonta ao séc. XII, a cidade da Guarda apresenta várias fases na sua formação e desenvolvimento enquanto núcleo urbano proeminente e com grande influência sob o espaço envolvente. De modo a efetuar esta análise, procura-se realizar uma abordagem em duas partes, sendo que a primeira irá tratar a evolução da paisagem urbana desde a fundação no séc. XII, até ao séc. XVIII; e a segunda parte irá ser balizada entre o séc. XVIII e o séc. XX. Tal cronologia tão abrangente deve-se ao facto do núcleo urbano pouco se ter modificado, sendo que se manteve praticamente inalterado até ao séc. XVIII, e foi sobretudo a partir do séc. XIX até ao séc. XX que sofreu alterações profundas, as quais marcam o aspeto da paisagem urbana desta cidade até à atualidade e que estarão ligadas à própria evolução económica e funcional da vila/cidade

José Garcês no livro *História da Guarda. Oitocentos Anos de Cidade*¹⁸, já chamava a atenção para o facto de se poderem considerar duas fases importantes para o crescimento urbano da cidade da Guarda. Uma primeira fase, sobretudo defensiva, a qual evoluiu para o desenvolvimento urbano, aquando da construção da Sé Catedral na atual Praça Luís de Camões; e uma segunda que se pode balizar entre o séc. XIX e séc. XX, quando no séc. XIX a cidade passou por destruições/intervenções no seu património edificado, e no século seguinte, se verificou uma forte descaraterização da sua paisagem urbana, e, conseqüentemente, histórica e da sua paisagem natural e cultural.

¹⁷ GOMES, Rita Costa (1987). *A Guarda Medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*, p. 5.

¹⁸ GARCÊS, José (1999). *História da Guarda. Oitocentos Anos de Cidade*. Lisboa: Âncora Editora.



Planta do centro histórico da cidade da Guarda. (Fonte: GOMES, Rita Costa (1987). *A Guarda Medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. Coleção Cadernos da Revista de História Económica e Social. Guarda: Livraria Sá da Costa Editora, p. 31).

Nesta altura, o antigo núcleo urbano medieval começa definitivamente a desenvolver-se extramuros e a malha edificada estendeu-se às quintas, criando assim uma verdadeira periferia. A proeminência da periferia, e a transferência da sede da Câmara Municipal da Guarda dos antigos Paços do Concelho – localizados na Praça Luís de Camões –, para a Praça do Município (local extramuros, onde outrora se localizava o Mercado Municipal), contribuíram para o agravamento do despovoamento do centro histórico, assim como a perda da sua centralidade na verdadeira aceção da palavra, sendo que tal característica passou a pertencer à Praça do Município.

Tal como nos é chamado à atenção por Rita Costa Gomes, o estudo do urbanismo é, antes de mais, o estudo das pessoas e dos seus movimentos políticos, religiosos e sobretudo económicos¹⁹, de modo que tal abordagem também se torna importante na elaboração do estudo da evolução da paisagem urbana da cidade da Guarda. É o que tentaremos realizar nas páginas seguintes.

4.1 – Do séc. XII ao séc. XVIII: A formação da cidade – desde o núcleo primitivo, até à sua plena constituição.

De modo a efetuar uma análise completa da evolução da paisagem urbana desta cidade importa, antes de mais, entender quais os motivos que presidiram à sua fundação. Para realizar tal estudo, podem-se colocar três questões orientadoras: o quando – quando surge a cidade da Guarda? O onde? – qual a localização escolhida para a fundação deste núcleo urbano? E o porquê? – porquê a escolha deste local para a fundação de uma cidade? Na tentativa de fornecer uma resposta a estas três questões pertinentes, iremos focar-nos nos elementos que melhor caracterizam o sistema administrativo e económico desta localidade, nomeadamente, a análise das suas características particulares enquanto povoado de fronteira ao qual, após o foral sanchino, foram atribuídas as honras de cidade, cabeça de concelho e sede de bispado, assim como a análise da sua vida económica, patente nas trocas comerciais, realizadas sobretudo em mercados e feiras.

¹⁹ “... l’histoire urbaine n’est qu’un chapitre, mais combien important, de l’histoire du peuplement” F. Vercauteren (1967). “Conceptions et méthodes de l’histoire urbaine médiévale”, In *Cahiers Bruxellois*, XII. Citado por GOMES, 1987: 4.

Quando se estuda a génese da Guarda enquanto cidade, como ponto de partida, torna-se importante ter em conta três dados relevantes, nomeadamente, “a existência de um mercado, a presença de um bispo” (GOMES, 1987: 28), e a sua localização fronteiriça. Constituem-se como três pilares relevantes para a diferenciação da Guarda relativamente ao meio rural que a envolvia, os quais a transformaram verdadeiramente numa cidade, na real aceção da palavra, mais pelos papéis de centro de poder, religioso e político do que por crescer o número de habitantes.

Na obra *Causas que Presidiram à urbanização da Cidade da Guarda*²⁰, o autor Carlos Alexandre de Aguiar considera que as principais causas que levaram à fundação desta cidade foram sobretudo de ordem estratégica e militar (administrativa). Estratégica devido à sua localização; e militar pois foi fundada com o intuito de constituir um baluarte de defesa do reino naquela zona. O autor afirma igualmente que a sua fundação como que constituiu um distrito militar, acrescido posteriormente de bispado em 1199, no mesmo ano da sua fundação enquanto cidade. (AGUIAR, 1940: 10). Tais dotações administrativas tinham a intenção de povoar a vasta zona, embora esse desejo ficasse sempre aquém das expectativas, por ter sido alvo de várias crises demográficas.

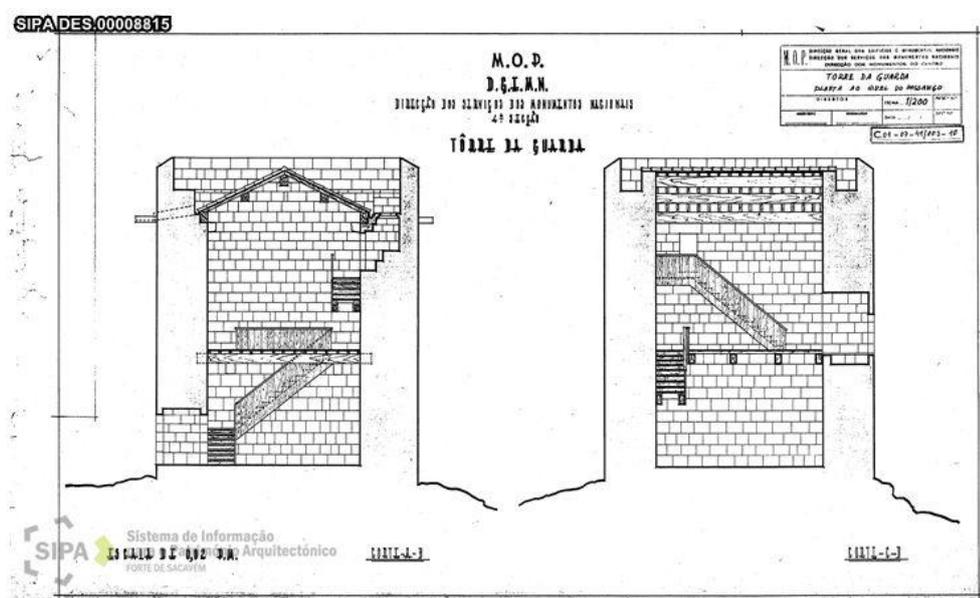
Também a construção do reduto urbano, constituído pela muralha (com as suas portas e torres) e Torre de Menagem, e da Sé Catedral, iria modificar profundamente o aspeto urbanístico do antigo núcleo medieval, e condicionar a maneira como o perímetro urbano se desenvolveu. Entender todos os fenómenos e acontecimentos associados à construção destes dois monumentos, significa entender, no fundo, a génese urbana medieval desta cidade, pois sem a sua edificação, a cidade da Guarda apresentaria um desenvolvimento e aspeto completamente diferentes.

Este castelo foi mandado construir pelo monarca D. Sancho I no séc. XII ou XIII, sendo deste período o início da construção das suas muralhas. Há dúvidas sobre a existência de uma construção primitiva no local onde se ergue a torre de menagem, mas é certa a existência de notícias de obras do castelo a partir de 1221 (GOMES, 1987: 35). Em 1290

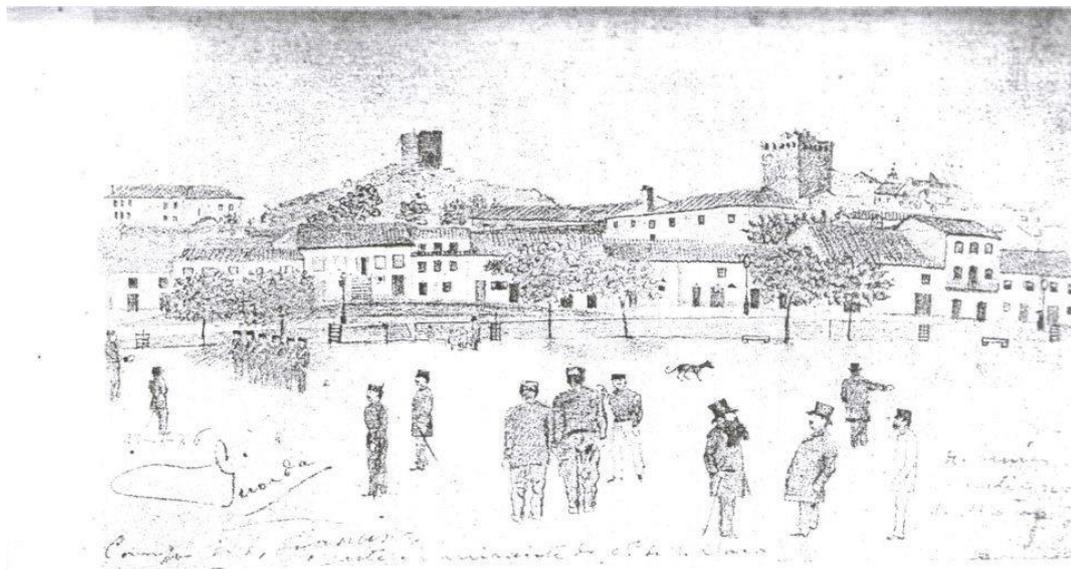
²⁰ AGUIAR, Carlos Alexandre de (1940). *Causas que Presidiram à Urbanização da Cidade da Guarda*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.

iria iniciar-se a construção da Torre de Menagem, a qual constitui o elemento deste castelo mais proeminente na paisagem. Esta torre localiza-se no ponto mais alto da cidade, sob uma escarpa de afloramentos gravíticos, o que a torna muito defensável. No mesmo século, dar-se-ia início à construção da Torre dos Ferreiros. Deve o seu nome à sua localização numa zona da urbe onde predominavam os “ferreiros artesãos” (AFONSO,1984: 209).

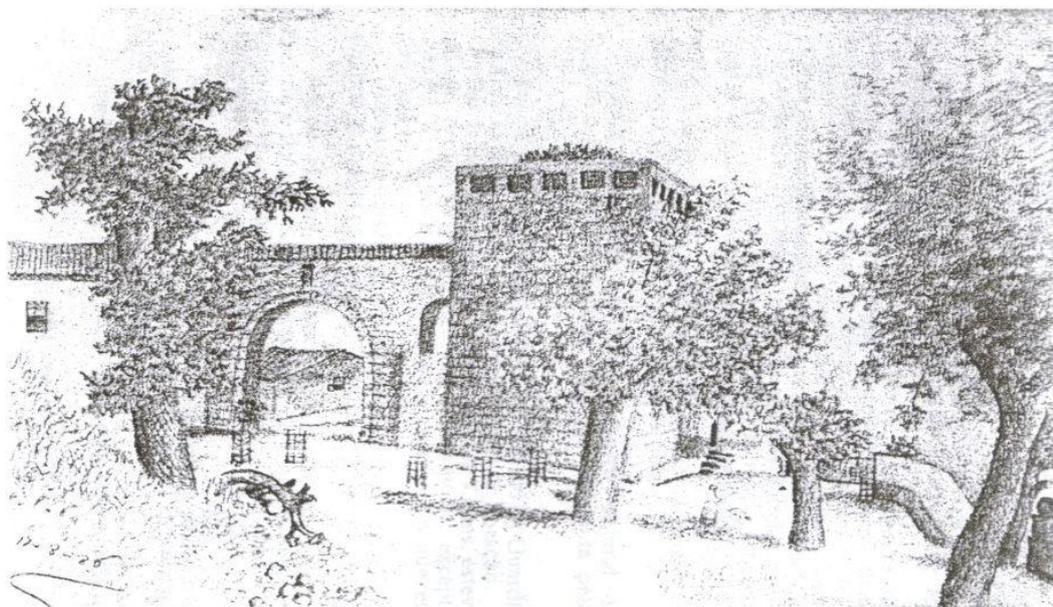
A construção de muralhas foi muito ativa nos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis, prolongando-se ao longo dos séculos, com início no séc. XII, e término no séc. XV. É neste século que se verifica a última referência a obras de vulto neste castelo (SIPA, 1991), nomeadamente com a modificação da Porta da Covilhã, passando assim a denominar-se de Porta Nova. A muralha manteve-se praticamente intacta até ao séc. XVIII, apresentando cinco portas: Porta da Erva, Porta d’El Rei, Porta dos Ferreiros, Porta da Covilhã (mais tarde, Porta Nova) e Porta do Curro (FERNANDES, 1997: 10). No entanto, na centúria seguinte, a história deste castelo iria ser marcada por várias destruições de torres, portas e de grandes lanços de muralha, sendo que atualmente apresenta a Porta da Erva, Porta d’El Rei e a Torre e Porta dos Ferreiros.



Corte da Torre de Menagem. (Fonte: www.monumentos.pt. Última consulta: 10/7/2013, 18:26h).



Cidade da Guarda em 1886. Campo de São Francisco, atual Jardim José de Lemos. Ao fundo pode ver-se a Torre de Menagem (à esquerda), e a Torre dos Ferreiros (à direita). Desenho de Joaquim Manuel Correia. (Fonte: RODRIGUES, Adriano Vasco (2000). *Guarda Monografia. Pré-História, História e Arte*. Guarda: Santa Casa da Misericórdia da Guarda., p. 389).



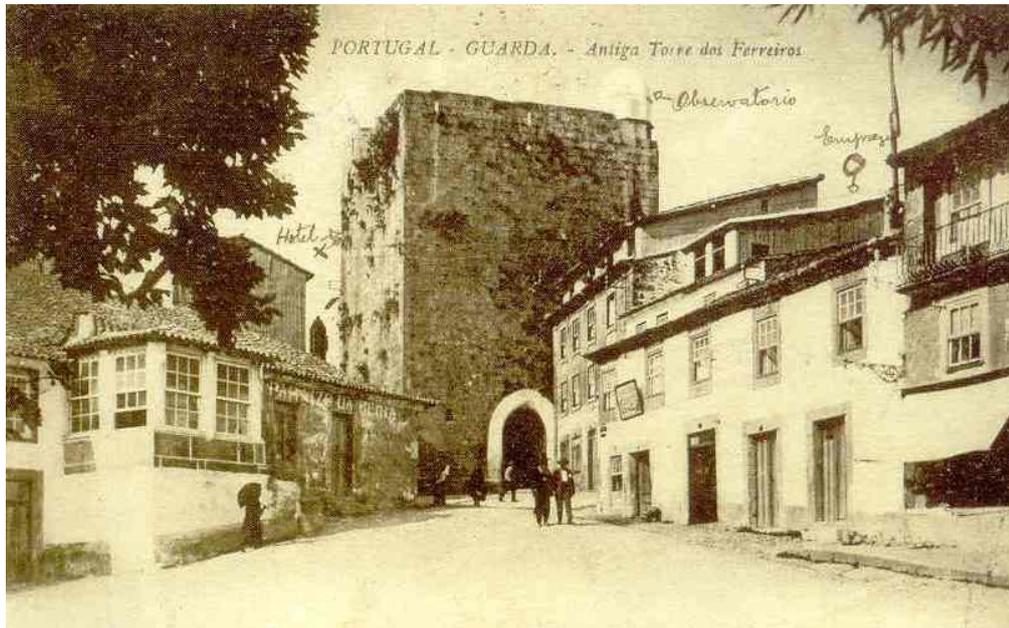
Convento de Santa Clara com arcos que o ligavam ao mirante ou Torre Nova (anteriormente, Torre da Covilhã). Ambas as construções viriam a ser demolidas entre 1887 e 1889. Desenho de Joaquim Manuel Correia (1886). (Fonte: RODRIGUES, Adriano Vasco (1977). *Monografia Artística da Guarda*. Guarda: Comissão Municipal de Turismo da Guarda, p. 47).



Torre de Menagem em 1935. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA, p. 71).



Torre de Menagem na atualidade. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Torre dos Ferreiros em 1928. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA, p. 76).



Torre dos Ferreiros na atualidade. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Entrada em cotovelo da Torre dos Ferreiros. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Porta da Erva na atualidade. Garantia acesso à Rua Francisco de Passos, ou Rua Direita. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Porta d' El Rei na atualidade. Única porta da muralha que através da Rua de São Vicente garantia ligação com a judiaria. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Troço de muralha localizado junto à porta d' el Rei. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Troço de muralha localizado junto à cidadela do Torreão. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



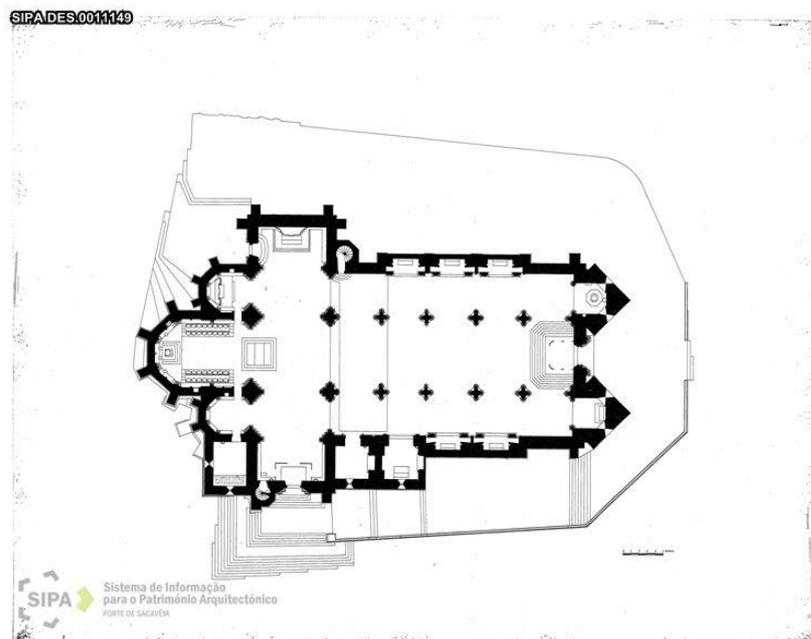
Largo do Torreão. Neste local outrora localizou-se a cidadela do Torreão. (Fonte: Vanessa Pita, 2012).



Planta do centro histórico da cidade da Guarda, na qual se pode vislumbrar os troços de muralha ainda existentes. (Fonte: PEREIRA, Vítor; PENA, António (coord.) (2008). *Roteiro Arqueológico da Guarda. Território, paisagens e artefactos*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, p. 45).

Quanto à Sé Catedral, a sua construção iria modificar profundamente toda a zona intramuros, pois a sua envolvente, constituída pela Praça Velha (atualmente Praça Luís de Camões), tornou-se na principal praça de toda a Guarda medieval, o que contrastava com o que se havia verificado anteriormente, sendo que sempre existiu uma predominância central da Praça de São Vicente (hoje Largo de São de Vicente).

Tal como é referido por Rita Costa Gomes, até à construção da Sé, a qual se prolongou ao longo dos sécs. XIV e XVI, as principais praças deste povoado medieval eram a Praça de Sta. Maria do Mercado e a Praça de São Vicente. A construção da Sé iria modificar profundamente esta orientação, e levar à destruição da Igreja de Sta. Maria do Mercado, e o conseqüente desaparecimento da praça com o mesmo nome (GOMES, 1987: 53).



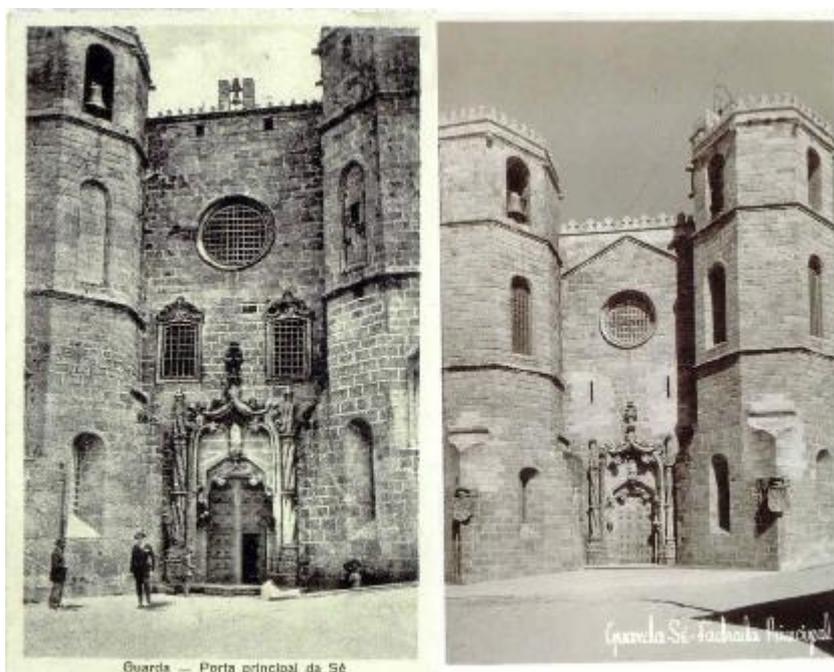
Planta baixa da Sé Catedral depois das obras, em 1957. (Fonte: www.monumentos.pt. Última consulta: 17/07/2013, 21:49h).



Fachada norte da Sé Catedral (contudo usada como entrada principal), em 1938. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA, p. 94).



Fachada norte da Sé Catedral na atualidade. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



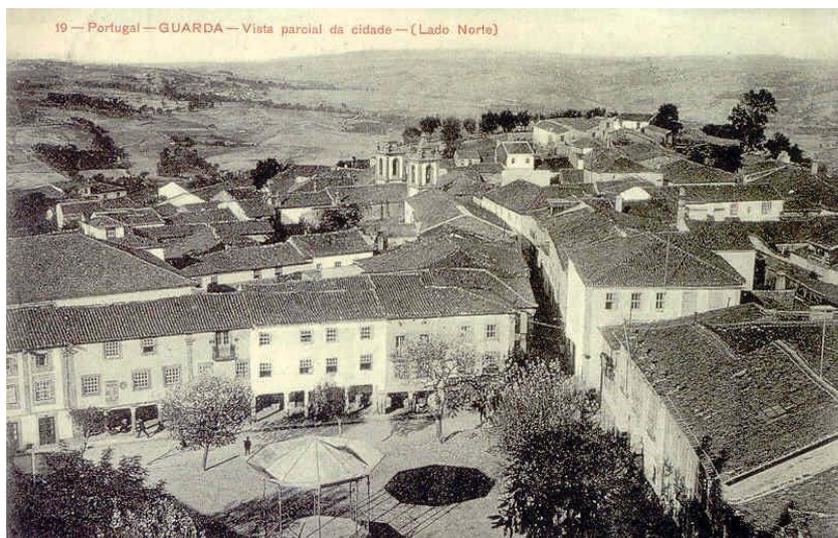
Fachada principal da Sé Catedral em 1942 e 1965, respetivamente. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 107 e 109).



Fachada principal da Sé Catedral na atualidade. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Interior da Sé Catedral. Vista da entrada principal para a nave central. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



A Praça Luís de Camões (Praça Velha à época) em 1917. Para além de se constatar o quanto a praça mudou desde então, visto que já não apresenta vegetação nem o coreto, verifica-se, igualmente, como as construções se concentravam junto desta praça, em primeiro plano, e junto da igreja de S. Vicente, em segundo plano.

(Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 125).



A Praça Luís de Camões na atualidade. Para além das modificações na praça, verifica-se como as construções se estendem muito para além do centro. (Fonte: Vanessa Pita, 2011).

4.1.1 – Os Forais e os Foros e Costumes.

A concessão de forais por parte dos monarcas que codificavam as normas de viver comum das populações que moravam em paróquias diferentes, concedia estatuto e dignidade, marcava deveres e direitos. Tinham estes forais por principais objetivos, comuns a todos: a fixação de população, e o reconhecimento de vários privilégios e liberdades aos centros urbanizados e dinâmicos em comércio e artesanato. Deste modo, a concessão de forais estendia potencialmente, o poder da monarquia desde o centro de governação até às periferias.

Cada concelho adquiria características na sua carta de foral segundo as suas especificidades. Na clássica tipologia fornecida por Torquato de Sousa Soares²¹, os concelhos podiam dividir-se em concelhos urbanos ou rurais, sendo que, geralmente, no primeiro caso a atividade económica mais importante aí praticada se basearia no comércio, e, no segundo caso, deveria basear-se na agricultura. A diferenciação também se poderia efetuar através do número de habitantes. No caso dos concelhos rurais, a sua administração seria efetuada por um juiz local, ou um exator fiscal, ou por ambos. (SOARES, 1963: 137). Em relação aos concelhos urbanos, apresentariam uma organização mais complexa. Existiam os burgos, aos quais a carta de foral concedia igualdade de direitos e deveres aos moradores aí residentes, os quais na terminologia concelhia, eram conhecidos como vizinhos. Os comerciantes eram os principais proprietários, somente se encontrando sujeitos ao pagamento de um censo anual. No entanto, tinham como dever efetuar a prestação de serviços e o pagamento de direitos senhoriais, nomeadamente, o pagamento de portagem, e de coimas (multas judiciais).

Ainda relativamente aos concelhos urbanos, maioritariamente os situados em territórios fronteiriços, serviam-se de um castelo, à volta do qual se desenvolvia o centro urbano. A par desta organização, cuja configuração pode ser considerada como sendo de origem portuguesa, há também concelhos que adotaram uma organização com base no modelo de Salamanca e de Ávila (SOARES, 1963: 138).

²¹ SOARES, Torquato de Sousa (1963) – “Concelhos”. In SERRÃO, Joel (coord.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2. Porto: Livaria Figuerinhas, pp. 137-140.

O modelo salamtino é caraterístico dos grandes concelhos, e foi seguido pela maior parte dos concelhos do atual distrito da Guarda. É uma organização evoluída e adaptada a grandes territórios: além do núcleo urbano, existem núcleos com uma certa autonomia jurisdicional, o que ajudaria à governação. Quanto ao modelo de Ávila, foi outorgado a Évora em 1166, sendo que de seguida foi atribuído à maior parte das localidades alentejanas, assim como a Castelo Branco. São igualmente povoações com uma grande extensão, tal como se passava com as que receberam o modelo de Salamanca, no entanto, as localidades que receberam o modelo de Ávila, evidenciavam um maior caráter militar (SOARES, 1963: 139).

Tal como é referido por Carlos Alexandre de Aguiar, conclui-se que os nossos primeiros monarcas se empenhavam em fixar habitantes: “atraem moradores, aos quais são concedidos privilégios especiais; fundam povoações; instituem concelhos; fazem a concessão de forais (...)” (AGUIAR, 1940: 5).

Tendo surgido no séc. XII através da concessão de foral por parte de D. Sancho I a 27 de novembro de 1199, a cidade da Guarda tem os seus primórdios relacionados com a expansão da região em que se insere, a Beira. Área desde cedo problemática em termos demográficos, de que a Guarda não foi exceção, a concessão do foral sanchino foi uma tentativa de dar resposta a esse problema, de promover o repovoamento da área, e de resolver os conflitos típicos de uma área de fronteira, os quais também afetavam a cidade em estudo.

Antes de receber foral, a Guarda não seria mais que uma pequena comunidade, protegida por uma atalaia ou torre (uma “guarda”), da qual se vigiava a circulação de gentes e bens através das vias que atravessavam esta região, e uma das quais, a via colimbriana, encontrando-se próxima desta comunidade, também foi um dos fatores que ditaria a fixação do núcleo inicial de população que iria receber foral no séc. XII, contributo logístico para o crescimento desta localidade ao longo dos séculos seguintes (GOMES, 1987: 25).

Será precisamente após a concessão da carta de foral em 1199 que a Guarda adquire definitivamente o seu cunho como sede urbana, e, conseqüentemente, como sede episcopal, materializado na construção da catedral, como se escreveu atrás. Como afirma Maria Helena da Cruz Coelho no prefácio denominado *Memórias Municipais da Guarda* ao livro *Forais e Foros da Guarda*²², a Guarda torna-se num verdadeiro “pólo enquadrador e dinamizador da área fronteiriça da margem ocidental do Coa” (COELHO, 1999: 15).

Da carta de foral outorgada por D. Sancho I à cidade da Guarda não se conserva o original, o que se conhece é a confirmação da mesma por D. Afonso II, concedida em Santarém, a Dezembro de 1217. Este foral instituiu um concelho urbano, na tipologia fornecida por Torquato da Sousa Soares, como já foi mencionado.

A sua promulgação insere-se numa altura marcada por um desenvolvimento das funções políticas, o qual conduziu à importância crescente das magistraturas locais. A nível social, os cavaleiros-vilãos adquirem nova importância política, a par dos vizinhos, os quais para além de desempenharem funções políticas, desempenhavam igualmente importantes funções económicas. Os não vizinhos e os aldeãos vão sendo cada vez mais afastados dos cargos mais importantes²³ (COELHO, 1999: 17).

Duas das maiores preocupações presentes no foral eram relativas à justiça e à fixação dos homens no concelho. Relativas à justiça, porque nesta zona existiam conflitos e crimes, numa localidade de fronteira, para onde iam os condenados, o cunho bélico e militar adquiriam uma elevada importância. Para modificar tal situação, o monarca impôs várias punições relativas a crimes como o homicídio, a violação e o rapto.

A título de exemplo, um dos privilégios relativos à justiça fornecidos aos habitantes do concelho da Guarda previa que os homens de outras terras não pudessem perseguir os

²² COELHO, Maria Helena da Cruz (1999) – “Memórias Municipais da Guarda”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. *Forais e Foros da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, pp. 20-34.

²³ Quanto a autoridades mencionadas na carta de foral outorgada à cidade da Guarda, como representantes do concelho, encontramos o *concilium*, o meirinho, o juiz, os alcaides, o porteiro e os jurados. Quanto a representantes do poder régio, existia o *palatium*. De entre os oficiais municipais, os mais altos representantes eram os alcaides. Como oficiais subalternos, existia o porteiro para o fisco, e os jurados para o judicial (COELHO, 1999: 17).

habitantes da cidade da Guarda, assim como estes não podiam ser julgados por habitantes de outros concelhos. As desavenças dos habitantes do concelho da Guarda com habitantes de fora do seu concelho deviam ser resolvidas nas zonas localizadas o mais possível nos limites do concelho guardense (COELHO, 1999: 19). Pelo que se depreende que a justiça era muito específica e adaptada à resolução de conflitos e situações próprias de uma localidade fronteiriça.

Quanto ao povoamento, devido à grande necessidade de ser estimulado, de modo a solidificar a recente atribuição de foral e elevação deste povoado à categoria de cidade, a par das honras de cabeça de concelho e sede de bispado, sempre foi importante para a cidade da Guarda acolher pessoas que se encontravam a braços com a justiça. Essa característica viria a ser reforçada, mais tarde, com a instauração de um couto de homiziados por parte de D. Dinis com o intuito de colmatar a crise demográfica que teve início no séc. XIV devido à fome, peste e guerra, e a qual ainda se fazia sentir no séc. XVI.

Pela carta de foral outorgada por D. Sancho I, sabe-se, igualmente, que a função guerreira cabia aos cavaleiros-vilãos, e não aos peões e aos clérigos. A cavalaria-vilã era um grupo importante neste concelho. Ostentava grande riqueza, a qual provinha da posse de terras, gado e do comércio, pois comercializavam os produtos agrícolas e o gado no mercado urbano. Detinham vários privilégios e isenções, como, por exemplo, o privilégio de poder ter terras fora do concelho; e de em tribunal, o seu testemunho equivaler ao de infância.

A classe social que se seguia à cavalaria-vilã era a dos peões. O seu testemunho equivalia ao de cavaleiro-vilão, e, tal como estes, os peões eram também proprietários, mas de pequenas propriedades rurais ou urbanas, e situadas na cidade ou na sua proximidade (COELHO, 1999: 19).

Seria a partir da troca de produtos agrícolas e de gado que a economia da cidade da Guarda se sustentava. Trocas efetuadas entre os habitantes da cidade e do seu termo, assim como com os comerciantes vindos do exterior, os quais deveriam pagar uma portagem. Situação que contrastava com o que se passava em relação aos comerciantes do concelho da Guarda, os quais, por determinação do foral, se encontravam isentos de portagem em todo o reino.

A intenção que provinha da declaração desse privilégio era que o concelho, e sobretudo a cidade da Guarda, se tornasse num importante polo comercial

O séc. XIII seria, assim, marcado por uma grande evolução a nível demográfico, económico e até urbanístico. O grande incremento comercial conhecido nesta altura seria reforçado em 25 de Março de 1255 com a outorga de carta de feira pelo monarca D. Afonso III. (COELHO, 1999: 21).

É neste contexto que, no séc. XIII, surge a publicação dos foros e costumes da cidade da Guarda. Representaria já a última fase do desenvolvimento do sistema político concelhio (COELHO, 1999: 21) (prolongar-se-ia até finais do séc. XIII), sendo que deixam antever uma sociedade na qual “o comércio e o artesanato têm mais importância que (...) o rebanho” (GOMES, 1987: 22).

A redação deste documento foi feita por elites, e a favor das mesmas. Procurariam gerir o espaço da cidade e do seu termo, e as tensões que provinham dessa relação dos “nós”, ou seja, a cavalaria-vilã e os vizinhos, com os “outros”, os peões e aldeãos (COELHO, 1999: 22). Procurava-se igualmente dar resposta às necessidades socioeconómicas de um centro urbano em evolução, e que tinha sob o seu poder um termo essencialmente rural, no qual as principais atividades económicas praticadas eram a agricultura e a pastorícia. As relações da cidade com o seu termo eram constantes pois, não sendo autossuficiente, o núcleo urbano dependia do núcleo rural para se abastecer. As atividades económicas mais importantes seriam a agropecuária, e principalmente a produção e comercialização do artesanato.

É também nos foros e costumes que se confirma a presença de judeus na cidade da Guarda, nomeadamente quando é afirmado que “Judeus e Mouros não devem lavrar em domingos” (RODRIGUES, 2000: 214). De facto, a sua presença deve remeter-se ao séc. XII, sendo que “os primeiros reis (...) usaram os Judeus como colonos no povoamento dos territórios conquistados” (RODRIGUES, 2000: 215). Constituíram-se como “povoadores agrícolas” (RODRIGUES, 2000: 214), o qual reforça a sua importância para o desenvolvimento económico da cidade.

Desde cedo ocuparam um lugar próprio e isolado na cidade, a judiaria, a qual encerrava “desde as badaladas da noite até ao nascer do sol” (RODRIGUES, 2000: 228). O seu principal acesso era, e ainda é, efetuado através da Porta d’ El Rei, seguindo a rua de S. Vicente. O séc. XV, a partir do ano de 1496, quando D. Manuel I decreta a “expulsão ou conversão forçada dos judeus” (RODRIGUES, 2000: 218), levando ao aparecimento dos cristãos-novos, marca o século do desaparecimento da judiaria, devido sobretudo ao facto de muitos dos seus habitantes morarem já fora do bairro judeu.



Entrada da judiaria. À noite era encerrada, sendo que ainda se denotam os negativos onde a porta assentaria.
(Fonte: Vanessa Pita, 2012 e 2013).

A cavalaria-vilã ocupava os cargos municipais mais importantes, e dispunha do apoio do rei, pois o poder régio ia gradualmente começando a comunicar mais e de uma forma mais direta com os concelhos, e preferia servir-se desta minoria como seu interlocutor. Sendo que os privilégios ficavam reservados aos cavaleiros-vilãos, seriam os vizinhos que teriam de acarretar com os encargos fiscais. Os cavaleiros-vilãos, que já apenas governavam, encontravam-se afastados de uma atividade militar permanente, e continuavam a utilizar em seu benefício as terras de pastagem.

Os foros e costumes, tal como se passou com o primeiro foral concedido a este povoado, decalcavam o modelo de Salamanca, como se disse atrás, neste caso, os foros extensos salamantinos. Aí se encontra um conjunto de normas redigidas com o intuito de responder às necessidades socioeconómicas de um centro urbano com aspetos específicos, tal como o facto de se localizar em território fronteiriço, e de dominar um termo de dimensões avultadas. De modo que os principais temas abordados nos foros e costumes prendiam-se com a ordem e a justiça, a estratificação social, a economia, e a governação do concelho (COELHO, 1999: 23).

Quanto à estruturação económica, nos foros e costumes é referido que o mercado urbano era sustentado com a produção do termo, a qual se baseava, sobretudo, na agricultura e na pastorícia, como foi referido. No entanto, por a agricultura ser uma atividade tão comum em todo o reino, muitas vezes a sua prática não era mencionada em documentos deste tipo, mas isso não significa que não tivesse uma grande relevância na vida económica local, neste caso do concelho da Guarda.

Como produtos produzidos e consumidos, encontramos mencionados o pão, o vinho e cereais (trigo, centeio e cevada). A produção vinícola ganhava um grande interesse pois oferecia excedentes, os quais se podiam comercializar no mercado. Sendo assim, o vinho era dos produtos que maiores lucros ofereciam juntamente com a venda de animais, e os seus produtos derivados. Daí a importância atribuída nos foros e costumes à liberdade de comprar e vender, à boa qualidade e ao peso justo dos produtos. Caso os seus pressupostos não fossem respeitados, previa-se a punição com multas. Os mercadores, ou homens de fora, vinham igualmente comerciar os seus produtos a este mercado, pelo que se depreende que nesta altura existia nesta cidade uma grande atividade comercial (COELHO, 1999: 27).

A única medida presente nos foros e costumes relativa ao urbanismo, encontrava-se relacionada com o comércio. O movimento de pessoas e produtos que chegavam à cidade implicava uma boa manutenção das ruas. Como tal, foi estabelecido que teria de pagar cinco soldos quem sujasse a rua com esterco ou brulho (COELHO, 1999: 27). Deste modo, no séc. XIII o concelho da Guarda já se apresentava plenamente formado, assim como estava formada a Guarda enquanto cidade e o seu arrabalde, ou “bairro extramuros”.

O arrabalde contava com três paróquias, e a sua ligação com o núcleo principal intramuros encontrava-se garantida por “um caminho paralelo aos muros” (GOMES, 1987: 87), o qual ligava a Porta dos Ferreiros, às Portas da Covilhã e da Erva. Após as destruições ocorridas no séc. XIV, este arrabalde iria conhecer um declínio no séc. XV, e tornar-se-ia novamente próspero no séc. XVI. Juntamente com o espaço periurbano²⁴, ou seja, o espaço mais próximo que rodeava a cidade, era aqui que se realizavam as atividades necessárias à vivência urbana, como “o cultivo das hortas e dos campos”, assim como “as atividades mais poluentes” (GOMES, 1987: 88).

No entanto, apesar da existência destes dois espaços distintos localizados fora das muralhas, Rita Costa Gomes chama a atenção para a “fragilidade do crescimento extramuros”, assim como para uma ruralidade predominante. De modo que “a escala do fenómeno urbano é, no nosso caso, reduzida” (GOMES, 1987: 92). A Guarda, apesar de apresentar vários aspetos que lhe conferem realmente o estatuto de cidade (como a outorga do foral, sede de bispado, uma muralha, e a presença de edifícios de prestígio), era, na Idade Média, uma cidade de pequenas dimensões, tal como se pode comprovar pela malha construída reduzida, assim como com um número de população também diminuto, o qual é denunciado pela instituição de um couto de homiziados (como já foi mencionado).

O foral manuelino foi outorgado à cidade da Guarda a 1 de junho de 1510. Já tinham passado mais de dois séculos desde a redação dos foros e costumes, e já a cidade da Guarda tinha evoluído, assim como a própria vida municipal do reino, pois o rei, com o intuito de conseguir uma uniformização a nível nacional, exercia agora um maior controlo sobre os concelhos através da nomeação de mais oficiais régios.

No concelho da Guarda, em representação do poder régio, contavam-se os corregedores, os juízes por el-rei, os almofarixes, os contadores, os portageiros, os juízes dos órfãos, dos judeus e dos resíduos, os coudéis e os anadéis, entre outros. Quanto aos oficiais concelhios, existiam os juízes do concelho, os vereadores, o procurador e os homens bons. O bispado

²⁴ Era neste espaço que se localizavam as “quintãs” (GOMES, 1987: 89) (ou quintas), para as quais a população iria fixar residência sobretudo a partir do séc. XIX, e constituir vários novos bairros. Ficaria assim constituída uma verdadeira periferia, o qual iria contribuir para a mudança de centralidade intramuros para a nova zona extramuros.

também fazia prevalecer a sua presença, sendo que o bispo e a sua clientela constituíam, juntamente com os oficiais régios mencionados, um “pólo de domínio opressivo da cidade” (COELHO, 1999: 29).

De entre o grupo dos privilegiados, contava-se ainda a nobreza, a qual já desde o séc. XIII tinha vindo a implantar residência no termo do concelho, exercendo assim uma influência e um domínio ainda maiores do que já exercia anteriormente sobre a população não privilegiada. As elites urbanas fundavam a sua riqueza na agricultura e na criação de gado, enquanto os trabalhadores da terra eram vistos apenas “como contribuintes e braços para os serviços e obras colectivas”. (COELHO, 1999: 30).

Localidade	Total de fogos (vila + termo)	Fogos da vila	Porcentagem
Guarda	2 321	379	15,8
Castelo Rodrigo	2 097	91	4,4
Trancoso.....	2 042	450	22,0
Pinhel	1 766	152	8,6
Sabugal	1 027	223	22,0
Linhares	1 006	153	15,2
Celorico	1 164	213	18,3
Castelo Mendo	777	73	9,4
Germelo	379	9	2,4
Moreira	428	63	14,7
Vilar Maior	422	60	14,2
Belmonte	224	159	71,0
Sortelha	383	78	20,4
Muxagata	—	145	—
Folgosinho.....	85	74	87,0
Casteição.....	72	38	52,8
Touro	162	106	65,4
Codeceiro	27	12	44,4

Fogos das localidades e dos respetivos termos, correspondentes a 1527. (Fonte: GOMES, Rita Costa (1987). *A Guarda Medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. Coleção Cadernos da Revista de História Económica e Social. Guarda: Livraria Sá da Costa Editora, p. 96).

No séc. XIV, a região da Guarda sofreu as consequências do flagelo causado pela guerra e pela peste que assolava todo o país, a partir do qual se iria gerar uma grave crise demográfica. A solução encontrada foi a instauração de um couto de homiziados, em 1369 (GOMES, 1987: 102). Esta crise demográfica arrastar-se-ia até ao séc. XVI, altura na qual a população aumenta significativamente, graças a uma maior estabilidade económica.

Graças ao numeramento de 1527 torna-se possível ter uma perceção da população que habita a cidade. Rita Costa Gomes conclui que “a Covilhã, Trancoso e a Guarda representam (...) no início do séc. XVI, as localidades mais importantes da Beira Interior” (GOMES, 1987: 98). A autora afirma igualmente que no séc. XVI na cidade da Guarda podia encontrar uma “população plena de vitalidade, após a longa conjuntura depressionária da segunda metade do século XIV” (GOMES, 1987: 101).

A reforma dos forais encetada por D. Manuel I insere-se num contexto de hierarquização e elitização municipal. Com a publicação destes forais, o monarca não pretendia modificar a estruturação do governo municipal, pois esse poder convinha à coroa, e dele se servia para a sua governação. O que se pretendia era a regulamentação de privilégios, liberdades e cobranças. Era uma forma de relembrar o que havia sido estipulado nos primeiros forais, pois, com o passar do tempo, muito se havia já esquecido, e os abusos eram uma constante. Em suma, com a publicação dos forais manuelinos impôs-se uma lei geral sobre os concelhos, de modo a esbater as especificidades das legislações municipais, as quais dividiam o reino e causavam conflitos.

No caso do concelho da Guarda, no foral manuelino confirmaram-se alguns privilégios e codificaram-se os tributos sobre a transação de produtos que o concelho deveria pagar ao rei. Antes da promulgação deste foral, já os seus habitantes tinham travado uma luta em cortes pela defesa dos seus privilégios concedidos no primeiro foral no séc. XII e nos foros e costumes no séc. XIII que a cidade havia recebido. De entre os privilégios que requeriam, encontrava-se o direito de não pagar portagem em todo o reino, e o privilégio da interdição da venda de vinho de fora em terras concelhias. O foral manuelino surge precisamente como uma resposta a estes problemas (COELHO, 1999: 32).

Neste foral, para além de reiterar vários privilégios e liberdades que haviam sido esquecidas, são também mencionados os deveres, nos quais figura com maior incidência a tributação régia. De entre os privilégios e liberdades, encontram-se sobretudo contemplados os grupos mais privilegiados, como o clero e os vizinhos. Quanto aos deveres, maioritariamente prendiam-se com a estipulação de várias tributações régias, como, por exemplo, a tributação sobre a venda de produtos. Tema sempre muito

importante, pois era essencial à sobrevivência, o comércio dos produtos e a sua circulação sempre recebeu grande atenção por parte dos monarcas. Eram estabelecidas portagens na circulação dos “cereais, vinho e outros géneros da terra, da fruta verde e da fruta seca, da palma e do esparto, do pescado, do gado e das bestas, dos coiros, das peles, do calçado, dos produtos comercializados nas tendas, mercearias e boticas, das plantas tintureiras (em especial o sumagre) e especiarias, dos metais, do ferro lavrado e em barra, das armas, da telha e louça, das manufacturas de pau, das mós e dos escravos.” (COELHO, 1999: 33).

4.1.2 – As feiras e o desenvolvimento económico e urbano da cidade.

Na Idade Média, “a Guarda era uma pequena cidade, com um número limitado de ruas, de curtos percursos” (GOMES, 1987: 50). Apresentava dois principais acessos, os quais demonstraram ser estruturantes do núcleo urbano, nomeadamente, a chamada Rua Direita (Rua Francisco de Passos), e a Rua de São Vicente. Estruturantes, porque era a partir destas principais ruas que se desembocavam as restantes artérias que constituíam a malha urbana desta cidade. O importante não era o aspeto estético do espaço urbano, nem tão pouco uma conceção “homogénea e geométrica”, o que importava aos habitantes era o que as ruas lhes proporcionavam, “permitindo o acesso a esta praça, àquele edifício público particulares” (GOMES, 1987: 48).



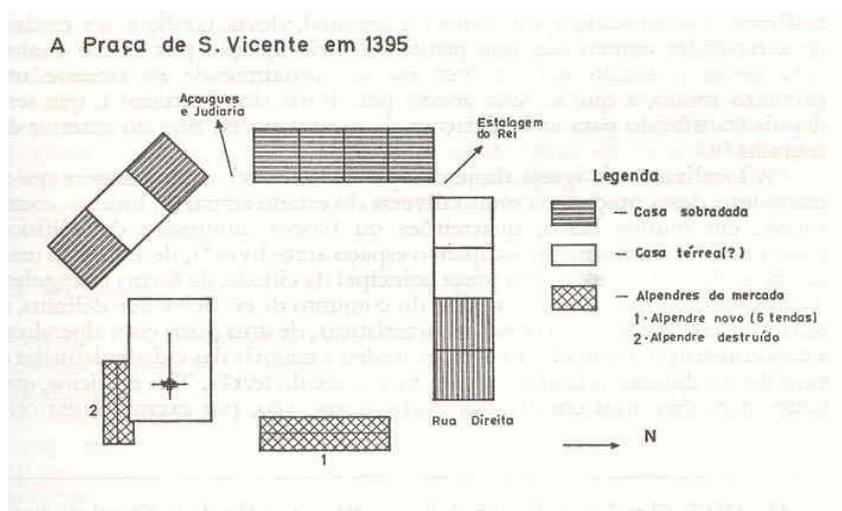
Rua Francisco de Passos, ou Rua Direita. Principal arruamento do centro histórico. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



A Rua de São Vicente vista da muralha junto à porta d' El Rei. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

Importavam as praças, sendo que adquiriam o nome consoante a proximidade com algum edifício importante – Praça de São Vicente –, ou conforme a principal atividade que aí era praticada – Praça de Santa Maria do Mercado. Tanto a Rua Direita como a Rua de São Vicente garantiam o acesso a estas duas praças, as mais importantes da Guarda medieval até ao aparecimento da Praça da Sé²⁵ com a construção da Sé Catedral, e o resultante “processo de reorganização espacial” (GOMES, 1987: 53).

Era nestas praças que se realizavam os principais mercados desta cidade, daí a importância de um bom acesso, sobretudo através da Rua de São Vicente, e da Rua Direita, hoje a rua mais carismática da zona histórica desta cidade, a qual vai desde a da Porta do Sol até à Praça Luís de Camões. Mais tarde, no séc. XIII, com a instituição da feira de S. João na Guarda, tais movimentos comerciais foram intensificados e a cidade viu a sua população aumentar, e, conseqüentemente, a sua malha edificada. A feira contribuiu decisivamente para consolidar a Guarda enquanto cidade, e garantir um necessário incremento demográfico do qual este recém-criado concelho necessitava, de modo a afirmar a sua influência no seu distrito, em toda a sua região circundante, e mesmo, a nível nacional.



A Praça de S. Vicente (hoje em dia, Largo de S. Vicente) em 1395, altura na qual era uma importante praça de mercado. Possuía dois alpendres, um dos quais foi destruído, e outro com capacidade

²⁵ Quando surgiu após a construção da Sé Catedral era denominada como Praça da Sé; no final do séc. XVI surgia designada como “a Praça”; mais tarde, viria a ser conhecida como Praça Velha; atualmente adotou a denominação de Praça Luís de Camões (contudo a denominação de Praça Velha ainda se apresenta como a mais comum entre os habitantes).

para albergar seis tendeiros. (Fonte: GOMES, Rita Costa (1987). *A Guarda Medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. Coleção Cadernos da Revista de História Económica e Social. Guarda: Livraria Sá da Costa Editora, p. 51).



A praça (largo) de S. Vicente na atualidade (a igreja de S. Vicente encontra-se no canto esquerdo da fotografia). (Fonte: Vanessa Pita, 2012).

Virgínia Rau, na sua obra *Feiras Medievais Portuguesas – subsídios para o seu estudo*²⁶, considera que as feiras foram “nascidas da necessidade de promover a troca de produtos entre o homem do campo e o da cidade”, pois “representam o ponto de contacto entre produtor e consumidor” (RAU, 1983: 33), realizada “periodicamente no espaço mínimo de quinze dias numa localidade determinada” (RAU, 1983: 59). Podem-se distinguir duas fases na evolução das feiras: a primeira é a da formação, e decorre até meados do séc. XIII; e a segunda constitui a do desenvolvimento e grande evolução, a qual vai até ao reinado de D. Afonso V

Inicialmente, nos séculos IX a XIII, as feiras partiam sobretudo uma concessão régia, e mais tarde passariam igualmente a ser concedidas por senhores. No entanto, apesar de a feira ser concedida pelo rei, a sua realização era uma deliberação do concelho no qual se

²⁶ RAU, Virgínia (1983). *Feiras Medievais Portuguesas – subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Editorial Presença.

iria realizar. A importância das feiras começaria a diminuir com a estabilização do comércio nas principais cidades, nas quais a ideia do tradicional mercado é substituída pela noção de praça comercial e de lojas. Ou seja, a ideia do comércio itinerante, que tinha dias e locais específicos para se realizar, foi substituída por uma ideia de comércio permanente. Tal não se passou com a feira da Guarda, pois iria perdurar e ultrapassar as suas crises²⁷, não obstante alguma oposição, por parte da igreja, a que se realizasse ao domingo, considerado dia santo, reservado ao culto, a não ser por altura de alguma festividade cristã, como é o caso da feira de S. João da Guarda, a qual se encontra relacionada com as festividades de S. João Baptista.

Relativamente ao estudo das feiras, é importante ter em conta os seus aspetos jurídicos, tal como a segurança, fatores de atração de feirantes e comerciantes portugueses e estrangeiros e a população consumidora num estado de tranquilidade e ausência de risco. Um dos privilégios mais importantes era o que dizia respeito à paz da feira. Significava que no local onde a feira se realizava, não poderiam existir conflitos, e, caso os houvesse, os intervenientes seriam punidos com penas pesadas. Para garantir tal e, igualmente, para fiscalizar as transações, as feiras dispunham de guarda. Paz da feira servia igualmente como um meio de proteção a quem se encontrasse no local onde a feira se realizava, assim como os caminhos que aí levavam.

Para além da paz da feira, os feirantes dispunham de um direito especial, o qual lhes garantia que não iriam ser perseguidos ou presos pelos delitos que cometessem durante o tempo de duração da feira. Apenas o seriam se os crimes fossem cometidos no espaço da própria feira. Esse direito também garantia aos mercadores e às suas mercadorias segurança nas viagens de ida e volta à feira. Como Virgínia Rau explica, toda esta proteção existia porque “as feiras eram uma fonte de rendimentos que convinha proteger eficazmente” (RAU, 1983: 43). Nas cartas de feira portuguesas, encontram-se referências à

²⁷ Acerca desta feira, existe ainda referência nas Memórias Paroquiais de 1758. É aí afirmado pelos párocos que nessa altura haviam duas feiras na Guarda, uma que se realizava no dia de S. João Baptista, a qual era cativa, e outra feira que era franca e se realizava no dia de S. Francisco, e tinha a duração de três dias (CHORÃO, 2002: 29).

existência da paz da feira em Ponte de Lima (1125), Vila Mendo (1129), Guarda (1255), e na Covilhã (1269), entre outras.

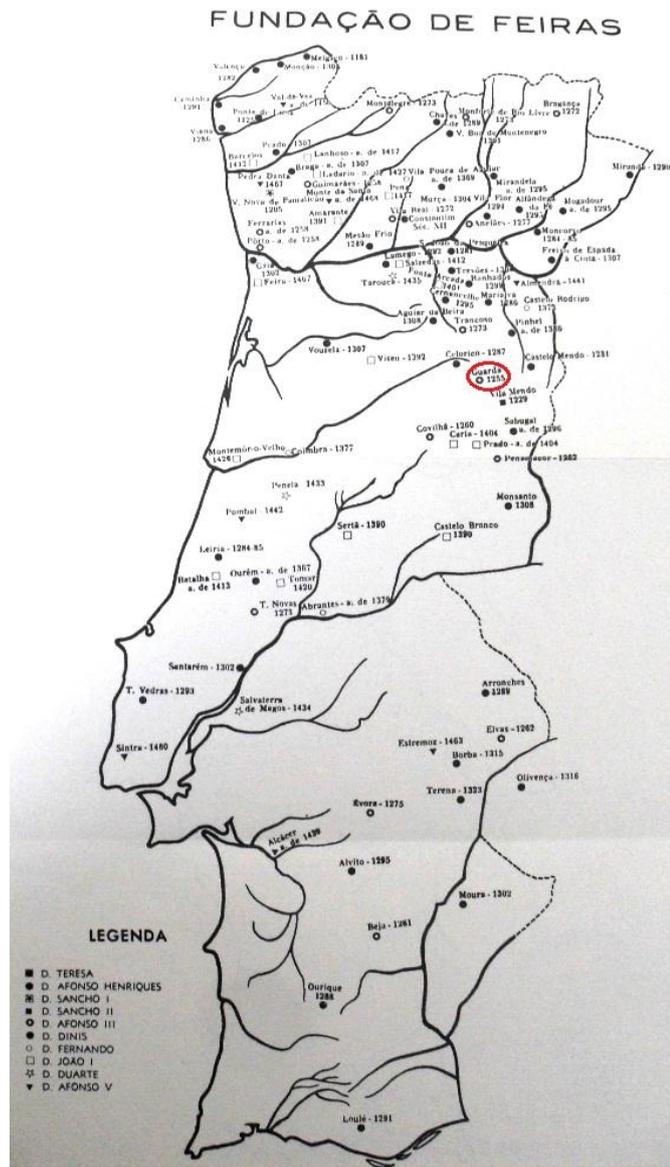
As feiras contribuíram de uma maneira decisiva “para o desenvolvimento do centro populacional onde se realizava” (RAU, 1983: 59), pois ajudavam ao crescimento da sua economia, promovendo assim a fixação da população. Ambos esses fatores, em última instância, iriam promover o desenvolvimento urbanístico, tanto dos povoados onde eram realizadas, como da própria região onde se inserem, pois a influência de uma grande feira não se restringia apenas à localidade onde era realizada. Ao invés, influenciava todo um incremento socioeconómico e urbanístico dessa mesma região.

Desempenharam um papel importante não só no nível económico, mas também a nível social e cultural. Era nas feiras que os encontros sociais mais se propiciavam, assim como a troca de impressões e de informações importantes, pois os mercadores eram pessoas viajadas que tinham sempre histórias para contar, e informações para partilhar de locais que as populações nunca tinham visto. Numa altura em que as comunicações eram mais difíceis e a informação não circulava tão facilmente, as feiras desempenharam um papel importante para difundir impressões e experiências. Como tal, “graças às feiras melhoraram os meios de comunicação, repararam-se estradas danificadas ou destruídas, modificou-se o aspecto de certas vilas e construíram-se chafarizes” (RAU, 1983: 54).

Com uma publicação regular a partir do reinado de D. Afonso III, a provável origem das cartas de feira deveu-se à necessidade de fixar juridicamente esta atividade de tão elevada importância para a economia da época, a qual fornecia uma importante fonte de rendimento régio. Como explica Virgínia Rau, “as feiras medievais portuguesas não nasceram exclusivamente de necessidades económicas e comerciais” (RAU, 1983: 156), pois interesses políticos também ombream nesta criação.

As cartas de feira surgiram não só devido a intervenção régia, mas também devido a interesses dos próprios concelhos, pelo que os concelhos também desempenhavam um papel importante nesta concessão. Tal encontro de interesses devia-se ao facto de as feiras proporcionarem grandes receitas aos concelhos, com a cobrança de portagens e sisas. A

sua importância para o poder concelhio também se relacionava com a relevância que apresentavam para o comércio local, assim como para o prestígio de que dotavam a localidade onde se realizavam.



Mapa esquemático da fundação das feiras. Cidade da Guarda encontra-se destacada, havendo recebido Carta de Feira em 1255. (Fonte: RAU, Virgínia (1983). *Feiras Medievais Portuguesas – subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Editorial Presença).

A feira anual da Guarda enquadra-se neste contexto geral. Foi instituída por D. Afonso III, por carta de feira de 25 de março de 1255, sendo que há notícia da sua realização ainda no reinado de D. João I²⁸. Ao conceder feira na Guarda, o monarca mostrava o seu propósito de promover uma organização interna nacional. Através da carta régia, ficou estabelecido que a feira deveria começar 8 dias antes da festa de S. João Baptista, e teria a duração de duas semanas. Seria uma feira coutada em 300 morabitinos, com segurança e isenção de penhora, a qual durava desde 8 dias antes de começar a feira, e até 8 dias depois de a feira terminar.

Como já foi referido, através da leitura dos foros e costumes da Guarda, é possível entrever quais os produtos e mercadorias que circulavam na cidade da Guarda e no seu termo, os quais também deveriam ser comercializados na feira. Eram esses produtos, o vinho, cereais (trigo, cevada, centeio), castanhas, nozes, pombas de pombais, galinhas e capões, gado (carneiros, cabras, porcos, vacas, mulas, jumentos), linhaça, cal e ferro.

Juridicamente, a par da carta de foral (séc. XII), dos costumes (séc. XIII), e da carta de feira (séc. XIII), cria-se na cidade da Guarda uma vida municipal já devidamente organizada sob os aspetos fulcrais de um desenvolvimento e amadurecimentos devidamente sustentados de um centro urbano, tanto a nível político, como administrativo, social, económico e mercantil. Social, porque com a concessão da carta de feira deveria ter ocorrido um aumento demográfico, e também um grande aumento da atividade mercantil, o que tornou a Guarda numa cidade “farta”.

Tais aumentos, também, iriam contribuir para o desenvolvimento da malha edificada da cidade. Sendo a cidade da Guarda, durante a época medieval, um núcleo urbano com poucos arrumamentos, apresentando grandes espaços não edificados, os quais provavelmente se encontrariam ocupados por campos para cultivo, seria apenas no séc. XIV que se iria verificar a implantação das primeiras construções nos arrabaldes, sendo que apenas no séc. XV se pode falar numa verdadeira periferia.

²⁸ A carta de feira concedida à cidade da Guarda, no seu texto original encontra-se redigida em latim bárbaro. A sua tradução pode ser consultada nas páginas 6 e 7 da obra *O São João na Guarda – feira e festa*, da autoria de José Manuel Trigo Mota da Romana. Segundo indicação do autor, a tradução da mesma carta, foi retirada das páginas do jornal *A Guarda*, e redigida pelo Dr. José Machado.

Ainda que com uma dimensão muito reduzida, esta periferia começou a ganhar fulgor devido à grande atividade comercial que aí era realizada. No entanto, nunca ganhou real importância pois as principais atividades, assim como a residência da grande maioria dos habitantes da cidade, continuava a localizar-se intramuros. Seriam precisos três séculos até que tal situação se modificasse, e a população começasse a sair dos muros, com a construção de novas ruas como, por exemplo, a Rua do Comércio, e a cidade se ampliasse verdadeiramente.

4.2 – Do séc. XVIII ao séc. XX: A grande expansão – o crescimento definitivo extramuros.

Pode afirmar-se que o crescimento do aglomerado urbano, extramuros, marca o início da segunda fase mais marcante na história da evolução da paisagem urbana na cidade da Guarda. Uma marca muito importante desta época são os novos arruamentos, os quais viriam a determinar o cessar da relação pacífica entre o património edificado e a vivência da população, pois que, na perspetiva da época, para que o progresso pudesse acontecer, era necessário derrubar vários lanços de muralha, assim como duas das suas torres, sobretudo ao longo dos sécs. XIX e XX.

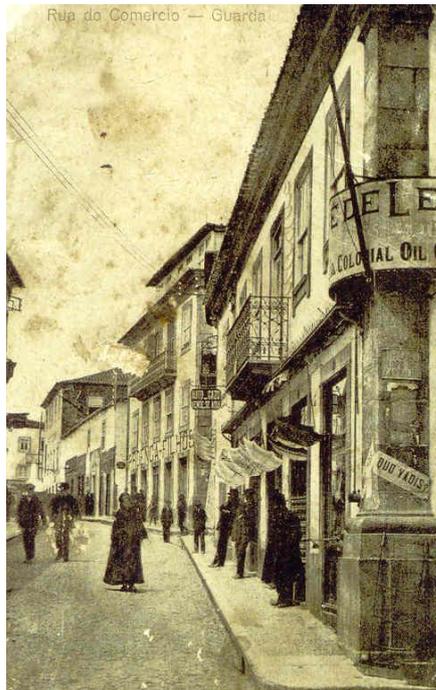
No entanto, não se verificou uma alteração muito profunda no centro histórico, porque foi feita extramuros, ou seja, fora da urbe original, o que levou à destruição sobretudo do pano de muralha e de torres, embora muitos dos aspetos medievais desta zona da cidade ainda se mantivessem, como por exemplo, o troço da atual Rua Francisco Passos, mais conhecida como Rua Direita, a qual constituía, e ainda constitui, o principal arruamento do núcleo medieval, garantindo o acesso a partir da Porta da Erva até às principais praças, nomeadamente, a Praça de São Vicente e Praça de Sta. Maria do Mercado (a Praça de Sta. Maria do Mercado foi extinta, ao passo que a Praça de São Vicente hoje se denomina como o Largo de São Vicente) e à Praça da Sé (atualmente, a Praça Luís de Camões).



Rua Alves Roçadas. Tornar-se-ia no principal arruamento da cidade fora da cerca medieval (s/ data).
(Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda:
Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 43).



Rua Alves Roçadas na atualidade, com vista para a Igreja da Misericórdia e o Largo João de Almeida.
(Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Rua do Comércio. Aberta em 1847 com o derrube da muralha (s/ data). (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 39).



Rua do Comércio na atualidade. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

Como refere Cecília Falcão Dias no capítulo que escreveu para o livro *A Guarda Formosa na Primeira Metade do século XX*²⁹, no século XIX começaram a difundir-se novos e importantes conceitos de urbanismo, os quais marcaram em larga medida o desenvolvimento da cidade da Guarda. Deu-se grande ênfase à abertura perpendicular de novas ruas. Pretendia-se embelezar a cidade, através de novas construções, e da pavimentação de ruas (DIAS, 2004: 39), nada que não acontecesse noutras cidades.

Pela primeira vez nesta cidade, foi feita uma planificação de loteamentos, dispostos segundo um plano reticulado ou ortogonal, seguindo a morfologia imposta pela topografia. Ainda não constituía um plano abrangente, pois era planificado e executado numa área restrita, tal como se passava na maioria das cidades do país.

Até ao início do século, a população concentrava-se sobretudo junto do centro da cidade, mais concretamente, em torno do adro da Sé e da Igreja de S. Vicente. A partir do século XIX, sobretudo devido à iniciativa de particulares endinheirados, esta situação começou a modificar-se, e a cidade principiou a desenvolver-se para lá das imediações do centro histórico da cidade.

Em 1924 o presidente da Câmara Municipal da Guarda, Arnaldo de Brito Portas, requisitou aos capitães Aníbal Gonçalves Paúl e José Pinto Monteiro e ao tenente Luciano Cardoso, que elaborassem uma planta da cidade da Guarda. Os conhecimentos que os militares apresentavam no campo da cartografia qualificou-os para o trabalho pretendido. Tendo sido terminada e apresentada em 1925, esta planta constitui uma das mais antigas representações cartográficas que se conhece para esta cidade.

Definidos os melhoramentos a introduzir no bairro em frente ao largo Eduardo Proença, a 31 de Dezembro do mesmo ano, foram reunidos os moradores desse bairro, juntamente com os moradores da Rua Batalha Reis³⁰. A população que aí residia estava interessada no

²⁹ DIAS, Cecília Falcão (2004). “O “aformoseamento” – gentes, normas e obras, de 1900 a 1939.” In FERREIRA, Jaime (coord.). *A Guarda Formosa na Primeira Metade do século XX*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos; Câmara Municipal da Guarda, pp. 38-93.

³⁰ Como complemento deste projeto, a 6 de Março de 1926, foi deliberado pela câmara municipal pedir autorização à Divisão Distrital de Estradas para proceder ao “aformoseamento” do Largo Eduardo Proença. O ordenamento deste largo ficaria assim complementado.

projeto de alinhamento e embelezamento da rua e do bairro, pelo que concordaram com as modificações, e até se prontificaram a ajudar (DIAS, 2004: 45). Através da análise da planta elaborada em 1925, verifica-se que à época a população já havia começado a estabelecer residência fora do recinto amuralhado. Contudo ainda se concentrava sobretudo junto do adro da Sé Catedral e da igreja de S. Vicente.

Na separata da Revista *Praça Velha*, intitulada *Novos Elementos Sobre a Cidade da Guarda – Sécs. XIII a XVII*³¹, a autora Lúcia Maria Marques Fernandes afirma que “o séc. XIX pode ser considerado (...) como o período que alterou de forma definitiva a paisagem urbana da cidade”, o qual iria culminar na destruição de vários monumentos (FERNANDES, 1997: 31). Cita igualmente José Fernandes Pereira³², quando o autor afirma que se fala mesmo numa “laicização cultural oitocentista”. Um dos exemplos mais pertinentes desta nova configuração que a cidade ganhou ao longo deste século é a destruição de vários lanços de muralha, assim como de duas portas (Porta Nova e Porta do Curro) e duas das torres (Torre Nova (ou mirante das freiras), e Torre Velha (localizada no antigo torreão) que a constituíam. A sua pedra viria a ser utilizada em novas construções, como por exemplo, na cerca do novo cemitério construído na altura.

³¹ FERNANDES, Lúcia Maria Marques (1997). *Novos Elementos Sobre a Cidade da Guarda – Sécs. XIII ao XVII*. Separata da «Revista Praça Velha». Guarda: Câmara Municipal da Guarda.

³² PEREIRA, José Fernandes (1995). *Guarda*. Coleção *Cidades e Vilas de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, p. 65.



Planta da cidade da Guarda datada de 1925. Estando o centro histórico localizado na quadrícula número 7, pode verificar-se como a mapa municipal, localizada na quadrícula número 1, ainda se encontrava intacta. Pode-se igualmente verificar como a população se concentrava sobretudo junto ao centro histórico. (Fonte: FERREIRA, Jaime (coord.) (2004). *A Guarda Formosa na Primeira Metade do século XX*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos; Câmara Municipal da Guarda, p. 44).

Contudo, este processo é já anterior se tivermos em consideração o que foi escrito pelos párocos da Guarda nas *Memórias Paroquiais* de 1758³³. Nesta época, o castelo da Guarda apresentava ainda “reduto e cisterna”. A muralha apresentava cinco portas, “4 largas, e 1 mais pequena” (CHORÃO, 2002: 29). Relativamente a torres, contavam-se quatro. Refere-se que a ruína já assolava tanto o castelo como a cerca, pois já se encontravam caídos alguns lanços de muralha. Contudo, os párocos determinaram que esta situação tinha retorno, pois tanto o castelo como a muralha, poderiam ser reparados “sem custo muito considerável” (CHORÃO, 2002: 30).

No entanto, tal não se passou, pois esta centúria e a seguinte seriam marcadas por destruições, ao invés de reparações. Como afirma Rita Costa Gomes, “não houve reparação alguma, mas, pelo contrário, destruições sucessivas, que acompanharam as transformações (...) da fisionomia da cidade de oitocentos.” (GOMES, 1987: 34).

Em 1801 dar-se-ia a primeira demolição de um troço de muralha, a mando do Marquês d’Alorna, com o intuito de reutilizar a sua pedra na construção de um forte em Vale de Estrela (na altura, Vale das Porcas), uma localidade situada a oeste da cidade da Guarda (GOMES, 1987: 34; OLIVEIRA, 1940: 7). Mais tarde, em 1835, seria destruído o troço de muralha localizado entre a Torre de Menagem e a Porta Nova³⁴ e a sua pedra utilizada na construção do novo cemitério público (FERNANDES, 1997: 31; GOMES, 1987: 34; OLIVEIRA, 1940: 8). Em 1847, seria derrubada a Torre Velha, localizada na cidadela do Torreão, a cidadela, assim como um troço de muralha “contígua ao Torreão (...) para fazer novos arruamentos entre eles a Rua do Comércio e a de D. Luís, depois chamada 31 de Janeiro” (RODRIGUES, 2000: 78). Nos anos seguintes, seria destruída a casa do alcaide-mor³⁵, a Porta do Curro, e todo o troço de muralhas que se encontrava junto ao Torreão.

³³ CHORÃO, Maria José Bigotte (2002). *Memórias Paroquiais*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda.

³⁴ Anteriormente, Porta e Torre da Covilhã. Também se encontra referenciada como o mirante das freiras.

³⁵ Esta casa encontrava-se adossada à Torre de Menagem. A ligação entre a torre e a casa era assegurada por uma porta localizada a meia altura na parede norte da torre.

A Torre e Porta Nova, seriam destruídas ao longo do séc. XIX, assim como o Convento de Sta. Clara, que se lhes encontrava adjacente, o qual seria destruído em 1887³⁶, segundo informação fornecida por Rita Costa Gomes (GOMES, 1987: 36), e segundo o “Auto da abertura de propostas e d’ adjudicação d’ uma empreitada de demolição do extinto Convento de Santa Clara, escolha de materiaes e remoção d’ entulhos”, da autoria da Comissão Districtal executiva da Junta Geral do Distrito da Guarda, o qual data de 31 de dezembro de 1887³⁷. Neste auto ficou determinada a execução da “empreitada de demolição do Convento de Santa Clara” (fl. 15). Tanto a Porta e Torre Nova, juntamente com o Convento de Santa Clara, seriam destruídos fruto da menor importância dada a estas instituições, com a extinção das Ordens Religiosas.

Num contexto de criação de estruturas que promovessem a proteção do património, já no séc. XX, em 1910, este castelo seria elevado à categoria de monumento. No entanto, apesar de tal reconhecimento, em 1935, viriam ainda a ser demolidos os troços de muralhas desde a cerca do Solar Torre Vasconcelos até à Rua Tenente Valadim (SIPA, 1991). Hoje em dia, ainda se encontram de pé a Torre de Menagem e a Torre dos Ferreiros. Relativamente a portas, ainda podemos encontrar a porta da Torre dos Ferreiros, a Porta d’El Rei, e a Porta da Erva.

Após esta vaga de destruições, o séc. XX seria sobretudo marcado por obras de conservação e restauro, a maior parte das quais levadas a cabo sob a égide da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Segundo o *site* do SIPA³⁸, a ação da DGEMN neste castelo desenrolou-se entre os anos de 1942 e 2004, com maior incidência de trabalhos entre os anos de 1942 e 1965, seguindo-se outra fase de trabalhos entre os anos de 1984 e 1994, tendo-se novamente registado intervenção em 2004. Foram sobretudo levadas a cabo com o intuito de preservar e consolidar o castelo. Na Torre de

³⁶ A autora Lúcia Maria Marques Fernandes afirma ter sido em 1888 (FERNANDES, 1997: 32), ou em 1889, de acordo com Adriano Vasco Rodrigues (RODRIGUES, 2000: 78).

³⁷ ADG, Junta Geral do Distrito, “Auto da abertura de propostas e d’ adjudicação d’ uma empreitada de demolição do extinto Convento de Santa Clara, escolha de materiaes e remoção d’ entulhos”, 31/12/1887, depósito I.

³⁸ www.monumentos.pt (Última consulta: Abril, 2013, às 09:39h).

Menagem, foi reconstruída a sua cobertura; a Torre dos Ferreiros foi consolidada; assim como os troços de muralha ainda existentes.

Em 1989, iria ocorrer uma escavação arqueológica levada a cabo pelo Instituto Português do Património Arqueológico (IPPC) (SIPA, 1991). Mais tarde, ao longo dos anos de 1995 e 1997 seriam igualmente realizadas várias intervenções arqueológicas levadas a cabo sob a orientação de Lídia Maria Marques Fernandes nas imediações da Torre de Menagem, as quais puseram à vista o traçado original da alcáçova deste castelo, provavelmente datada do séc. XII (FERNANDES, 1997: 19).

No ano de 1916, a rua Alves Roçadas tinha-se já tornado no principal arruamento da cidade da Guarda. Sendo esta rua localizada fora do recinto amuralhado, e consideravelmente afastada da Sé Catedral e da igreja de S. Vicente, a sua recém-adquirida importância demonstrava como a cidade já se desenvolvia extramuros (DIAS, 2004: 40). Através sobretudo da iniciativa privada, foram criados novos estabelecimentos comerciais, tais como cafés, restaurantes e estações de serviço, os quais se revelaram cruciais no desenvolvimento que a cidade começou a conhecer nesta época. No entanto, a Câmara Municipal da Guarda desempenhou também um papel importante no impulso do desenvolvimento urbanístico desta época. Publicou posturas relativas à construção de edifícios, assim como ao arranjo do espaço e da sua qualificação: “Na década de vinte, nota-se claramente uma vontade política de concretizar grandes projectos urbanos” (DIAS, 2004: 39).

No livro *Guarda. Roteiros Republicanos*³⁹, a autora Dulce Helena Borges chama a atenção para a importância das ruas rasgadas no séc. XIX e séc. XX, como é o exemplo da Rua do Comércio, e a maneira como iriam modificar definitiva e profundamente a paisagem urbana⁴⁰. Distingue igualmente dois acontecimentos arquitetónicos que marcariam a história desta cidade, como o restauro da Sé Catedral, iniciado em 1889 pela mão do arquiteto Rosendo Carvalheira; e a construção do Sanatório Sousa Martins, com

³⁹ BORGES, Dulce Helena (2010). *Guarda. Roteiros Republicanos*. Lisboa: QuidNovi.

⁴⁰ Todas as ruas que se encontram fora das muralhas, e não se encontram no prolongamento das várias portas da cidade, são obra dos sécs. XIX e XX.

inauguração em 1907, a qual, para além de marcar a história da cidade e do seu património, iria contribuir para uma mudança na configuração da cidade, assim como no aumento da sua população. O relato de ambos os acontecimentos será desenvolvido na Parte III desta dissertação.

O aspeto marcadamente medieval que esta cidade apresentou até ao século XIX, modificou-se. As ruas deixaram de ser sinuosas e apertadas como as do centro histórico, e a população mudou-se definitivamente para fora dos muros, chegando mesmo a ocupar as quintas que se encontram em torno da cidade. Nas mudanças que ocorreram na paisagem urbana da cidade, quase toda a mata municipal desapareceu e, com ela, desapareceu também muito do património natural desta cidade.

O maior impulso para ir morar para fora dos muros foi, sobretudo, de ordem económica, devido à existência de mais espaço para a instalação dos serviços, assim como das fábricas. Outro grande motivo para esta mudança, deveu-se à difusão de um novo conceito relativamente aos planos urbanísticos, o qual privilegiava a modificação dos traçados urbanos com a abertura de ruas perpendiculares.

É perceptível a grande diminuição de espaços verdes, e, mais concretamente o (quase) desaparecimento da antiga mata municipal. Com a sua área de 256 790,303 m², a mata marcava o aspeto urbanístico desta cidade. Na década de 1960, a mata reduz-se ao Parque Municipal, e à Mata do Sanatório Sousa Martins. Juntamente com o Jardim José de Lemos constituem os principais testemunhos de património natural ainda existentes na cidade. A construção da Escola Secundária Afonso de Albuquerque⁴¹ em 1969, no local onde até à atualidade se encontra, e a constituição do bairro das Lameirinhas iria a contribuir para essa situação. Portanto, depreende-se que, neste caso, o património natural, teve de dar lugar ao crescimento urbano.

⁴¹ A construção da escola secundária, iria igualmente ditar o desaparecimento do coreto localizado no Largo do Coreto, assim como da casa do guarda da mata, em 1971, um interessante testemunho arquitetónico. Tais destruições poderiam ter sido evitadas.



A mata municipal em 1914. O coreto, junto do qual a população se costumava reunir. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 203).



Casa do Guarda da Mata em 1912. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 86).



Escola Secundária Afonso de Albuquerque. Edifício construído junto a onde outrora se havia localizado a Casa do Guarda da Mata. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

Na recensão crítica publicada na revista *Praça Velha*⁴² ao livro *Guarda Vista do Céu/ Guarda From the Sky*.⁴³, Aires Almeida destaca como é visível o crescimento desregulado que a cidade sofreu. O autor afirma que o livro *Guarda Vista do Céu* mostra como os nossos antepassados se usavam da topografia, ou seja dos relevos naturais do solo, para edificar os edifícios, o qual contrasta com as construções do nosso tempo, as quais tendem a “subjugar a natureza à primazia da régua e do esquadro” (ALMEIDA, 2010: 314).

Com uma evolução não muito demarcada até aos anos 1940, seria sobretudo a partir da década de 1950 que esta cidade iria conhecer uma maior e mais rápida evolução. Nas décadas de 1960 e 1970, verifica-se uma grande evolução relativamente ao aspeto da paisagem urbana. Sobretudo a partir dos anos 60, apesar da emigração, a população aumenta. Contudo tal aumento deu-se maioritariamente nas sedes de concelho, ou seja, nos principais núcleos urbanos, causando o ainda perceptível despovoamento das localidades

⁴² ALMEIDA, Aires (2010). “Recensão crítica ao livro *Guarda Vista do Céu/ Guarda From the Sky*”. In *Revista Praça Velha*, nº 28, ano XIII, 1ª série, Novembro 2010, pp. 313-315.

⁴³ JORGE, Filipe; SARAIVA, António (2009). *Guarda Vista do Céu/ Guarda From the Sky*. Edição da Agência para a Promoção da Guarda (APG). Editora Argumentum.

rurais. É notório um grande crescimento, assim como um aumento da área edificada, porque a população já se havia mudado definitivamente para fora dos muros.



Vista da Cidade da Guarda no séc. XIX segundo gravura de Westal, publicada por Murray em Janeiro de 1823. As muralhas ainda se encontravam praticamente intactas, e pode-se vislumbrar igualmente a cidadela em torno da Torre de Menagem. (Fonte: RODRIGUES, Adriano Vasco (2000). *Guarda Monografia. Pré-História, História e Arte*. Guarda: Santa Casa da Misericórdia da Guarda, p. 357).



Vista aérea do centro da cidade da Guarda nos anos 40. A cidade ainda não havia conhecido o seu grande desenvolvimento, pois as construções ainda eram dispersas, e em número não muito elevado. Ainda existia a mata municipal, a qual se encontra no canto superior esquerdo. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 24).

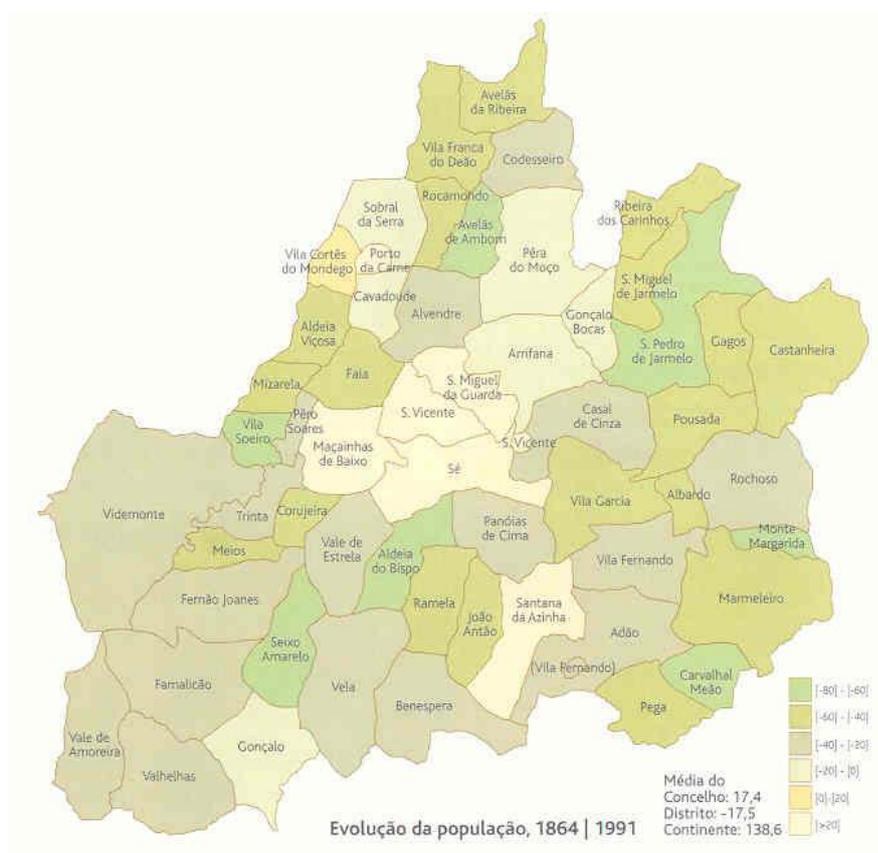


Cidade da Guarda. Vista do marco geodésico junto ao caminho que dá acesso ao Castro do Tintinholho. Observa-se o elevado número de construções em altura e seu domínio na paisagem urbana, ao contrário do que se pode verificar na gravura de Westal, datada do séc. XIX. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

Adriano Vasco Rodrigues, na *Monografia*, afirma que o elevado crescimento na cidade da Guarda a partir da década de 70 se deveu ao um igual desenvolvimento económico, sobretudo impulsionado após o final do regime ditatorial em 1974, assim como pelo investimento de particulares, maioritariamente, de emigrantes. Nos anos 70 dá-se um maior surto populacional devido ao “retorno e ao abrandamento do surto emigratório” (JACINTO, 2004: 22). De facto, “a cidade da Guarda foi moldada pela emigração, que passou a constituir um verdadeiro motor da economia urbana” (JACINTO, 2004: 28). Contudo devido ao fenómeno da chamada “nova urbanização” que à época se verificou, consequentemente iria verificar-se o quase abandono do centro histórico e uma alteração da paisagem envolvente tradicional.

Tal progressão para a periferia causou um marcado esvaziamento do centro histórico, pois a população vai-se fixar preferencialmente nas antigas quintas, hoje em dia conhecidos como bairros – Lameirinhas, Pinheiro, etc. – adjacentes ao primitivo núcleo urbano. Tudo isto se deveu à falta de um plano de urbanização por parte da Câmara Municipal da Guarda, o que viria a agravar a desordem urbanística.

Com as regulamentações do PDM – Plano Diretor Municipal (1994) e do Plano Estratégico (1995), essa situação viria a ser equacionada. Ambos os planos foram elaborados com o “intuito de serem corrigidas as anomalias urbanas”, proteger os monumentos do centro histórico, mas também de promover aí a fixação da população, de modo a evitar o fenómeno recorrente do abandono do centro em detrimento da periferia (RODRIGUES, 2000: 473). Surge, sem dúvida, um novo conceito patrimonial, liderado por instituições públicas.



Evolução da população ao longo dos anos de 1864 a 1991. Denota-se a grande evolução sobretudo das três freguesias urbanas, nomeadamente Sé, S. Miguel e S. Vicente, enquanto que as restantes freguesias apresentaram uma evolução muito menor. (Fonte: FERREIRA, Jaime (coord.) (2004). *A Guarda Formosa na Primeira Metade do século XX*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos; Câmara Municipal da Guarda, p.25).

	1960	1981	1991	Variação 1960-1991
Coimbra	46 313	74 616	96 142	107,6
Aveiro	16 011	28 625	35 246	120,1
Viseu	16 961	20 070	20 859	23,0
Castelo branco	14 838	21 256	26 410	78,0
Leiria	7477	11 502	27 531	268,2
Guarda	9094	14 040	18 847	107,2
Covilhã	23 091	21 807	22 028	-4,6
Figueira da Foz	10 855	12 603	25 685	136,6

Fonte: INE

Evolução demográfica dos principais centros urbanos da região centro entre 1960 e 1991. Denota-se a grande evolução sentida na cidade da Guarda, a qual coincidiu com as principais mudanças na paisagem ocorrida sobretudo a partir dos anos 70 do séc. XX. (Fonte *Viver a Guarda. Programa Polis* (2000). Lisboa: Programa Polis; Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, p. 33).

Parte III

«A cidade e as suas gentes, como organismos vivos que são, estão sujeitas a constantes transformações, umas mais, outras menos positivas e que nos devem fazer pensar sobre o que fomos, o que somos e o que pretendemos ser.»

António Saraiva⁴⁴

Nesta III e última parte da dissertação, vamo-nos ocupar do processo de patrimonialização da cidade da Guarda, ou seja, a compilação dos vários processos de valorização e desvalorização ocorridos no centro histórico da cidade, com maior incidência nos sécs. XIX e XX, e igualmente no séc. XXI. O que poderá mudar neste périplo são os atores que consideram ser de esquecer ou relembrar, de valorizar ou desvalorizar, sendo que o turismo parece assumir um papel fundamental.

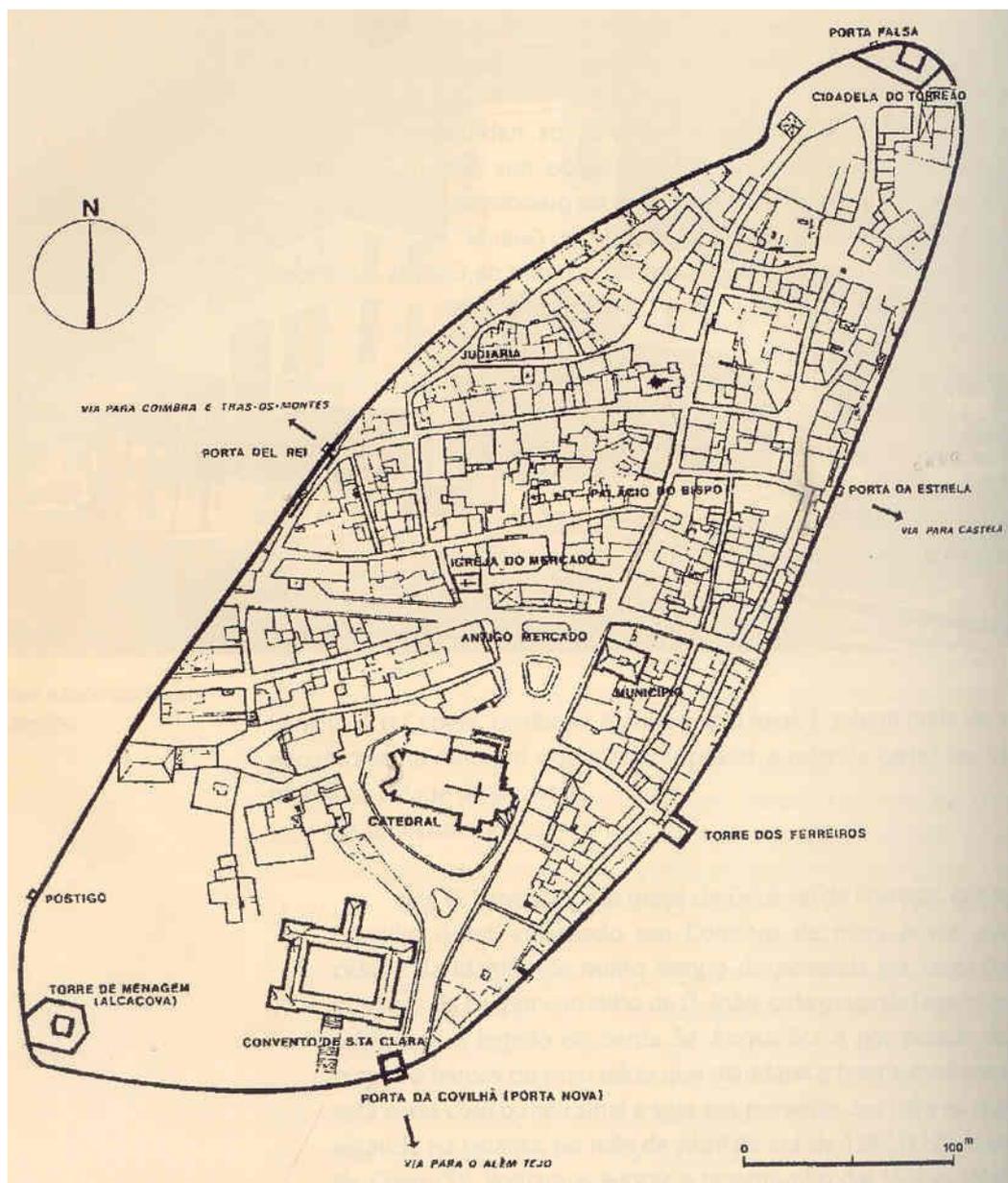
Se os capítulos precedentes nos deram uma imagem da evolução história e urbanística da cidade, digamos que o pano de fundo estático e dinâmico, porque desenhou quadros compreensivos da construção e destruição do património imóvel na longa duração, nesta terceira parte procurar-se-á interpretar e localizar os momentos, as motivações e os agentes de transformação da paisagem urbana. Afinal, em que medida as instituições criadas como agentes de salvaguarda da memória funcionaram como tal? Mas sobretudo, que processos de seleção se verificaram, tendo em consideração que "o património colectivo não está em destruição, mas em construção e ampliação constantes" (JORGE, 2005: 22).⁴⁵

O estudo destes processos requer uma análise na longa duração, o qual vai implicar que recuemos aos séculos mais afastados. Importa entender quais os contornos que a noção de património ganhou nesta cidade, como foi encarada, se é que na realidade existia. Torna-se igualmente relevante abordar uma das consequências dessa (aparente) falta de

⁴⁴ SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA.

⁴⁵ JORGE, Vítor Oliveira (2005). "Património, Neurose Contemporânea? Alguns apontamentos sobre o papel da memória colectiva na Idade da Fragmentação". In V. Oliveira Jorge (coord.), *Conservar Para Quê?*. Porto - Coimbra: DCTP/FLUP – CEAUP/FCT.

sensibilidade para a noção do património, e para o património em si em todas as suas vertentes, a qual se materializou na despatrimonialização da paisagem.



Reconstituição da muralha da cidade da Guarda em finais do séc. XV. (Fonte: RODRIGUES, Adriano Vasco (2000). *Guarda Monografia. Pré-História, História e Arte*. Guarda: Santa Casa da Misericórdia da Guarda, p. 444).

Tal como refere Cláudia Quelhas na obra *Manifesto de Uma Paixão*⁴⁶, a habituação ao património pode vir a constituir-se como o seu pior inimigo. De facto, “o espaço onde decorre o nosso quotidiano é dificilmente transformado em paisagem (...) porque a experiência que dele temos inclui formas de relacionamento que não passam pelo lazer” (SILVANO, 2003: 129). No entanto, é possível e necessário tornar essa habituação em algo positivo, que jogue a favor da conservação e divulgação do património, e não contra.

De modo que com este estudo, como escrevemos na introdução, pretendemos identificar quais os processos valorativos e desvalorizadores ocorridos, relativamente ao património edificado, localizado no centro histórico da cidade da Guarda, quais os acontecimentos que ativaram, ou pelo contrário, desativaram o património, e sobretudo entender quais os impactos na longa duração. Para efetuar tal análise, torna-se importante entender quem perpetrou esses processos e porquê, assim como analisar qual o seu impacto sobre o património edificado e sobre a paisagem urbana desta cidade.

Muitas vezes acontece que o mesmo edifício é alvo de ações valorativas a certa altura, e desvalorativas noutra, ou até na mesma época. Importa entender como tais processos se desenrolaram. Daí que uma análise na longa duração é algo que se afigura como imprescindível e necessário, de modo a entender os acontecimentos que tiveram lugar sobretudo a partir do séc. XIX até ao séc. XXI, em grande medida porque nestes séculos emerge, cada vez mais, a importância das “questões da conservação, restauro e transmissão do legado histórico” (PARREIRA, 2010: 353).

No séc. XIX, o movimento europeu é comum. Como escreveu Choay, ocorreram muitas destruições relativas ao património devido às grandes e rápidas transformações que ocorreram na sociedade, as quais se refletiram na organização das cidades, e viria a tornar “obsoletos os tecidos urbanos antigos” (CHOAY, 2000: 123). Representa de facto o problema da tomada de consciência para a importância da convivência do velho com o novo. No entanto, desde então, essa noção tem tido um percurso nem sempre linear em termos do seu significado, sem contudo nunca ter perdido a importância; pelo contrário,

⁴⁶ BORGES, Dulce Helena Pires (coord.) (2006). *Manifesto de Uma Paixão*. Guarda: Instituto Português de Museus; Centro de Estudos Ibéricos.

ganhou sempre uma maior relevância, especialmente quando a sua noção se encontra associada a uma perspetiva de desenvolvimento económico, científico e social.

Na verdade, as noções interagem, na medida em que muitas vezes se pode dizer que a liberdade preservacionista ou destrutiva do urbanismo acaba onde a introdução e aplicação dos princípios relativos ao património urbano histórico começa: “Quer o urbanismo se ocupe em destruir os conjuntos urbanos antigos, quer tente preservá-los, é ao tornar-se num obstáculo ao livre desenvolvimento de novas modalidades de organização do espaço urbano, que as formações antigas adquiriram a sua identidade conceptual” (CHOAY, 2000: 158).

Nota-se hoje uma maior predisposição para a aposta no turismo e em ações valorativas baseadas em manifestações culturais levadas a cabo no centro histórico de modo a despertar o interesse dessa zona tanto para a população local, como para os visitantes vindos de fora da localidade. Torna-se importante valorizar o património de modo a potenciar a “indústria patrimonial” (CHOAY, 2000: 196).

Os agentes de valorização multiplicam-se e conseqüentemente será de grande valor para este estudo analisar a atividade de várias entidades locais na tentativa da divulgação e promoção do património, tal como da Câmara Municipal da Guarda, sobretudo através do Turismo da Guarda, o próprio Museu da Guarda, assim como as associações locais, como a Culturguarda e a Agência para a Promoção da Guarda (AGPUR).

Recuando aos séculos XIX e XX, procurar-se-á avaliar essa ambivalência de conservar, abandonar, destruir. Importa também prosseguir até ao séc. XXI, altura em que a realidade turística, pelo menos pelo que se sabe, terá ganho influência na seleção do património.

Selecionamos alguns edifícios como observatórios privilegiados, não obstante existirem outros edifícios classificados presentes no centro histórico desta cidade⁴⁷. A verdade é que

⁴⁷ Edifício na Rua Francisco dos Passos n.º 15 a 19 (antiga Rua Direita); Edifício na Rua Francisco dos Passos n.º 26 a 28 (antiga Rua Direita); Edifício na Rua de D. Sancho I e Largo do Paço do Bio; Edifício no Largo da Igreja de São Vicente; Prédio na Rua D. Sancho I, n.º 15 a 17; Janela manuelina no prédio n.º 41 a 45 da Rua Francisco dos Passos (antiga Rua Direita) ou Janela renascença da Rua Direita; Edifício na Rua de D. Sancho, n.º 9 a 13; Casa na Rua dos Clérigos n.º 7.

pelo facto de possuírem uma espessura temporal que recua ao período medieval e moderno os torna âncoras para uma cartografia dos processos patrimoniais, assim como o surgimento de outros fora da muralha possibilita a análise da sua função ao provocarem uma alteração na paisagem urbana da cidade.

Torna-se portanto relevante apontar os processos ocorridos relativamente ao castelo da cidade da Guarda; ao Convento de Sta. Clara; à Sé Catedral; Igreja de São Vicente; e da Igreja da Misericórdia e do Sanatório Sousa Martins, os quais apesar de se localizarem fora do centro histórico, representaram uma grande importância para a vida da cidade e para a sua evolução urbana e consequente paisagem.

5 - Processos de valorização e desvalorização do património edificado do centro histórico da cidade da Guarda.

A análise que se segue procura realizar um percurso que obedeça a uma evolução cronológica (do edifício mais antigo para o mais recente) e também espacial, de dentro para fora da cidade. Em qualquer dos casos serão vistos os processos ora de esquecimento, ora de rememoração.

5.1 – Castelo da cidade da Guarda.

Começamos o nosso percurso pelo castelo da cidade da Guarda⁴⁸. Tal como já foi referido anteriormente nesta dissertação, este castelo seria mandado construir por D. Sancho I no séc. XII ou XIII. O início da construção das muralhas e torres que constituem este reduto amuralhado dar-se-ia igualmente ao longo desses séculos, como é o caso da Torre de Menagem e da Torre dos Ferreiros (construção de ambas a torres teria início em 1290), com continuação até ao séc. XV, sendo que seria nesse século que iriam terminar as construções neste castelo, de entre as quais a Torre da Covilhã (mais tarde, Torre Nova).

⁴⁸ Castelo da Guarda, classificado como MN - Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910. Mais tarde, em 1951, com o Decreto n.º 38 147, DG, I Série, n.º 4, de 5-01-1951, seria igualmente classificada a “Torre dos Ferreiros e ainda, além do troço situado junto à torre, todos os restantes fragmentos de muralha existentes” (IGESPAR).



Localização dos principais monumentos a estudo nesta parte da dissertação, assinalados a amarelo. Encontram-se também assinalados, a azul, os restantes monumentos e locais aos quais se efetua igual menção. (Fonte: Agenda Guarda. Culturguarda, setembro 2013).

As funções deste castelo repartiram-se entre funções de representação do poder, e funções de uso efetivo. Encontramos exemplos de função de representação de poder, sobretudo inicialmente, após a reconquista da fronteira, e de modo a reforçar a concessão de foral. Outro exemplo de representação de poder através de obras no castelo, foi a mudança de nome da Torre e Porta da Covilhã para Torre e Porta Nova, após renovação e melhoramento levado a cabo por ordem do monarca D. João I, no séc. XV. Como exemplos de uso efetivo, encontramos igualmente a sua construção inicial, a qual serviu como forma de consolidar o poder do monarca, mas também de modo a defender a fronteira.

Surtem notícias acerca deste castelo no séc. XVIII, com a compilação das *Memórias Paroquiais* de 1758. Devido à perda da sua função militar inicial, o castelo não apresentava uso efetivo nem tão pouco manutenção, e como tal já haviam caído alguns lanços de muralha, o qual no entanto poderia ser consertado se se recorresse a uma intervenção “sem custo muito considerável” (CHORÃO, 2002: 30).

Ao invés de reparações, os séculos seguintes iriam ditar uma mudança irreversível no aspeto deste castelo e do seu reduto amuralhado, ao serem destruídos vários lanços de muralha, assim como várias portas e torres que o constituíam. O estado de abandono não criaria obstáculos a uma destruição em 1801, aquando do derrube de um troço de muralha, localizado entre a Torre de Menagem e a Torre Nova, por ordem do Marquês d’ Alorna, com a intenção de utilizar a pedra num forte a ser construído em Vale de Estrela (na altura Vale das Porcas) (GOMES, 1987: 34; OLIVEIRA, 1940: 7). Esse mesmo forte, inicialmente conhecido como Forte das Porcas, já no séc. XX adotaria a designação de Forte Velho (RODRIGUES, 2008: 13). Já não se encontrava em uso, logo perdendo a sua função inicial a muralha deveria ser destruída, e a sua pedra reutilizada para novas construções.

O mesmo se verificou quando em 1835 o troço de muralha localizado entre a Torre de Menagem e a Porta Nova seria destruído, a mando da Câmara Municipal da Guarda, com o intuito de usar a pedra na construção do novo cemitério público que então se ergueu (FERNANDES, 1997: 31; GOMES, 1987: 34; OLIVEIRA, 1940: 8). A legislação

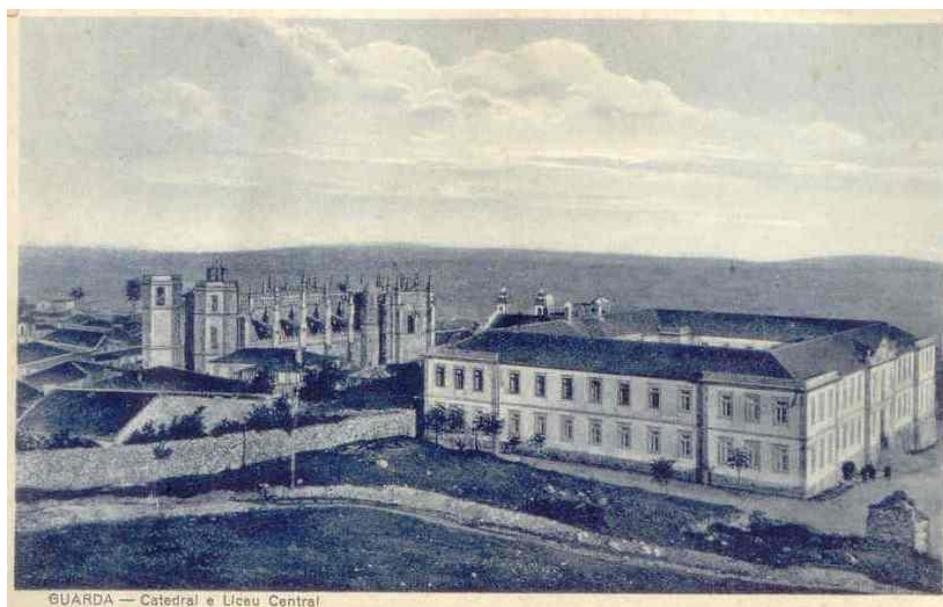
obrigava a estas mudanças e envolvia recursos financeiros, certamente frágeis. A câmara assume o papel de proprietária, porque antes de mais, a quem pertencem estes imóveis?

Por isso, assumindo a Câmara Municipal da Guarda a função de ordenamento da vida municipal, nada a impedia de ordenar a destruição da muralha e das suas torres, com a intenção de abrir novos arruamentos, de modo a corresponder ao surto construtivo e à modernização que se tentava implementar à época. Como tal, em 1847 viria a ser derrubada a chamada Torre Velha e a cidadela do Torreão, e um troço de muralha aí localizado. A destruição destes elementos proporcionou a abertura da Rua do Comércio e da Rua 31 de Janeiro (anteriormente, Rua de D. Luís) (RODRIGUES, 2000: 78).

A leva de destruições continua, seguindo a Torre Nova e Porta Nova, no séc. XIX, por pura necessidade de ampliação de espaços, porque também foi destruído o contíguo Convento de Santa. Clara, em 1887, devido ao falecimento da “ultima religiosa” (CASTRO, 1902: 90), igualmente devido à legislação de desamortização ordenada para os conventos femininos. Em 1892, no seu lugar seria erigido um novo edifício que albergaria vários serviços, começando por servir sede da Câmara Municipal da Guarda, cadeia e Escola Normal; mais tarde, em 1927, de Liceu Nacional da Guarda; e posteriormente, em 1969, após a transferência das funções do Liceu Nacional para o edifício onde até hoje se encontra, serve as funções de Escola EB 2+3, até à atualidade (SIPA, 2008).



Paços do Concelho construídos no local onde se localizava o Convento de Santa Clara em 1908. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 35).



Vista da Torre de Menagem para a Sé Catedral, e o então Liceu Central em 1930. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 33).



O mesmo edifício, hoje Escola de Santa Clara EB 2+3. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

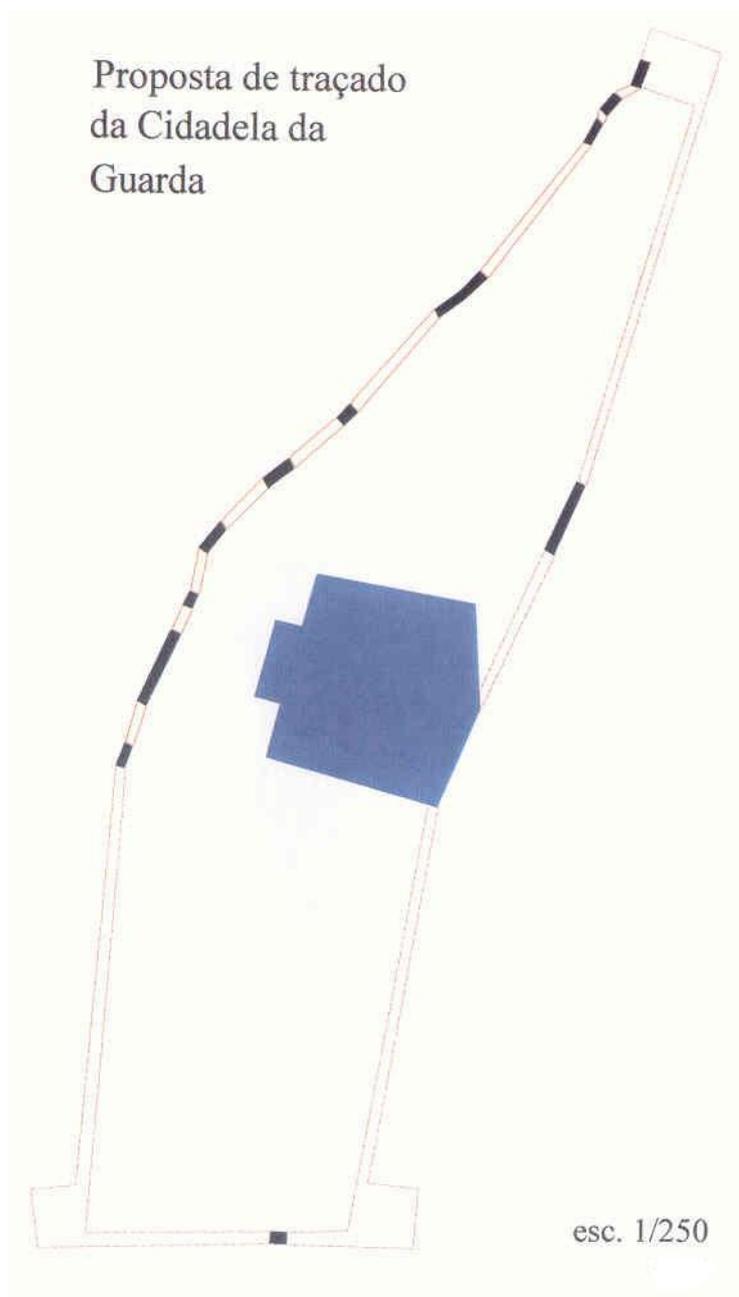


Entrada principal da Escola Santa Clara EB 2+3. (Fonte: Vanessa Pita, 2012).

Já no séc. XX, apesar da elevação da Torre de Menagem a Monumento Nacional em 1910 (Torre dos Ferreiros e restantes troços de muralha seriam elevados a essa categoria em 1951) (SIPA, 1991), em 1935 viria ainda a ser demolido o troço de muralha outrora localizado entre o Solar Torre Vasconcelos e a Rua Tenente Valadim (SIPA, 1991), novamente com o intuito de abrir um novo arruamento. No entanto apesar da destruição de mais um troço, no séc. XX iriam já verificar-se obras de conservação e restauro, levadas a cabo entre os anos de 1942 e 2004 pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). De entre as principais intervenções, encontramos a reconstrução, consolidação e limpeza dos panos de muralha, ao longo dos anos de 1947 e 1994; entre 1956 e 1957, iria ser reconstruída a cobertura da Torre de Menagem; e entre 1962 e 1963 seria instalada iluminação exterior (SIPA, 1991).

Já relativamente a escavações este castelo conta com duas intervenções, a primeira seria levada a cabo pelo IPPC (Serviços de Arqueologia) em 1989 (SIPA, 1991). A intervenção mais significativa seria liderada por Lúcia Maria Marques Fernandes, e realizada ao longo dos anos de 1995 e 1997. Esta escavação afigura-se de grande importância pois viria a permitir a reconstituição da alcáçova deste castelo, o qual até então não era possível.

Esta autora menciona outro processo de desvalorização ocorrido relativamente a este monumento, nomeadamente a construção de depósitos de água nas suas imediações, os quais para além de se encontrarem completamente desfasados da paisagem envolvente, destruíram “a área envolvente da Torre de Menagem” (FERNANDES, 1997:12).



Proposta de traçado da cidadela da Torre de Menagem avançada por Lúcia Maria Marques Fernandes. (Fonte: FERNANDES, Lúcia Maria Marques (1997). *Novos Elementos Sobre a Cidade da Guarda – Sécs. XIII ao XVII*. Separata da «Revista Praça Velha». Guarda: Câmara Municipal da Guarda, p. 40).



Dois dos quatro depósitos de água localizados nas imediações da Torre de Menagem. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Os outros dois depósitos de água. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



A construção de depósitos de água, à direita, e postos de eletricidade, à esquerda, dificultam uma visualização da cidade a partir do topo da Torre de Menagem. (Fonte: Vanessa Pita, 2012).



Outro posto de seccionamento localizado nas imediações da Torre de Menagem. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

Apesar de todas as modificações que se verificaram sobretudo ao longo dos séculos XIX e XX, atualmente ainda se encontram de pé a Torre de Menagem, Porta e Torre dos Ferreiros, Porta d'El Rei, e a Porta da Erva, as quais permitem reconstituir quase com precisão máxima o traçado que o reduto amuralhado da cidade da Guarda apresentaria.

Como foi referido os processos pelos quais este monumento passou não são de todo lineares. Embora prevaleçam as decisões que levaram a que se verificassem processos de desvalorização, como se verificou, existiram igualmente ações que levaram a que este monumento fosse valorizado⁴⁹. A primeira grande ação de valorização partiu da DGMEN que a partir de 1942 realizou várias intervenções, já mencionadas, no castelo desta cidade, conseguindo assim a preservação dos vestígios ainda existentes.

Também a Câmara Municipal da Guarda contribuiu para a valorização deste monumento ao levar a cabo o projeto *Patrimonium*, inaugurado em 27 de novembro de 2009 pelo então Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Joaquim Carlos Dias Valente. Este projeto para além de atuar na Torre de Menagem da Guarda, previu igualmente a recuperação do Castro do Tintinholo, do núcleo arqueológico da Póvoa do Mileu e do Castro do Jarmelo. Pretendeu-se dinamizar os principais testemunhos de património arqueológico da região de modo a atrair um maior fluxo turístico.

Esta obra iria modificar sobretudo a paisagem envolvente da Torre de Menagem, a qual desde há muito apresentava pouca manutenção e difíceis acessos. Foram criados acessos para veículos, assim como melhores acessos pedonais, existindo vários caminhos que se podem tomar até chegar à torre e à sua envolvente. Foi também criado todo um espaço onde o visitante se pode sentar, e contemplar não só a Torre, mas também a vista privilegiada que se tem da cidade da Guarda a partir do seu ponto mais alto. Tal só por si, constitui um processo de valorização importante, pois a criação de miradouros fixa um olhar novo, eventualmente o olhar primitivo, da função inicial – avistar o mais longe possível. No passado uma utilidade, hoje um lazer turístico a repetir.

⁴⁹ No âmbito de processos de valorização ocorridos em relação à Torre de Menagem e às torres e muralhas, o Plano Diretor Municipal, Plano Estratégico, e Programa Polis seriam um contributo definitivo para a sua conservação e promoção, o qual iremos desenvolver mais à frente neste ponto.



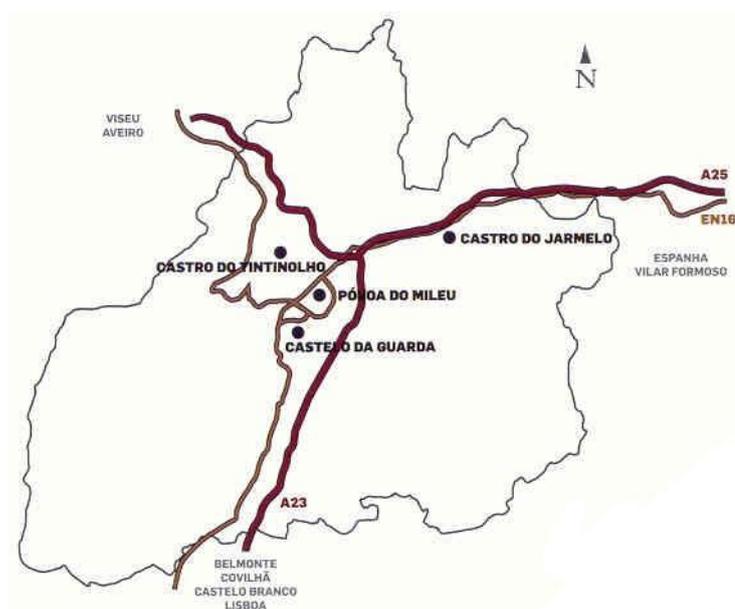
Acessos à Torre de Menagem melhorados graças ao projeto *Patrimonium*. À esquerda pode visualizar-se a sinalética de informação turística da autoria da AGPUR (Guarda ConVida). (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Centro de receção da Torre de Menagem. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Interior do centro de receção. (Fonte: Vanessa Pita, 2012).



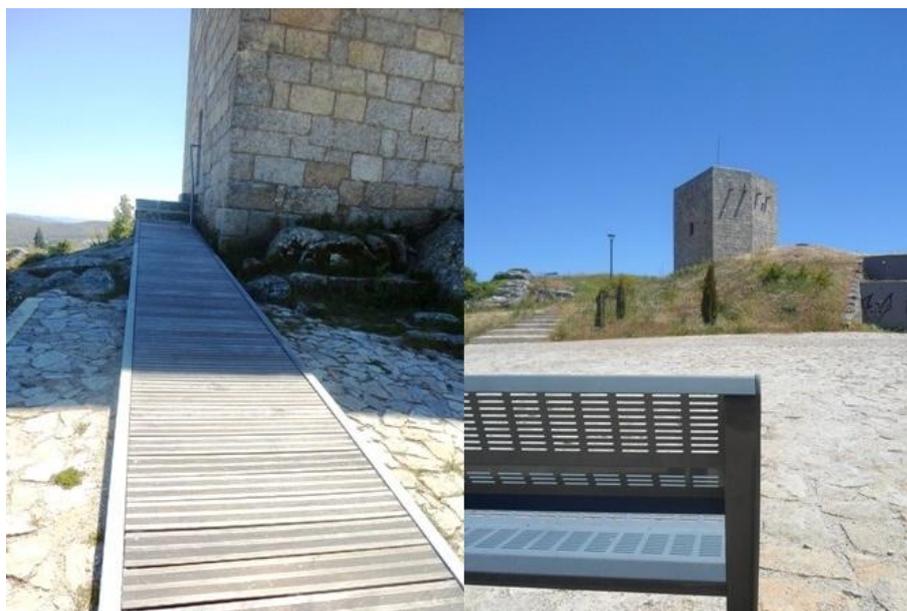
Mapa do concelho da Guarda onde se encontra assinalada a localização dos quatro monumentos integrados no projeto *Patrimonium*. (Fonte: Panfleto informativo acerca do Castelo da Guarda. Edição da Câmara Municipal da Guarda, Divisão de Cultura, 2008).



Panfletos relativos aos quatro locais abrangidos no projeto *Patrimonium*: Castro do Jarmelo, Castro do Tintinholo, Póvoa do Mileu e Castelo da Guarda. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



A instalação no primeiro piso da Torre de Menagem que possibilita a visualização em 3D do centro histórico e dos seus edifícios mais importantes. (Fonte: Vanessa Pita, 2012).



O projeto *Patrimonium* contribuiu para a revitalização vital tanto dos acessos a todos os públicos à Torre de Menagem através de uma rampa como se pode observar na imagem à esquerda; assim como para a criação de espaços de lazer com a instalação de bancos a partir dos quais o visitante pode desfrutar de uma vista privilegiada sobre a torre, como se pode visualizar na imagem à direita. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

Foi concebido um centro de receção ao visitante localizado nas imediações da Torre de Menagem, o qual, tal como foi referido anteriormente, apresenta vários tipos de informação, como panfletos dos vários locais incluídos no projeto *Patrimonium*, mencionados anteriormente, e publicações municipais dos quais o visitante pode usufruir, assim como uma exposição do património arqueológico encontrado neste concelho, a qual juntamente com um mapa interativo que “de forma virtual explorar a arquitetura, etnografia, arqueologia e a geografia do concelho.” (Site da Câmara Municipal da Guarda⁵⁰), permite ao visitante ficar a conhecer a história do concelho, assim como da cidade onde se encontra.

No interior da Torre de Menagem, aproveitando os pisos já existentes, como forma de patrimonializar e divulgar a história e o património na cidade da Guarda, e sobretudo divulgar este castelo, foi criado um espaço que dá a conhecer a história da cidade. O centro de acolhimento, e todos os outros equipamentos e serviços localizam-se no centro de

⁵⁰ www.mun-guarda.pt, Última consulta: 10/05/2013, 12:20h.

receção, localizado na encosta da Torre de Menagem. Toda a zona foi reabilitada, e este centro serve como a entrada na zona envolvente do monumento. Proporciona ao visitante uma experiência que vai para além da visita do monumento.

No primeiro piso, o visitante encontra a possibilidade de uma visita ao centro histórico em 3D, no qual é dada a conhecer a reconstituição da “evolução da malha urbana em 5 fases, destacando 8 imóveis emblemáticos”⁵¹. Serve como um mote de partida de modo a dar conhecimento ao visitante do que irá poder visionar no último piso. No segundo piso encontra-se uma experiência didática intitulada Livro Mágico, dirigida a todos os públicos, mas sobretudo para escolas do 1º ciclo. Através de um equipamento digital constituído por um ecrã e um aparelho que permite passar folhas de um livro de uma maneira digital, é possível ver, ler e ouvir, todo o livro de banda desenhada *História da Guarda. Oitocentos anos de cidade*, da autoria de José Garcês⁵², obra publicada por altura da comemoração dos 800 anos da concessão do foral sanchino à cidade. Através de banda desenhada e de uma linguagem simples e acessível, este livro traça a evolução desta localidade desde o seu aparecimento no séc. XII, até ao séc. XX.

Neste piso é igualmente possibilitada a oportunidade de visionar o foral sanchino, concedido a esta cidade em 27 de Novembro de 1199 (Site da Câmara Municipal da Guarda)⁵³, e ouvir a sua leitura e explicação. No terceiro e último piso é possibilitada a subida à cobertura da Torre de Menagem, a qual proporciona uma vista privilegiada sobre a cidade e toda a região envolvente.

No caso deste monumento, as maiores decisões que levaram a uma valorização ou pelo contrário a uma destruição, partiram sobretudo do poder municipal. A população não participou nestas decisões, sobretudo no que toca às destruições e conservação dos troços e torres da muralha, com exceção para a Torre de Menagem, a qual sempre causou fascínio nos habitantes locais, mesmo após a construção da Sé Catedral. Afigura-se como um

⁵¹ Torre de Menagem, Torre dos Ferreiros, judiaria, Sé Catedral, Solar de Alarcão (localizado junto à Sé Catedral), antigo Paço Episcopal e Seminário (hoje alberga o Paço da Cultura e o Museu da Guarda), Igreja de S. Vicente e Igreja da Misericórdia. www.mun-guarda.pt. Última consulta: 11/09/2013, 17:07h.

⁵² GARCÊS, José (1999). *História da Guarda. Oitocentos Anos de Cidade*. Âncora Editora. Lisboa.

⁵³ www.mun-guarda.pt. Última consulta: 30/07/2013, 16:47h.

elemento emblemático relativamente à restante muralha e torres, visto que apenas a Torre de Menagem, juntamente com a Torre dos Ferreiros, foram poupadas a destruições. Antes de existir a Sé Catedral, o castelo da cidade era o monumento mais importante desta cidade, e mesmo após a construção do templo assim o permaneceu. Provavelmente a sua proeminência na paisagem contribuiu para tal importância. Apesar do mau estado que apresentou até às obras de conservação e restauro levadas a cabo pela DGEMN a partir de 1942, a Torre de Menagem sempre apresentou um valor adquirido tanto para a autarquia como para a população local, e como tal foi sempre poupada, ainda que nem sempre devidamente preservada, tal como já foi mencionado.

5.2 – Património religioso: Sé Catedral, Igreja de São Vicente e Igreja da Misericórdia.

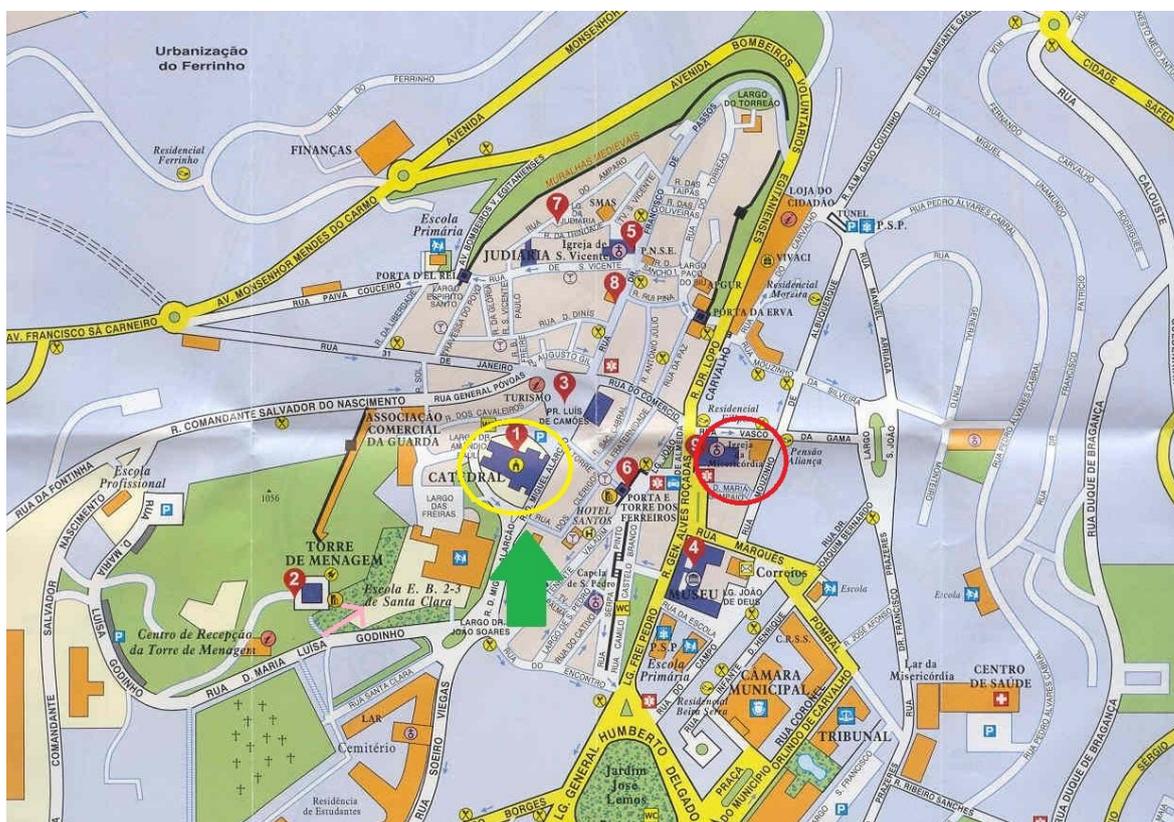
Deixado o castelo, segue-se junto à Escola EB 2+3 de Santa Clara, pela rua D. Miguel de Alarcão, até à Praça Luís de Camões, onde se localiza a Sé Catedral. Classificada como Monumento Nacional desde 1907⁵⁴, apresenta uma estrutura imponente, sobressaindo pelo espaço da praça que permite uma amplitude de olhar. Segundo a teoria avançada por José Osório da Gama e Castro⁵⁵, pode falar-se na existência de três séis. A dita primeira foi uma fundação de D. Sancho I, datada de 1208-1209. No entanto, devido à falta de referências documentais relativas a esta construção, Rita Costa Gomes, alerta para o perigo de usar esta informação (GOMES, 1987: 81).

Em 1230, D. Sancho II viria a ordenar a construção de uma nova catedral, a qual se encontrava extramuros. Localizava-se junto à Torre dos Ferreiros, no local ou imediações da atual Igreja da Misericórdia. A localização desta catedral fora da cerca relaciona-se com o grande desenvolvimento do arrabalde. O núcleo episcopal desta cidade, ou seja, a Sé Catedral e a residência dos cónegos, localizava-se extramuros (GOMES, 1987: 82). Por motivos de estratégia militar, esta nova catedral, a segunda, de acordo com Osório da Gama Castro, viria a ser demolida a mando de D. Fernando em 1369, com o intuito de edificar uma outra intramuros. Contudo o monarca viria a morrer antes de poder prosseguir

⁵⁴ Sé da Guarda, classificada como Monumento Nacional, Decreto de 10-01-1907, DG n.º 14, de 17-01-1907 (IGESPAR).

⁵⁵ CASTRO, José Osório da Gama (1902). *Diocese e Districto da Guarda*. Porto: Typographia Universal.

com a sua construção. Seria D. João I quem iria cumprir o objetivo do falecido, sendo a este rei a quem devemos a construção da atual catedral (RODRIGUES, 2000: 140).



Indicação (situada pela seta verde) da rua D. Miguel de Alarcão que se segue da Escola EB 2+3 de Santa Clara (antigo Convento de Santa Clara, indicado pela seta cor de rosa) até à Sé Catedral. A vermelho, encontra-se indicada a localização da segunda Sé, a qual se crê ter sido no local onde hoje se localiza a Igreja da Misericórdia (fora dos muros). A amarelo encontra-se indicada a localização da terceira e atual Sé Catedral (Fonte: Panfleto de informação turística, AGPUR, 2013).

A nova sé, a terceira, por ser construída dentro da cerca iria propiciar “uma reordenação importante do espaço intramuros” (GOMES, 1987: 82). As obras tiveram início em 1390, e apenas terminariam em 1540. Desde o início da sua construção os grandes financiadores sempre foram os monarcas. Particulares endinheirados também participaram do financiamento da construção da nova catedral. No entanto, como afirma Rita Costa Gomes, a Sé Catedral, “não reflete nem a pobreza nem a prosperidade da cidade” (GOMES, 1987: 86), pois os habitantes da urbe encontraram-se ausentes no que toca ao financiamento das obras.

Quanto aos aspetos arquitetónicos, apresenta uma planta em cruz latina composta por três naves. Nas naves colaterais encontram-se as várias capelas as quais contribuem para a sua riqueza e interesse arquitetónicos, nomeadamente a Capela dos Ferros, a Capela dos Pinas e Capela do Santíssimo. A Capela dos Ferros deve o seu nome às “grades que tem na porta”, e a sua existência deve-se à iniciativa de D. Luís de Abreu Castelo Branco, que mandou construir esta capela “para si e sua mulher” (RODRIGUES, 2000: 159), Francisca de Pina, filha de Fernão de Pina, o qual por sua vez era filho de Rui de Pina, cronista real e figura importante da Guarda medieval. A Capela dos Pinas seria mandada construir por D. João de Pina, “arqui-diácono da Sé de Viseu e tesoureiro da Sé da Guarda” (RODRIGUES, 2000: 158), e sobrinho de Rui de Pina.



Capela dos Pinas (Sé Catedral). (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Capela dos Ferros (Sé Catedral). (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

Relativamente à fachada principal deste edifício, esta integra um nicho no qual se encontra uma imagem de Nossa Senhora da Assunção, a sua padroeira (SIPA, 2008).⁵⁶ Em suma no seu interior a Sé Catedral apresenta 10 partes: nave central e duas naves colaterais, nave cruzeira, uma ábside e duas absidíolas, sacristia, cinco capelas na nave lateral norte, três capelas ediculares na nave lateral direita, batistério, arrecadação, duas torres sineiras, e corredores intermuros (RODRIGUES, 2000: 152). Entre 1390 e 1397 seriam construídos os alicerces; entre 1397 e 1427, seria construído o “pórtico lateral norte e parte das paredes da nave esquerda”; entre 1427 e 1458 seria edificado o “pórtico lateral sul e nave direita”;

⁵⁶ No que toca ao orago desta catedral, com base nas *Memórias Paroquiais* de 1758, sabe-se que a sua padroeira é a Nossa Senhora da Conceição, sendo o altar-mor dedicado a esta santa. O altar colateral do evangelho é dedicado a Nossa Senhora do Rosário, e na epístola encontra-se o Santíssimo Sacramento. No lado do evangelho encontram-se igualmente imagens de Nossa Senhora da Natividade, de Nossa Senhora da Anunciação, de Santo Cristo, de Santa Luzia e de Nossa Senhora do Desterro (a qual, segundo a tradição, foi trasladada da primeira Sé existente no bispado da Egitânia, a qual se localizava em Idanha-a-Velha). No lado da epístola, encontram-se São Martinho, Santo Ildefonso e São Roque (CHORÃO, 2002: 20-21).

e entre 1490 e 1516, seriam edificadas a “nave principal, capela-mor e o fecho das abóbadas” (GOMES, 1987: 83).

Em 1897 após uma visita à Sé, o arquiteto Rosendo Carvalheira iria apresentar a *Memória sobre a Sé Cathedral da Guarda*⁵⁷, documento onde explicitou os motivos pelos quais a catedral necessitava de uma intervenção imediata de modo a ser restaurada e a colmatar o avançado estado de degradação em que se encontrava devido à laicização que se vinha a sentir, e ao conseqüente empobrecimento dos bispados e falta de investimentos com vista à preservação do seu património. A Sé Cathedral necessitava urgentemente de ver a sua estrutura reparada e consolidada, sobretudo devido a “inúmeras infiltrações e outras causas de ruína (...), damnificando-o [o edifício] lenta e gradualmente”⁵⁸.

Seria precisamente da autoria do arquiteto Rosendo Carvalheira a mais importante obra de restauro empreendida até então neste edifício. Com início em 1899, terminariam a 2 de junho de 1921, tendo a Sé sido reaberta ao culto nessa data (SIPA, 2008)⁵⁹. Os principais objetivos desta intervenção prenderam-se com a já referida necessidade de consolidar a estrutura do edifício; assim como com a intenção de restituir o aspeto que o edifício deveria ter apresentado no séc. XVI, “época em que (...) considera que o edifício foi concluído”. Pretendia retirar todos os elementos acrescentados após esse século, os quais Rosendo Carvalheira considerava “vandalismos” (ROSAS, 1995: 543). Segundo a perspetiva deste arquiteto, a conservação divide-se entre a defesa do original e a cópia, sendo que o original ganha prevalência, em detrimento dos acrescentos posteriores. Na sua

⁵⁷ Rosendo Carvalheira dividiu a sua *Memória* em dois volumes. O primeiro constitui-se em três partes, subdivididas em vários capítulos nos quais faz “um esboço histórico da cidade da Guarda e dos edifícios anteriores à actual Sé”, continuando por estabelecer “as fases e a respectiva datação das obras”. Seguidamente descreve “o edifício no estado em que se encontrava quando o observou, referindo os elementos arruinados e os «vandalismos»”. No final deste livro o autor “conclui expondo o programa de restauro e o respectivo orçamento”. O segundo volume é constituído por 32 fotografias da Sé Cathedral, comentadas pelo autor, juntamente com uma planta do edifício (ROSAS, 1995: 537).

⁵⁸ CARVALHEIRA, Rosendo (1899). *Memória Sobre a Cathedral da Guarda*. In *Jornal Districto da Guarda*, domingo 9 de abril de 1899, nº 1:101, ano 22º, p. 2. A *Memória* pode ser consultada em vinte números do jornal *Districto da Guarda* publicados de 12 de março a 23 de julho de 1899.

⁵⁹ Contudo este edifício foi sempre alvo de intervenções constantes, as quais não se findaram após o primeiro grande restauro encetado por Rosendo Carvalheira. Para mais informações acerca da cronologia das várias intervenções realizadas ver a ficha do SIPA da Sé Cathedral.

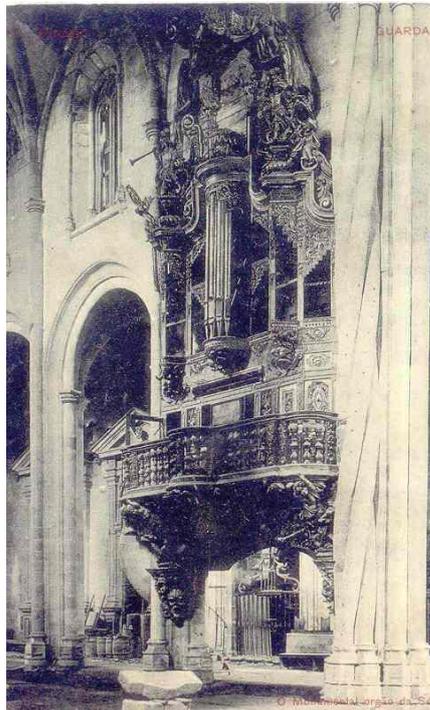
Memória, o autor afirma mesmo que “o termo *restauração* n’este caso tem para mim o valor restricto de *reposição* no estado provavel em que o edificio ficou ao concluir-se”⁶⁰.

Era importante que o novo não se distinguisse do velho, o qual resultaria num processo que ao mesmo tempo que valorizou o edificio ao prevenir a sua ruína, o destituiu de toda uma evolução que espelhava as várias épocas pelas quais a Sé havia passado até então, perdendo mesmo uma parte importante da sua identidade e da sua história. Como exemplo de elementos eliminados por Rosendo Carvalheira, encontramos a remoção de muitos dos elementos decorativos do cadeiral, nomeadamente “o remate das cadeiras, um (...) friso de folhas douradas, com cabeças de anjo sobrepostas, foi (...) suprimido, o mesmo acontecendo às cartelas da parte inferior do espaldar, com grinaldas douradas, igualmente retiradas” (NEVES, 2011: 27), de modo a que apresentassem um aspeto menos barroco. Também o seu órgão barroco foi desmantelado, e posteriormente desapareceu. Tal como afirma Adriano Vasco Rodrigues, “tudo o que não era gótico foi sacado da Catedral” (RODRIGUES, 2000: 175). Podem-se encontrar alguns testemunhos no Museu da Guarda, contudo a maior parte dos elementos retirados acabariam mesmo por se perder.



Excerto da *Memória*, publicada no Jornal Districto da Guarda. (Fonte: *Jornal Districto da Guarda*, nº 1097, p.3).

⁶⁰ CARVALHEIRA, Rosendo (1899). *Memória Sobre a Cathedral da Guarda*. In *Jornal Districto da Guarda*, domingo 9 de abril de 1899, nº 1:101, ano 22º, p. 2.



Órgão Monumental da Sé Catedral em 1918. Desaparecido após o restauro de Rosendo Carvalheira. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 116).



Altar-mor e os cadeirais da Sé Catedral. Denota-se a falta de ornamentos dos mesmos após as modificações sofridas com o restauro de Rosendo Carvalheira. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Painel consagrado a S. João retirado dos cadeirais da Sé aquando do restauro de Rosendo Carvalheira. Um dos poucos testemunhos que se conserva no Museu da Guarda do que foi retirado devido ao restauro. (Fonte: RODRIGUES, Adriano Vasco (2000). *Guarda Monografia. Pré-História, História e Arte*. Guarda: Santa Casa da Misericórdia da Guarda, p. 173).

As modificações efetuadas na catedral nesta altura, nomeadamente na escadaria, na torre sul da fachada principal, no pórtico lateral, são as que lhe conferem o aspeto que podemos observar até aos nossos dias. Rosendo Carvalheira “pretendia valorizar [a Sé Catedral] (...), isolando-a”, para tal procedeu à destruição dos edifícios que se encontravam adossados à estrutura da Sé, os quais tinham a finalidade de ajudar à prática do culto. De entre os edifícios destruídos, encontravam-se as casas do sacristão e do capítulo, as quais garantiam ligação com a catedral através de uma porta aberta no pano da parede. Existia igualmente a casa dos cônegos, construída sobre a sacristia, a qual foi descrita por José Osório da Gama e Castro, como sendo um “horrendo casarão, que servia de noviciado quaresmal aos cônegos” (CASTRO, 1902: 349). Também esta casa comunicava diretamente com a catedral através do interior da sacristia. Todos estes edifícios viriam a ser demolidos após o restauro de Rosendo Carvalheira (NEVES, 2011: 29).

Essa decisão pode ser considerada como sendo um processo de desvalorização pela destruição de edifícios históricos, e ao mesmo tempo, um processo de valorização pois a destruição destes edifícios adossados à Sé Catedral iriam permitir uma melhor leitura do monumento. É oportuno aqui chamar à atenção que, tal como foi referido na introdução a esta parte da dissertação, os processos de valorização e desvalorização, tal como o caso deste edifício o demonstra, não são lineares. O que prova como os contextos e os protagonistas, em determinados momentos, executam aquilo que lhes parece ser de recordar e de esquecer,

Relativamente à Igreja de S. Vicente e à Igreja da Misericórdia, torna-se importante falar destes dois templos tanto pela importância que representaram, e ainda representam, para a vida na cidade da Guarda, mas também pelo seu contributo para o progresso urbanístico desta localidade.

A Igreja de S. Vicente⁶¹ localiza-se intramuros na freguesia de S. Vicente, uma das mais antigas freguesias da cidade da Guarda. Não se sabe a data precisa da sua construção, no entanto conhece-se uma referência a um templo de origem medieval datado do séc. XIII, mais precisamente do ano de 1260 (SIPA, 2008). Contudo, após esta data, pouco se sabe relativamente à história desta igreja.

Apenas se voltam a encontrar referências já no séc. XVIII, em 1758, nas *Memórias Paroquiais*, quando na resposta à pergunta 7, “qual é o seu orago, quantos altares tem, e de que santos, quantas naves tem; se tem Irmandades, quantas, e de que santos” (CHORÃO, 2000: 9), os párocos da Guarda respondem que “a [Igreja] de S. Vicente (...) não tem naves; tem 3 altares” (CHORÃO, 2002: 22).

Devido a ser insuficiente para responder às exigências do culto, foi alvo de uma reconstrução encetada pelo bispo D. Jerónimo Rogado Carvalhal e Silva, natural desta cidade, e levada a cabo pelo artista António Fernandes Rodrigues (RODRIGUES, 2000: 353-354). Segundo informação avançada por Adriano Vasco Rodrigues, 1790, o ano que

⁶¹ Igreja de S. Vicente, classificada como Imóvel de Interesse Público (IIP), Decreto n.º 28/82, DR, I Série, n.º 47, de 26-02-1982 (IGESPAR).

se encontra inscrito na inscrição junto ao batistério, marcará ou o início ou a conclusão da “reconstrução barroca” desta igreja (RODRIGUES, 2000: 353).

Uma marca do bispo que se pode encontrar nesta edificação é uma inscrição localizada à entrada da igreja junto ao batistério, a qual o homenageia. Sabe-se igualmente que aquando do falecimento do bispo D. Jerónimo Rogado Carvalhal e Silva, em 1797, a reconstrução já se encontrava completa (RODRIGUES, 2000: 354). Tal reconstrução constituiu-se de facto como um importante processo de valorização, após uma longa época em que se verificou o processo contrário, provavelmente devido à perda da importância da sua praça (hoje largo) envolvente aquando da construção da Sé Catedral e da transferência das funções mais importantes para a nova catedral, assim como a secundarização da praça de São Vicente em detrimento da Praça Velha.



Fachada da Igreja de S. Vicente. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Altar-mor da Igreja de S. Vicente. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Inscrição relativa à reedificação da Igreja de S. Vicente em 1790, dedicada ao bispo D. Jerónimo Rogado Carvalho e Silva. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



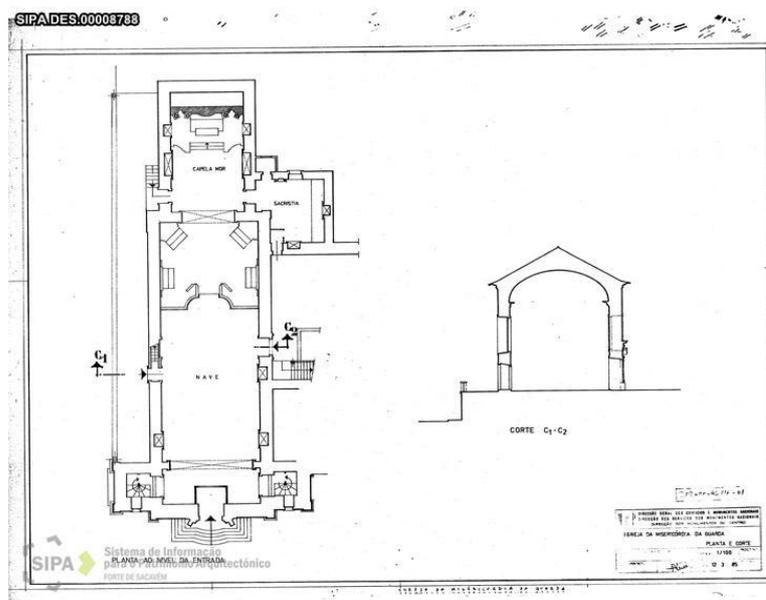
Um dos vários painéis de azulejo que se podem encontrar no interior da Igreja de S. Vicente. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

Esta igreja é constituída por uma fachada ladeada por duas torres sineiras, uma só nave com cobertura em madeira, e uma sacristia que se lhe encontra adossada, a qual deverá possuir elementos da construção primitiva. Para além do altar-mor em estilo barroco, no seu interior encontra-se ainda um conjunto de painéis de azulejos, datados do séc. XVIII, os quais foram restaurados através de um projeto de restauro e uma candidatura para financiamento apresentada pelo Programa Polis em 2006 (SIPA, 2008).

Passando agora à Igreja da Misericórdia⁶², situa-se no Largo João de Almeida e domina toda a sua paisagem. A informação relativa à sua origem é imprecisa, embora se saiba que a capela primitiva data de 1611, a qual foi uma fundação atribuída a Simão Antunes de Pina (SIPA, 1991; RODRIGUES, 2000: 349). Tal como com a Igreja de S. Vicente, irão encontrar-se informações precisas no séc. XVIII, altura em que foi alvo de uma reconstrução.

⁶² Igreja e edifício da Misericórdia, classificada como Imóvel de Interesse Público (IIP), Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12-09-1978 (IGESPAR).

Como se pode ler na resposta à pergunta número 12 das *Memórias Paroquiais*: “Se tem Casa da Misericórdia, e qual foi a sua origem, e que renda tem; e que houver de notável em qualquer destas coisas” (CHORÃO, 2002: 10), esta Misericórdia tinha sido fundada noutra local e transferida para onde hoje se encontra. Pelo que deverá ter uma origem ainda mais remota que o séc. XVII, o qual também poderá ser explicado pela localização desta igreja, que se crê que corresponda ao local onde em tempos existiu a segunda Sé Catedral mandada erigir por D. Sancho II, sob a invocação de Nossa Senhora da Consolação. Foi encontrada uma imagem românico-gótica em granito representativa da mesma (a qual se encontra no Museu da Guarda). Este edifício seria mandado destruir por ordem de D. Fernando devido a localizar-se fora da cerca, tal como foi mencionado anteriormente (RODRIGUES, 2000: 350-351).



Planta da Igreja da Misericórdia. (Fonte: www.monumentos.pt. Última consulta: 15/7/2013, 09:27h).



Fachada da Igreja da Misericórdia. (Fonte: Vanessa Pita, 2012).



Altar-mor da Igreja da Misericórdia. (Fonte: Vanessa Pita, 2012).



Túmulo de Simão Antunes de Pina localizado no interior da Igreja da Misericórdia. (Fonte: Vanessa Pita, 2012).

A reconstrução da igreja, assim como a trasladação da imagem de Nossa Senhora da Consolação para o Museu da Guarda, afiguram-se como importantes processos de valorização os quais contribuirão para a preservação da memória deste edifício. A sua localização extramuros e importância para a vida da população da cidade da Guarda, levou a que em seu redor se constituísse um largo. Após o forte crescimento extramuros que se verificou no séc. XIX e sobretudo séc. XX, o largo João de Almeida iria tornar-se num dos mais importantes e mais movimentados desta cidade, favorecendo o seu desenvolvimento.

A Igreja da Misericórdia apresenta uma planta longitudinal em nave única de maior altura e largura do que a cabeceira (SIPA, 1991). A sua fachada ostenta um frontão ladeado por duas torres sineiras rematadas por cúpulas piramidais. A porta da entrada da igreja é de arco abatido, e sobre este destaca-se o escudo com as armas de D. João V⁶³ (RODRIGUES, 2000: 347). A juntar a este escudo, na fachada encontra-se ainda um nicho que alberga a imagem de Nossa Senhora da Misericórdia (RODRIGUES, 2000: 347; SIPA, 1991). Os

⁶³ Encontra-se um escudo dedicado a este monarca devido à época em que este templo foi reconstruído (RODRIGUES, 2000: 349).

muros da fachada e das torres são caiados, o que os diferencia do edifício da Misericórdia, o qual se encontra anexo à igreja.

Anteriormente conhecido como Hospital Velho, este edifício seria doado no início do século XX pela Misericórdia ao Instituto de São Miguel, sendo que hoje no lugar do antigo hospital funciona um Centro de Assistência Social composto por um infantário e uma cozinha económica. Aí funciona ainda uma farmácia, e um espaço destinado a vendas a retalho (de momento encerrado) (SIPA, 1991).

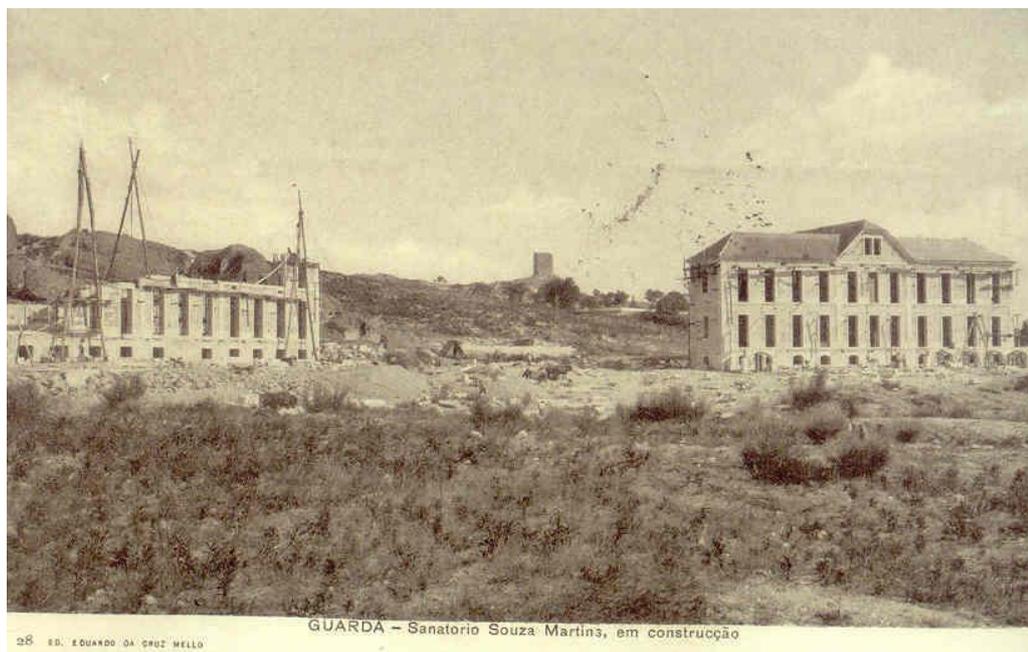
5.3 – Sanatório Sousa Martins.

Fora do centro histórico está o Sanatório Sousa Martins⁶⁴, o qual faz parte intrínseca da história da cidade da Guarda, desde os finais do séc. XIX e ao longo de grande parte do séc. XX, representando desse modo grande importância tanto para a evolução urbanística da cidade, como para o seu desenvolvimento e sedimentação enquanto cidade turística e de grande notoriedade nacional graças ao seu sanatório, uma verdadeira “cidade saúde”.

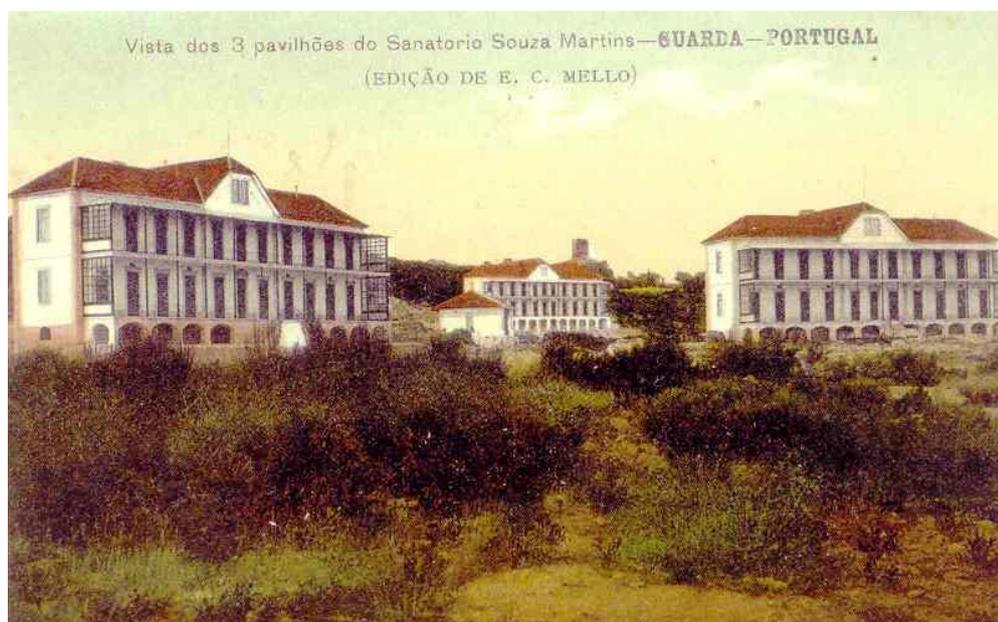
Tal como refere a autora Dulce Helena Borges no artigo intitulado “Encontro com a cidade (2)”⁶⁵, “o comércio, os serviços e a indústria hoteleira desenvolveram-se à custa da existência do Sanatório. Muitos doentes (...) acabariam por se estabelecer aqui [cidade da Guarda] definitivamente” (BORGES2, 1997: 9). A importância deste complexo encontra-se do mesmo modo demonstrada quando a autora afirma que “a Guarda era referenciada por causa do seu Sanatório” (BORGES2, 1997: 11).

⁶⁴ Complexo do ex-Sanatório Sousa Martins, em vias de classificação (IGESPAR).

⁶⁵ BORGES2, Dulce Helena (1997). “Encontro com a cidade (2)”. In *Praça Velha*, Ano I, nº 2, 1ª série, novembro 1997, pp. 5-15.



Pavilhões do Sanatório Souza Martins em 1905, ainda em construção. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 154).



Pavilhões do Sanatório Souza Martins em 1909. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 156).



Pavilhão n.º 1 do Sanatório Sousa Martins em 1914. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 171).

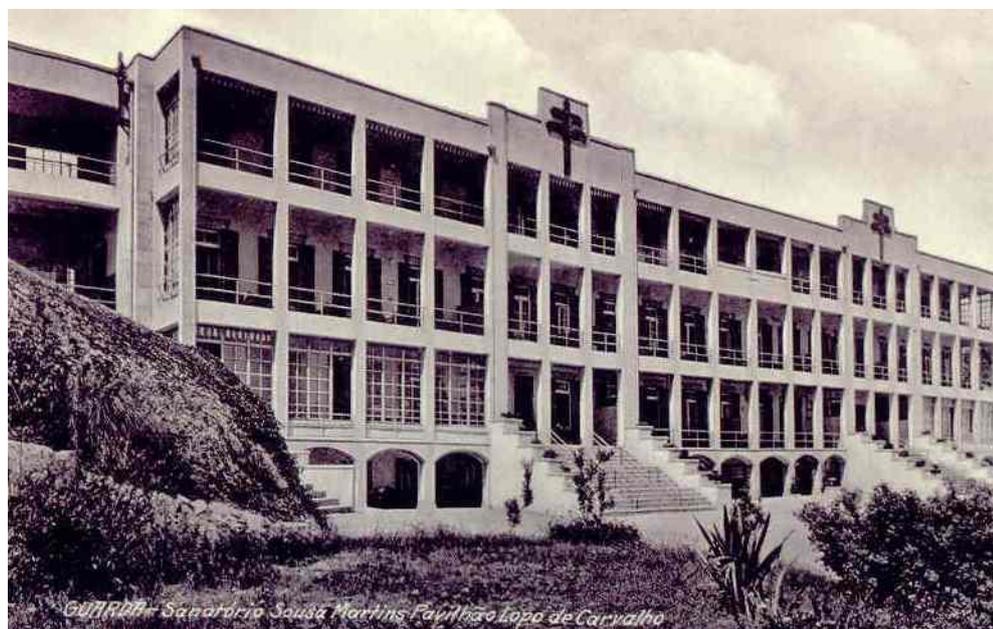


Imagem 106: Pavilhão n.º 1 do Sanatório Sousa Martins em 1941. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 175).



Pavilhão nº 1 do Sanatório Sousa Martins na atualidade. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Pavilhão nº 2 do Sanatório Sousa Martins em 1909. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 176).



Pavilhão nº 2 do Sanatório Sousa Martins na atualidade. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Pavilhão nº 3 do Sanatório Sousa Martins em 1917. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 179).



Pavilhão nº 3 do Sanatório Sousa Martins na atualidade. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

A origem do Sanatório Sousa Martins remonta aos finais do séc. XIX. Pretendeu-se que se constituísse como um importante polo de cura à tuberculose, sobretudo devido ao “reconhecimento dos benefícios do clima de altitude” na cura desta doença (BORGES, 1997: 27). A importância do clima na cura da tuberculose já era conhecida e a livre cura encontrava já aqui prática um pouco comum. Os benefícios da altitude na cura desta doença ficariam plenamente comprovados com a expedição científica à Serra da Estrela, a qual ditaria a futura instalação do Sanatório, o primeiro construído após a criação da Assistência Nacional aos Tuberculosos (ANT) a 26 de dezembro de 1899 por iniciativa da Rainha D. Amélia⁶⁶.

Em 1902 teria início a construção da cerca do Sanatório. Segundo escritura de venda, o Sanatório seria construído em terrenos adquiridos à Quinta do Chafariz, a qual fazia fronteira com a Quinta das Lameirinhas e a Quinta do Pina (SEQUEIRA, 2002: 118). Tal informação é importante de modo a se ter a noção que à época da construção do Sanatório

⁶⁶ O nome Sousa Martins seria escolhido pela própria rainha em homenagem a Sousa Martins, professor na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e médico tisiologista, e aos seus esforços na luta contra a proliferação e pela cura da tuberculose.

Sousa Martins, ainda era referido o bairro das Lameirinhas como uma quinta, pelo que este ainda não havia conhecido o grande surto construtivo que viria a conhecer mais tarde, e do qual resultou na destruição de grande parte da mata municipal e da Casa do Guarda da Mata.

A construção dos três pavilhões que vieram a constituir o Sanatório Sousa Martins iniciaria-se a 10 de abril de 1904. As obras terminariam em 1907, e o Sanatório seria inaugurado a 18 de maio do mesmo ano, sendo o seu primeiro diretor o Doutor Lopo José de Figueiredo Carvalho (BORGES, 1997: 31).

A cerimónia de abertura contaria com a presença do Rei de Portugal, D. Carlos, e com a Rainha D. Amélia. A sua visita teve grande impacto na cidade, como tal seriam constituídas “comissões para os festejos, a Comissão de Caminhos de Ferro estabelece tarifas reduzidas nas viagens, os comerciantes divulgam a chegada de mercadorias expressamente para a ocasião”. Também no âmbito da comemoração da vinda dos reis à cidade, o então Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Dr. Francisco dos Prazeres, levaria a cabo várias iniciativas com vista ao “melhoramento da cidade” (BORGES, 1997: 32). Nesse âmbito, iria pedir aos “proprietários de prédios urbanos, confinando com as ruas públicas d’esta cidade”, o cair ou pintura das “frontarias de seus prédios e respetivos muros contíguos”⁶⁷.

Na altura da inauguração do Sanatório a cidade iria ver aumentada a sua população de 4.000 pessoas para 30.000 (BORGES, 1997: 33) o qual, apesar de temporário, contribuiu para a economia da cidade, e conseqüentemente para o seu desenvolvimento posterior, tanto económico como turístico, devido à grande notoriedade e projeção que a cidade da Guarda ganhou graças ao seu Sanatório. A cidade da Guarda passaria a ser referenciada nos roteiros turísticos a nível nacional devido ao Sanatório Sousa Martins, ganhando assim uma nova identidade e particularidades que seriam notórias no virar do século para a cidade da Guarda e para o seu desenvolvimento no séc. XX.

⁶⁷ In *Notícias da Guarda*, 4 de abril de 1907, citado por BORGES, 1997: 32.

O complexo do Sanatório Sousa Martins seria constituído por três pavilhões principais, vários *chalets* particulares, vários edifícios destinados ao suporte do funcionamento do complexo, e ainda uma mata idílica. Os pavilhões diferenciavam-se pela classe dos doentes que pretendiam receber, sendo que o pavilhão n.º 1, denominado Dr. Lopo de Carvalho, encontrava-se destinado aos doentes de primeira classe; o Pavilhão D. Lencastre, pavilhão n.º 2, iria albergar os doentes de segunda classe; e o pavilhão n.º 3, Rainha D. Amélia, seria ocupado pela classe mais pobre, ou de terceira classe.

Em 1908 o pavilhão n.º 1 seria aumentado para o dobro de modo a dar resposta à elevada procura que se fazia sentir (BORGES, 1997: 36). Nos anos 20 este pavilhão voltaria a ser aumentado, com o acrescento de um novo piso, passando desse modo a apresentar três pisos. O intuito era aumentar novamente o número de vagas (BORGES2, 1997: 6).

Só em 1945 o Estado começaria a participar na prevenção da tuberculose, passando a ANT para IANT (Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos). Com uma lei promulgada em 1950 no sentido de fazer chegar o tratamento gratuitamente a todos os doentes, o Pavilhão n.º 1 iria ser alvo de novas modificações de modo a albergar ainda mais camas, adquirindo a configuração que perdurou até à atualidade (BORGES2, 1997: 13).

O Sanatório Sousa Martins seria extinto em 1974, tendo o seu último diretor sido Manuel Martins Queiroz. Esse mesmo diretor previu a “reutilização dos edifícios e estruturas” do antigo Sanatório, criando “um Parque de Saúde, a que designou Cidade Saúde” (BORGES2, 1997: 15).

Contudo apesar da importância notória que este Sanatório representou para a cidade da Guarda, o seu património não foi protegido, tendo muito do património móvel sido “roubado ou vendido, e o pouco que restou encontra-se em acelerado processo de degradação” (BORGES2, 1997: 15). Em igual processo de degradação se encontram os edifícios que constituíam o complexo do antigo Sanatório, com exceção para os que continuaram a ser utilizados através da adoção de novas funções, tal como é o caso do Pavilhão n.º1, o único dos três pavilhões principais que hoje não se encontra em ruína Após a extinção do Sanatório em 1974, passaria o Pavilhão n.º 1 a funcionar como sede da

Unidade Local de Saúde (ULS) da Guarda. A nova função garantiu a sua preservação até aos nossos dias, em detrimento dos Pavilhões nº 2 e 3, os quais por não apresentarem uma ocupação contínua, se encontram degradados.

De modo a combater esta tendência, Dulce Helena Borges, no artigo intitulado “Proposta de musealização do ex-Sanatório de Sousa Martins da Guarda”⁶⁸, chama à atenção para a importância da “criação de um Museu do Ex-Sanatório Sousa Martins”, pois esta foi de facto a “instituição de maior importância na história deste século [século XX] da cidade da Guarda” (BORGES, 2000: 215). Hélder Sequeira, no artigo “Apontamentos sobre o Sanatório Sousa Martins”⁶⁹, defende igualmente a criação de um Museu do Sanatório, pois devido ao estado de degradação e abandono em que se encontram os pavilhões do antigo conjunto edificado, “os habitantes da Guarda têm hoje uma pálida (...) imagem daquilo que foi uma das principais instituições de combate e tratamento, em Portugal, da tuberculose” (SEQUEIRA, 2002: 130).

Pretendia-se que o museu fosse um “espaço vivido”, ao invés de “um templo de arte” (BORGES, 2000: 215), ou seja, a pretensão para este museu é que, a ser criado, viesse a funcionar como um fórum, um espaço aberto e acessível a todos⁷⁰. Este museu iria recolher, estudar, conservar e expor os objetos da extinta instituição. Este projeto abrangia um dos edifícios do antigo Sanatório, assim como “o espaço de 27 hectares que foi a cerca” do Sanatório Sousa Martins, a Mata do Sanatório (BORGES, 2000: 215).

Este espaço de 27 hectares abrange várias “espécies vegetais que importa tratar, identificar e divulgar”, assim como o conjunto de estruturas que juntamente com os três pavilhões principais constituíam o agregado de edifícios necessários ao bom funcionamento do Sanatório, nomeadamente, a “capela, oficinas, padaria, lavandaria, canil, pocilgas, lagos, pontes e recantos” (BORGES, 2000: 215). Tal variedade de espaços e coleções que este

⁶⁸ BORGES, Dulce Helena (2000). “Proposta de musealização do ex-Sanatório de Sousa Martins da Guarda”. In *Praça Velha*, ano III, nº 7, 1ª série, julho 2000, pp. 189-217.

⁶⁹ SEQUEIRA, Hélder (2002). “Apontamentos sobre o Sanatório Sousa Martins”. In *Praça Velha*, ano V, nº 12, 1ª série, novembro 2002, pp. 116-133.

⁷⁰ Pretendia-se que o museu funcionasse como um fórum, e não somente como um templo. Para mais informações acerca deste tema consultar: CAMERON, Duncan (2004). “The Museum, a Temple or the Forum”. In ANDERSON, Gail. *Reinventing the Museum. Historical and contemporary perspectives on the paradigm shift*. Oxford: AltaMira Press, pp. 61-73.

conjunto museológico poderia abranger, levaram a autora a considerar que este museu poderia ser alvo de três classificações possíveis, nomeadamente “museu de sítio ou identidade de uma área”; “museu de instituição”; e “museu monográfico” (BORGES, 2000: 216).

Muita da área e das construções do antigo Sanatório foram “reconvertidas e reutilizadas” (BORGES, 2000: 217). De modo que hoje esses edifícios albergam a Unidade Local de Saúde da Guarda, a Escola Superior de Enfermagem e o Hospital Distrital. O Pavilhão nº 2 – D. António Lencastre, e o pavilhão nº 3 – Rainha D. Amélia, encontram-se inalterados, apresentando ainda a mesma configuração que apresentavam aquando da sua inauguração em 1907. Contudo apresentam um avançado estado de degradação; ao contrário do que se verifica relativamente ao pavilhão nº 1 – Doutor Lopo de Carvalho, o qual se encontra conservado devido à sua utilização contínua. Dulce Helena Borges propunha a recuperação do pavilhão nº 3 de modo a que aí fosse instalado o museu.

No entanto, tal proposta não se realizou até hoje. A proposta de musealização do Sanatório Sousa Martins, apresentada em 2000 pelo Museu da Guarda não se concretizou, nem mesmo depois de 2005 quando foi “anunciado que o Museu Nacional de Saúde se estabeleceria num dos pavilhões” (IGESPAR, 2006). Nem mesmo mereceu ser classificado, embora decorra processo competente.

5.4 – Planos e projetos urbanísticos estruturantes e a *Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda.*

É já no século XX, bem adiantado, que a cidade parece ser vista como um todo e não os edifícios avulsos. Alguns momentos são reveladores desta nova forma de olhar o território, uma perspetiva mais institucional: o projeto *Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda* (1982), realizado pelo Instituto de Urbanismo e Planeamento da Universidade Técnica de Aachen, o Plano Diretor Municipal (1994) e o Plano Estratégico (1995), os dois planos mais importantes no que toca à proteção e valorização do património da cidade e da sua zona histórica, e o Programa Polis (2000).

Todos eles são fruto de um contexto legislativo unificador, porque se deu á escala do país e a nível internacional, e também produziram legislação para a proteção do património do

centro histórico e da paisagem urbana da cidade da Guarda, por contraposição a uma ideia de desordenamento.

Surtem, igualmente, no intuito de acondicionar as expansões ocorridas sobretudo a partir dos anos 50 do séc. XX, quando os novos edifícios denotavam uma má adaptação à localização da cidade numa encosta, a qual levaria à existência de um sistema urbano desarticulado. Deu-se uma renovação acelerada das zonas periféricas da cidade, à custa do declínio do centro histórico. O crescimento urbano das décadas 50 a 70 transformou profundamente a estrutura, a funcionalidade e a imagem da cidade, sobretudo devido à dimensão atingida e ao seu impacto visual, o qual poderia levar a uma perda de identidade histórica. Havia-se portanto instalado um processo de degradação socioeconómica no centro histórico da cidade da Guarda.

No projeto intitulado *Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda*, realizado por Rainer Dorter, entre outros autores⁷¹, publicado em 1982, e realizado entre junho de 1981 e março de 1982, os autores avaliaram a situação da evolução do traçado urbano da cidade da Guarda, apresentado as principais tendências de evolução, e terminando com várias propostas apontadas como soluções para os problemas encontrados. Tal como é várias vezes reiterado ao longo do projeto, a pretensão seria que tais propostas se constituíssem apenas como sugestões norteadoras para projetos que a Câmara Municipal da Guarda pudesse vir a realizar.

Este projeto surge numa altura crucial na qual se iniciou pela primeira vez na cidade da Guarda um verdadeiro e “consciente debate sobre a importância da herança urbana” (DORTER, 1982: 3); e na altura que se seguiu a um dos maiores crescimentos que a malha urbana desta cidade havia conhecido. Segundo os autores este estudo pretendia contribuir para a implementação de medidas que favorecessem o centro histórico desta cidade. A evolução do traçado urbano foi sempre vista em relação com o seu património edificado, assim como em relação à imagem que a cidade deveria apresentar de modo a não perder as

⁷¹ Este projeto foi apresentado a vários representantes das autarquias locais nacionais e das Escolas Superiores de Belas Artes, num seminário realizado em Santarém. Viria também a ser apresentado na cidade da Guarda, assim como na Escola Superior de Belas Artes do Porto.

suas particularidades históricas. Pretendia-se encetar um desenvolvimento urbano sustentado, numa época em que a cidade da Guarda conheceu um dos maiores incrementos na sua área construída.



O centro histórico da Guarda como se encontrava à época da realização do projeto *Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda*. (Fonte: DORTER, Rainer, e outros (1982). *Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda*. Aachen: Instituto de Urbanismo e Planeamento da Universidade Técnica de Aachen, p. 29).



Os melhoramentos para o centro histórico da cidade da Guarda sugeridos pelo mesmo projeto *Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda*. Denota-se um maior número de espaços verdes e locais de estacionamento específicos, de modo a desocupar os largos e praças e devolve-los à utilização da população, melhorando a sua qualidade de vida. (Fonte: DORTER, Rainer, e outros (1982). *Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda*. Aachen: Instituto de Urbanismo e Planeamento da Universidade Técnica de Aachen, p. 33).

Os autores deste projeto dividem a expansão urbana desta cidade em duas fases, sendo que a primeira diz respeito ao séc. XIX, e a segunda fase à primeira metade do séc. XX (DORTER, 1982: 3). É sobretudo devido à grande expansão que a cidade conheceu a partir dos anos 50 que hoje apresenta a imagem bastante descaracterizada relativamente ao seu aspeto anteriormente ainda marcadamente medieval. A transferência de funções para zonas

periféricas afastadas do centro histórico fez com que esta área deixasse de ser efetivamente central. Como tal, o chamado centro histórico encontra-se desfasado do centro da cidade, a Praça do Município, onde se localiza o edifício da Câmara Municipal da Guarda.

À vista da intenção da construção de um novo edifício para albergar a Câmara Municipal no local onde encontrava o mercado municipal, um dos pilares deste projeto prendeu-se com a proposta de impedir a saída do edifício da Câmara Municipal da Praça Luís de Camões através do alargamento e melhoramento do edifício dos Paços do Concelho. Desse modo, a centralidade dos serviços continuaria na zona mais antiga da cidade, prevenindo o seu já na altura crescente despovoamento. Todavia tal medida não foi tida em conta pelas autoridades camarárias, e a sede da Câmara Municipal da Guarda foi, de facto relocizada para longe do burgo medieval nos anos 90 do séc. XX. Como consequência, para além da perda de funções e centralidade do centro histórico, o antigo mercado municipal em estrutura de ferro localizado no local da atual Câmara Municipal seria na mesma altura destruído.



Antiga Mediateca VIII Centenário (anteriormente sede dos Paços do Concelho da cidade da Guarda), localizada na Praça Luís de Camões. (Fonte: Vanessa Pita).



Largo da Boavista com vista para entrada da Praça do Mercado, em 1931. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 50).



Antiga Praça do Mercado (s/ data). (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA., p. 51).



Atual edifício da Câmara Municipal da Guarda, localizado na Praça do Município. Construído onde outrora se havia localizado a Praça do Mercado. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

Se o objetivo inicial deste projeto prendia-se unicamente com a recuperação do centro histórico, no entanto, de modo a entender a história das evoluções urbanísticas desta cidade, e a analisar as estruturas urbanas gerais, os autores consideraram ser proveitoso, para além de estudar o centro histórico, analisar igualmente os “problemas de desenvolvimento do todo urbano” (DORTER, 1982: 5), ou seja, analisar toda a cidade. Daí a escolha da divisão em três partes, começando pela análise da cidade global; seguindo-se o estudo do núcleo urbano central; e terminando, na terceira parte, com o estudo mais aprofundado do centro histórico da cidade da Guarda. Todas estas partes se encontram norteadas por três pontos importantes, começando pela apresentação da situação à época, as tendências da sua evolução, e terminando com a apresentação de propostas para combater as propensões negativas.

Na primeira parte destinada à análise da cidade global, os autores começam por explicar que esta se estende a todo o conjunto da área urbana, a qual abrange o núcleo central juntamente com as novas zonas de urbanização que se estendem até à Guarda Gare. Estas novas zonas de urbanização constituem um entrave a um desenvolvimento sustentado, pois

não foram alvo de qualquer planeamento por parte das entidades camarárias, ou por parte das entidades privadas que procederam à construção da maior parte dos imóveis.

Essa expansão para além de ter sido feita sem planeamento representa um grande problema para a Câmara Municipal da Guarda devido à grande dispersão das novas construções e da distância que apresentam do centro histórico. Tal disposição iria levar ao esvaziamento do centro histórico e acarretar mais despesas para o município. Outro dos grandes problemas com a expansão que se deu a partir dos anos 50, e com mais ênfase nos anos 70, seria a descaraterização da imagem da cidade através da construção em altura (DORTER, 1982: 6).

A segunda parte deste projeto diz respeito ao núcleo urbano central. Os autores começam por caracterizar a cidade da Guarda como uma “aglomeração de povoaamentos” (DORTER, 1982: 12). Devido à grande dispersão das zonas urbanizadas, consideram que não deveria ao todo ser denominada “cidade”. Começando pelos problemas e tendências de desenvolvimento, os autores explicam que as grandes e rápidas mudanças ocorridas nesta cidade sobretudo ao longo na década de 70 se deveram a um grande desenvolvimento económico. Contudo tais modificações não se estenderam ao centro histórico, o qual porém “não implica a sua conservação” (DORTER, 1982: 12). Tal deve-se à grande concentração de serviços e comércio nas zonas periféricas extramuros o qual se tornaria num grande atrativo à fixação da população, e no conseqüente despovoamento da zona antiga.

Devido à construção em altura e ao crescimento não planeado, a “estrutura e silhueta urbana alteram-se e descaracterizam-se” (DORTER, 1982: 12), o que constituía um processo de desvalorização, pois a imagem que a cidade apresentava aos visitantes era importante para impulsionar o seu turismo, e igualmente para potenciar a fixação de um maior número de moradores, sobretudo na zona histórica, onde, na altura e até aos dias de hoje, cada vez habitam menos pessoas. No final desta segunda parte, são apresentadas propostas, as quais, tal como já foi referido, pretendem constituir-se como “um ponto de apoio e partida para possíveis e objectivadas medidas de planeamento”. Pretendia-se sobretudo “melhorar a estrutura urbana espacial da cidade” (DORTER, 1982: 12).

É referido pelos autores que uma das maneiras para a Câmara Municipal combater as tendências negativas e a falta de planeamento seria a aprovação de um Plano Diretor Municipal, assim como a sensibilização da população para a importância e aplicação desse plano. Porém, ainda hoje tal sensibilização continua a apresentar deficiências. Tal como é referido pelos autores, existia na altura – e na atualidade –, uma verdadeira “falta de sensibilidade para com a pré-existência” (DORTER, 1982: 25).

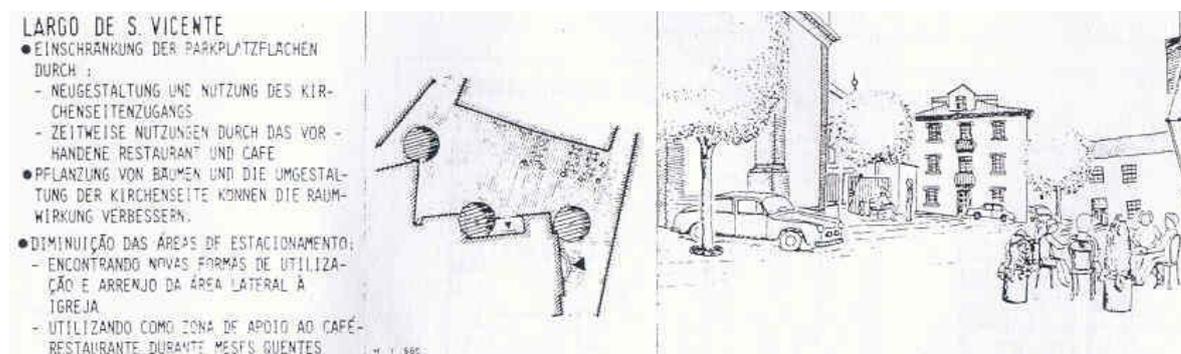
A circulação automóvel e o estacionamento surgem mencionados neste projeto como um dos maiores problemas do núcleo urbano central, dada a elevada circulação automóvel no centro histórico e um estacionamento pouco regulado e abusivo. É sugerida neste plano a redução do tráfego nas ruas do centro histórico, sem ser totalmente proibido, pois tal medida seria ainda mais prejudicial e agravaria o despovoamento desta zona. A solução aqui proposta, e a qual foi adotada pela Câmara Municipal, sobretudo com a aplicação das resoluções do Programa Polis, foi a circulação através de vias de sentido único (DORTER, 1982: 17).

Devido a muitos dos habitantes da zona histórica disporem de poucos meios para investirem na sua habitação a solução é o estacionamento na rua. Seria de esperar que a Câmara Municipal da Guarda oferecesse alternativas, tal como uma que é apresentada neste plano. Passaria pela aquisição de edifícios devolutos por parte da autarquia, transformando-os em garagens comuns para utilização dos moradores (DORTER, 1982: 20). Iria constituir-se como um importante fator de atração a esta zona, tão importante para o seu desenvolvimento e preservação. A ser realizado seria certamente um importante processo de valorização do centro histórico, do seu património edificado, assim do da qualidade de vida da população.

Por fim, na terceira e última parte, é tratado o centro histórico. Os autores pretendiam fornecer propostas, de modo a que fosse posto em prática um “projecto de renovação”, assim como a elaboração de um “conceito-proposta pormenorizado” (DORTER, 1982: 26). A situação do centro histórico foi aqui descrita com um sentido alarmante, devido aos problemas decorrentes da expansão que causou a descaraterização, perda da sua centralidade, e o conseqüente crescente despovoamento. A falta de sensibilização por parte

da autarquia e da população era apontada como uma das maiores causas para tal acontecimento. Esta zona da cidade encontrava-se “votada a um quase total ostracismo” (DORTER, 1982: 26).

Devido em larga medida às forças políticas, as atenções viram-se para as novas construções localizadas sobretudo na periferia da cidade, em detrimento das construções localizadas no centro histórico. Contudo essa linha de pensamento beneficiaria a cidade, pois “a cidade antiga não é apenas uma acumulação de ruínas velhas e desconfortáveis, mas sim um documento vivo de uma certa época histórica, que pode ainda conter e constituir estímulo para a vida e actividades actuais” (DORTER, 1982: 26). Com a elaboração deste projeto, os autores pretenderam demonstrar como esta zona da cidade não é estanque, mas um organismo vivo e ativo, e com capacidades económicas e sociais importantes as quais deveriam ser tomadas em consideração pela autarquia e pela população desta cidade.



Exemplo de medidas indicadas para um melhor aproveitamento do Largo de São Vicente, as quais passam pela redução e realocação do estacionamento automóvel, levando assim à criação de espaços verdes e de lazer para os habitantes. (Fonte: DORTER, Rainer, e outros (1982). *Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda*. Aachen: Instituto de Urbanismo e Planeamento da Universidade Técnica de Aachen, p. 35).

Uma das grandes medidas aqui apontadas para chamar de novo a população ao centro histórico seria a criação de espaços de lazer em lugares como o Largo de S. Vicente. Ao invés de servir como parque de estacionamento, deveriam localizar-se espaços onde as crianças pudessem brincar e para a população conviver e passar tempo. Tal medida iria

constituir-se como um importante fator de atração à fixação de habitantes, contudo, como o centro histórico não apresenta tais condições, muitas pessoas vão à sua procura nas zonas periféricas da cidade (DORTER, 1982: 28). Para além desta aposta, deveria também ser revitalizado o comércio da zona do burgo, pois a atividade comercial também é muito importante para revitalizar e impulsionar a ocupação da zona histórica, prevenindo o seu “esvaziamento” (DORTER, 1982: 30)⁷².

A par da adoção de um Plano Diretor Municipal, foi sugerido neste projeto que para uma verdadeira proteção e revitalização do centro histórico deveriam ser elaborados planos de pormenor, assim como regulamentos relativos à conservação e construção na zona histórica. De modo que este estudo constituiu-se de facto como um importante processo de valorização do património edificado desta cidade. Apesar de muitas das suas soluções não terem sido aplicadas, chamou à atenção e sensibilizou as autoridades camarárias para a necessidade de legislação e regulamentação das obras e das novas construções.

A elaboração do Plano Diretor Municipal da Guarda teve início em julho de 1984, e iria ser concluído e ratificado em 17 de março de 1994⁷³. Poder-se-á considerar que se desenvolve em três grandes linhas estratégicas: o desenvolvimento do concelho, sem descurar a sede concelhia; pelo melhoramento da qualidade de vida nos aglomerados rurais; e pela promoção dos valores patrimoniais e ambientais.

Dentro desta última linha de força, legislar a construção na zona do centro histórico afigurou-se como algo importante, pois, tal como já foi referido neste estudo, até então tais leis não existiam. Pretendia-se “renovar, reabilitar, preservar, recuperar, salvaguardar”, o centro histórico, pois de facto a cidade da Guarda devia “encarar o seu futuro no respeito pelo passado, pela preservação dos seus valores, patentes no seu centro histórico, já bastante danificado”. De modo a dar resposta a estes problemas, pretendia-se regulamentar

⁷² Com o intuito de revitalizar o comércio tradicional localizado no centro histórico da cidade viria a ser criada a Associação para a Promoção da Guarda (AGPUR ou Guarda ConVida), acerca da qual iremos tratar no ponto 5.5.

⁷³ Foram registadas duas alterações ao Plano Diretor Municipal da Guarda. A primeira alteração em regime simplificado (DCEL 275/2002, 204 IIS) data de 4/9/2002, e a alteração seguinte em regime simplificado (DCEL 351/2002, 267 IIS) data de 19/11/2002. www.snit.pt. Última consulta: 3/7/2013, 13:17h.

as intervenções e auxiliar “os munícipes nas suas pretensões” (Plano Diretor Municipal da Guarda, 1994: 6).

Aspirava-se sobretudo, regulamentar a ação sobre os edifícios localizados no centro histórico, não permitindo “demolições ou aumento de andares”, recuperando e restaurando “os elementos danificados”, e facultando “liberdade criativa nas intervenções de raiz” (Plano Diretor Municipal da Guarda, 1994: 6). A implementação de legislação de facto constitui-se como um processo de valorização, sobretudo ao serem proibidas “as demolições totais de edifícios em bom estado de conservação na zona do centro histórico da Guarda para construir de novo no mesmo local” (Plano Diretor Municipal da Guarda, 1994: 8), tal como se tinha verificado com a demolição do Convento de Santa Clara.

Contudo, os limites e especificidades excessivos limitaram a atividade dos moradores e aumentaram o custo de manutenção dos edifícios já existentes e a construção de novos, o que se constituiu como um entrave ao estabelecimento de residência da zona do centro histórico. O Plano Estratégico da Guarda foi elaborado de modo a dar resposta a estes problemas, assim como de colocar em prática resoluções presentes no Plano Diretor Municipal da Guarda.

O Plano Estratégico da Guarda foi elaborado entre setembro de 1994 e setembro de 1995, no âmbito do PROSIURB – Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à Execução dos Planos Diretores Municipais. Este plano decorreu da vontade da Câmara Municipal da Guarda de dispor de meios modernos e eficazes para a gestão e o desenvolvimento da cidade. A Guarda, nunca tendo sido uma cidade com muitos habitantes, viu a sua população duplicar nos anos 50 a 70 do séc. XX, o qual se encontra em concordância com o grande crescimento urbanístico conhecido ao longo desses anos. Tal crescimento, como foi já referido, não se fez sem algumas consequências negativas, pois o edificado recente foi tapando a silhueta típica do centro histórico, contribuindo “para alterar profundamente a silhueta e a própria fisionomia da cidade” (Plano Estratégico da Guarda, 1995: 25-26).

No Plano Estratégico é chamada à atenção para a importância da conjugação entre o património natural e o património arquitetónico e histórico. Tal deveria ser uma das principais vantagens competitivas deste plano. A candidatura ao PROSIURB teve grande relevância ao potenciar a recuperação de edifícios marcantes localizados no centro histórico e nas suas proximidades. Havia o desejo de impulsionar o regresso dos jovens à zona histórica, após ter sofrido um vazio no seu funcionamento, com a saída da Câmara Municipal dos Paços do Concelho para a nova sede localizada na atual Praça do Município, fora do centro histórico. A uma identidade tradicional (o centro histórico) contrapôs-se uma ideia de progresso urbano, desfasada da topografia e da história, tendo-se traduzido numa verdadeira crise da identidade urbana, a qual se encontrou igualmente como um fator elementar na elaboração do Plano Estratégico da Guarda.

Estava prevista a instalação de ruas amigas do peão, mas sem excluir totalmente a circulação automóvel, a qual, a acontecer, iria constituir-se como uma medida de desvalorização do património ao dificultar a visita dos turistas, em convívio com as pessoas da cidade, e contribuir ainda mais para o despovoamento desta zona. Ficou estabelecido, neste plano, que no Regulamento do Centro Histórico, presente no Plano Diretor Municipal da Guarda, foram fixadas, pedagogicamente, as regras de intervenção particular no arranjo ou na remodelação de edifícios assim como normas de disciplina para painéis publicitários e anúncios luminosos. O centro histórico necessitava um tratamento urbano que combatesse o declínio em que se encontrava, a recuperação dos seus edifícios, assim como uma estratégia de revitalização integrada. A revitalização do centro histórico teria de ser acompanhada pelo reforço da própria identidade, pela divulgação da história, e pela valorização do património edificado existente (Plano Estratégico da Guarda, 1995: 28). Fica claro que a História e o Património adquirem uma ligação que se apoia mutuamente.

O Plano Estratégico previa a aplicação do Regulamento do Centro Histórico existente no Plano Diretor Municipal da Guarda, o qual seria acompanhado de ações de sensibilização (nas escolas, por exemplo), e com “atuações municipais estimulantes das melhores intervenções (como o prémio municipal de arquitectura, já instituído)” (Plano Estratégico

da Guarda, 1995: 28). Porém, tal requalificação deveria ser efetuada com a intervenção necessária da população local, “no sentido de não deixarem que se perca o próprio “coração” da sua cidade” (Plano Estratégico da Guarda, 1995: 28-29).

Como já foi referido anteriormente nesta dissertação, ao período medieval corresponde a formação do centro histórico, localizado intramuros, a que se seguiu um certo dinamismo no século XVI. Até meados do nosso século, o crescimento urbano deu-se em torno deste núcleo essencialmente medieval, e desde então seria fora das muralhas que se iriam localizar os principais equipamentos e infraestruturas modernas (Plano Estratégico da Guarda, 1995: 29). Faltou, contudo, um conceito urbanístico que estruturasse o espaço urbano com base numa ideia de cidade e condições de vida urbana adequadas. Uma ideia estruturante de cidade só surgiria com a elaboração do Plano Diretor Municipal da Guarda.

Na base deste plano esteve a adesão ao já referido programa PROSIURB⁷⁴. A cidade da Guarda cumpria os requisitos necessários à candidatura ao subprograma 1 do PROSIURB, o qual determinou a elaboração do Plano Estratégico (Plano Estratégico da Guarda, 1995: 47). Um dos eixos apresentados na candidatura da Câmara Municipal da Guarda a este programa foi a requalificação do centro histórico e coesão do tecido urbano, assim como o ordenamento do território e defesa do meio ambiente.⁷⁵ O centro histórico era indicado como um ponto forte devido ao seu grande valor urbanístico. Era igualmente apontado como um ponto fraco devido ao seu elevado despovoamento e degradação física, ambiental e social. Outro ponto fraco relevante referido era o da descaraterização da cidade, a qual foi já analisada anteriormente nesta dissertação (Plano Estratégico da Guarda, 1995: 57).

O objetivo central do Plano Estratégico constituiu-se através da síntese do Projeto de Cidade-Território. Pretendia-se “reforçar a posição da Guarda no sistema de cidades da região centro/raia, rompendo o tradicional isolamento, promovendo a qualidade de vida, a solidariedade e a competitividade com base nos recursos próprios e nas vocações específicas” (Plano Estratégico da Guarda, 1995: 66). Natureza, património e juventude

⁷⁴ Criado pelo despacho nº 6/94 do MPAT (DR II Série, nº 21, de 26/1/94).

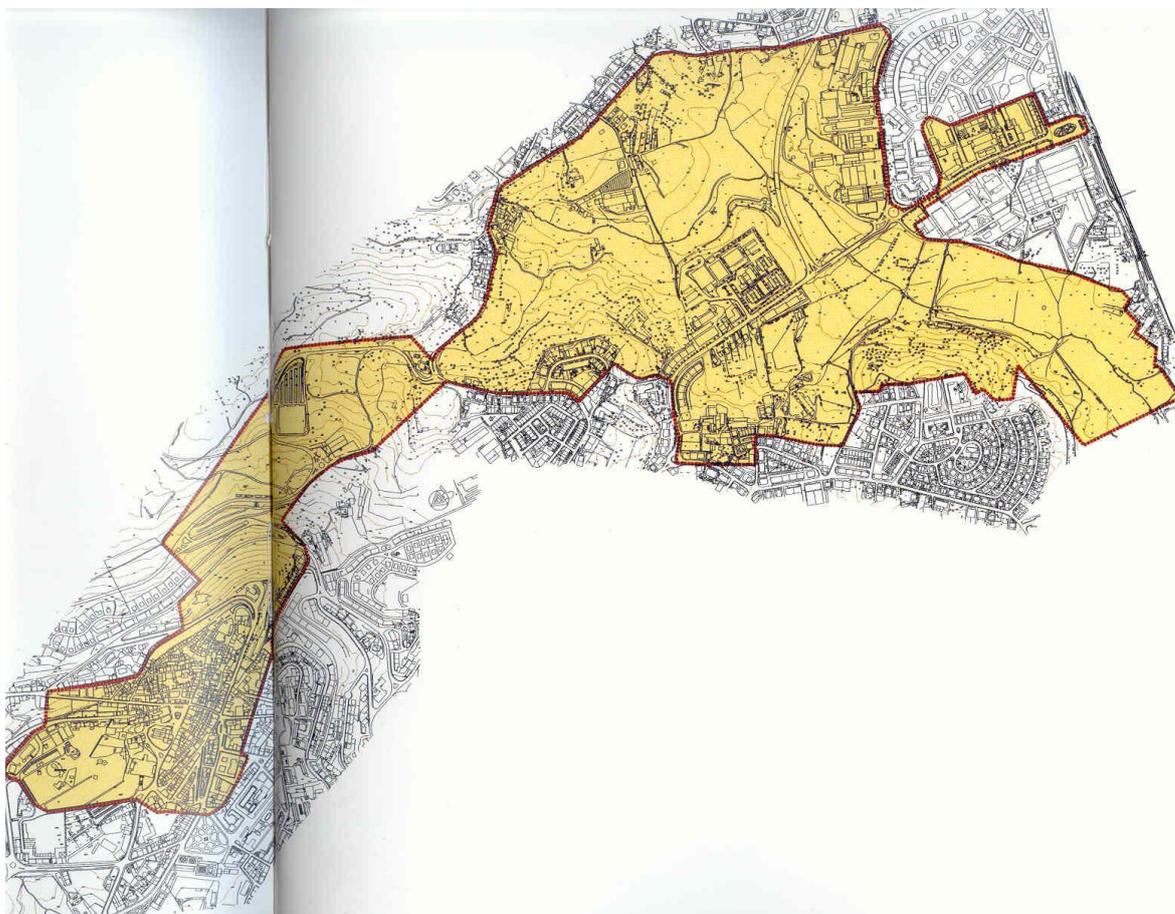
⁷⁵ Os outros eixos foram: infraestruturas viárias, equipamentos de utilização coletiva, e reforço da base económica e de integração regional da cidade.

afiguravam-se neste plano como os principais fatores de evolução da vida da cidade e de uma maior projeção do seu potencial turístico. As principais linhas de estratégia deste plano passavam pelo melhoramento do ambiente urbano, reabilitação do património, e modernização da base económica da cidade.

Com o intuito de melhorar a qualidade de vida urbana e reabilitar o património edificado foram previstas intervenções na Praça Luís de Camões, assim como a valorização da Torre de Menagem e a reabilitação da zona da muralha. Outro objetivo foi o lançamento de um Programa Integrado de Preservação e Manutenção do Centro Histórico, a partir do qual se previa a sua reabilitação e candidatura a património mundial. Para cumprir tal objetivo foi prevista a criação de um Gabinete Técnico, assim como a implementação de um programa de ações de preservação e manutenção do património, promoção de atividades culturais, e ainda a recuperação e conservação de edifícios localizados no centro histórico para habitação jovem – Projeto RECRIA (Plano Estratégico da Guarda, 1995: 76). A última medida afigura-se como um processo valorativo importante, pois ao encorajar os jovens a habitarem o centro histórico, previne-se a sua degradação e abandono. A questão, naturalmente, está a montante, ou seja, o perfil demográfico da população.

Segue-se a aplicação do Programa Polis. A intervenção deste programa na cidade da Guarda abrangeu uma área que englobava toda a zona desde o centro histórico até ao Rio Diz (situado já depois da zona da Póvoa do Mileu, junto à Gare). Um dos seus principais objetivos era a “valorização ambiental do Rio Diz” (Programa Polis, 2000: 9) através da construção de um parque urbano, o qual se pretendia que servisse como meio de ligação entre os núcleos mais recentes e o centro histórico, a zona mais antiga da cidade.

Outro objetivo central deste programa passava pela “requalificação urbana e a valorização ambiental (...), com ênfase no património histórico e natural” (Programa Polis, 2000: 9), ou seja, pretendiam-se realizar ações de valorização ambiental e de requalificação urbana. Dentro desse âmbito, previu-se a requalificação paisagística da encosta norte da cidade e da zona da feira, assim como a “requalificação urbanística e valorização ambiental da zona antiga do torreão” (Programa Polis, 2000: 9), através da criação de um miradouro, e da demolição do antigo Quartel de Bombeiros.



Delimitação da zona de intervenção do Programa Polis. (Fonte: *Viver a Guarda. Programa Polis* (2000). Lisboa: Programa Polis; Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, pp. 70-71).

Relativamente à zona histórica pretendia-se a “requalificação do espaço público”, através da “renovação de algumas infra-estruturas, pavimentações, implantação de mobiliário urbano e iluminação, nomeadamente na Rua do Comércio, na Praça Luís de Camões e na envolvente da Sé.” Pretendia-se do mesmo modo, o “aproveitamento e requalificação da muralha”, assim como a “iluminação cénica da cidadela” (Programa Polis, 2000: 9).

Estava prevista a reestruturação viária do centro histórico através da construção de “uma passagem inferior em túnel entre a Rua 31 de Janeiro e o Largo da Misericórdia” (Programa Polis, 2000: 9), de um parque de estacionamento com capacidade para 30 lugares junto à muralha norte, e de um parque de estacionamento “auto-silo” na Avenida dos Bombeiros com 350 lugares devido ao “elevado fluxo turístico que habitualmente

incide sobre o centro histórico da Guarda” (Programa Polis, 2000: 52. O objetivo seria resolver o problema dos estacionamento na zona antiga, assim como de aumentar a zona pedonal. Em suma, previa-se a criação de 380 lugares de estacionamento, desenvolvidos de acordo com a paisagem em que se iriam inserir e junto ao centro histórico (Programa Polis, 2000: 54). Contudo, das medidas apontadas apenas foram criados lugares de estacionamento junto à muralha norte, o qual levou a que hoje ainda se verifique um problema com os estacionamento na zona histórica, ao qual nos iremos referir mais à frente, neste ponto.

Para além destas ações inseridas e financiadas no âmbito do Programa Polis, foram igualmente idealizadas “outras acções de regeneração/ reconstrução/ valorização do espaço público e/ ou do património classificado e edificado” (Programa Polis, 2000: 9). Seriam ações que, apesar de serem executadas dentro da zona abrangida e ao mesmo tempo das ações do Programa Polis, dependiam de outros investimentos provenientes tanto de entidades privadas, como públicas,

Dentro destas denominadas “outras acções” (Programa Polis, 2000: 9), encontrava-se a “recuperação e reconversão de diversos edifícios no Centro Histórico para instalação de equipamentos e Associações, a promover pela Câmara Municipal da Guarda”; “implantação de novos equipamentos (Centro de Interpretação Judaica, Loja do Concelho, Cibercentro, Centro de Estudos Ibéricos, etc.)”; assim como a instalação de um “meio mecânico de ligação entre a Estação da CP, o Parque Urbano [do Rio Diz] e a zona Alta da Cidade [centro histórico] ” (Programa Polis, 2000: 10).

Relativamente às obras apoiadas diretamente pelo Programa Polis, as quais de alguma maneira se articulavam com o centro histórico da cidade da Guarda, encontrava-se a requalificação e valorização paisagística da encosta norte da cidade e da zona da feira; construção de um miradouro no local do antigo Torreão; construção de uma passagem inferior em forma de túnel, criando ligação entre a Rua 31 de Janeiro (a qual dá acesso à Praça Luís de Camões), e o Largo da Misericórdia; requalificação do espaço público no centro histórico, com uma ação centrada na Rua do Comércio, Praça Luís de Camões e na envolvente da Sé Catedral; criação de um parque de estacionamento junto ao troço da

muralha norte; requalificação da muralha e da sua envolvente; iluminação cénica da cidadela; e a criação de percursos pedonais que ligassem a zona do Parque Urbano do Rio Diz com o centro histórico, ou seja, que ligassem a zona mais recente da cidade, com a zona mais antiga, respetivamente (Programa Polis, 2000: 10-11).



Holofotes instalados no âmbito da iluminação cénica da muralha. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

As principais orientações das ações a realizar na cidade da Guarda pelo Programa Polis, prenderam-se com a intenção de levar a cabo uma valorização ambiental, a qual por sua vez iria “melhorar a qualidade do ambiente urbano” (Programa Polis, 2000: 15). Tal medida iria valorizar ambas as zonas da cidade ao garantir um acesso pedonal entre ambas, para além do acesso automóvel já existente. O que se pretendia com essa medida seria “contribuir para a revitalização da Guarda como centro urbano” (Programa Polis, 2000: 16). Este programa teve em conta e pretendeu dar resposta às apostas e objetivos consagrados tanto no Plano Diretor Municipal da Guarda, como no Plano Estratégico da Guarda, tendo a sua intervenção sido compatível com o que havia ficado estipulado no

Plano Diretor Municipal. Pretendia-se sobretudo tornar a Guarda numa cidade verde (Programa Polis, 2000: 16).

É importante tornar as cidades competitivas, assim como “reforçar o seu papel na organização do território e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes” (Programa Polis, 2000: 21). Tal objetivo constituiu-se como um dos principais que nortearam a ideia da criação do Programa Polis a nível nacional, lançado a 14 de abril de 2000. Estes programas basearam-se no desenvolvimento de ações levadas a cabo com base em parcerias entre o Governo e os municípios. As intervenções realizadas no âmbito deste programa podem “servir de referência para outras acções a desenvolver pelas autarquias locais” (Programa Polis, 2000: 21). O Programa Polis pretendia combater os malefícios causados pelo chamado “urbanismo expansivo” (Programa Polis, 2000: 21) que caracterizava, e ainda caracteriza, muitas das cidades portuguesas.

A localização periférica da cidade da Guarda, porque afastada do litoral, tendo em consideração a tendencial litoralização da população portuguesa, desde sempre constituiu um grande entrave ao seu desenvolvimento e à sua capacidade de se manter como uma cidade competitiva. O que se pretendia com a implementação deste programa, era combater estes problemas através do melhoramento das acessibilidades, e das condições ambientais e urbanas (Programa Polis, 2000: 22). Mais qualidade de vida seria um dos principais fatores que iria contribuir para uma real e sustentada mudança positiva no futuro desta cidade.

A ligação ao Plano Estratégico é inscrita no Programa Polis, ao indicar que os objetivos que ainda não haviam sido concretizados, tal como a criação do Parque Urbano do Rio Diz, mereciam uma continuação (Programa Polis, 2000: 26). Tal como se pode ler na obra *Viver a Guarda. Programa Polis*⁷⁶, na qual se encontram estabelecidas as diretrizes e planos de ação deste programa, “torna-se (...) necessário requalificar os valores patrimoniais de grande atractividade da cidade como o Centro Histórico, conjugando-o com a valorização ambiental do Rio Diz” (Programa Polis, 2000: 28).

⁷⁶ *Viver a Guarda. Programa Polis* (2000). Lisboa: Programa Polis; Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

Em resumo, o Programa Polis conjugou o carácter cultural e patrimonial, com o carácter ambiental, tudo com o objetivo de promover a competitividade das cidades onde seria aplicado, contribuindo desse modo para a melhoria da qualidade de vida da população. Tal objetivo também seria concretizado através da “valorização do património histórico, industrial, natural e edificado, numa perspectiva integrada de requalificação urbana”, com o intuito de conseguir um “despertar das populações para o respeito pelo património, o desenvolvimento turístico e a melhoria da qualidade de vida na cidade” (Programa Polis, 2000: 41).

A zona de intervenção do Programa Polis englobou o centro histórico, a encosta norte da cidade, a zona da feira e a zona do Rio Diz. Algumas das medidas que já se encontravam presentes no Plano Diretor Municipal incluíam a criação de um Parque Urbano e a renovação urbana do centro histórico. Algumas das novas medidas contempladas no Programa Polis incluíam a “reestruturação viária do centro histórico, com a construção de uma passagem inferior, em túnel, entre a Rua 31 de Janeiro e o Largo da Misericórdia”. Tais medidas deviam obrigatoriamente interligar-se, fazendo desse modo parte de um “projecto conjunto de valorização do Património Histórico e ambiental da Guarda” (Programa Polis, 2000: 45).

A execução em pleno deste plano e das medidas aí contempladas, iria contribuir para modernizar a cidade da Guarda, algo muito importante para a tornar verdadeiramente competitiva e para contribuir para a promoção da sua cultura, aumentando assim o seu fluxo turístico (Programa Polis, 2000: 45). Com a requalificação da encosta norte e da zona da feira, pretendia-se “requalificar um ponto estratégico do perfil da cidade” (Programa Polis, 2000: 46), e garantir acesso pedonal desde a zona da feira, passando pela encosta norte, até ao centro histórico.

Relativamente à intervenção no centro histórico, os maiores objetivos passavam pela criação de um melhor acesso pedonal, a redução do tráfego automóvel, e a pavimentação de várias ruas na zona abrangida por esta intervenção, a qual dizia respeito à envolvente da Sé Catedral, à Praça Luís de Camões e à Rua do Comércio (Programa Polis, 2000: 46). Uma das principais novidades relativas a esta intervenção no centro histórico relacionou-se

com a intenção de fomentar uma “reestruturação viária desta zona da cidade” (Programa Polis, 2000: 46), através da construção de um túnel destinado à circulação automóvel localizado entre a Rua 31 de Janeiro, e o Largo da Misericórdia.

Dentro do âmbito de outras intervenções, já não contempladas pelo financiamento do Programa Polis, encontrava-se o projeto de construir um Centro de Interpretação Judaica localizado na judiaria da cidade da Guarda, entre outros equipamentos que se iriam localizar nesta zona da cidade. Outra medida importante passou pela criação de parques de estacionamento junto à muralha norte (na Avenida dos Bombeiros). O aumento de lugares de estacionamento junto à zona do centro histórico constituiu-se como uma medida importante de modo a reduzir o tráfego automóvel nessa zona, o qual iria favorecer os acessos pedonais, tanto ao património arquitetónico quer ao comércio tradicional.

A medida já mencionada de criação de um circuito pedonal entre o Rio Diz e o centro histórico, assim como a “instalação de um transporte público não poluente que ligue o centro histórico ao Rio Diz, ou seja, à zona da Guarda-Gare” (Programa Polis, 2000: 47) também seria importante no sentido de contribuir para o cumprimento deste objetivo, garantindo desse modo, para além da ligação pedonal entre todas as intervenções realizadas no âmbito do Programa Polis, uma ligação igualmente efetuada por um transporte público. A solução encontrada foi a implementação da circulação de *minibus*. Com vista a ligar estas duas zonas da cidade, previu-se igualmente a instalação de um Monorrail⁷⁷, assim como de uma ciclovía. Para além destas medidas, previa-se igualmente a requalificação da muralha, assim como a implementação da iluminação cénica da cidadela (Programa Polis, 2000: 46).

No âmbito do Plano de Pormenor do Centro Histórico (o qual se relaciona com o Regulamento do Centro Histórico, publicado no Plano Diretor Municipal), relativamente ao espaço público previa-se a renovação de infraestruturas, pavimento e de mobiliário urbano. Estas iniciativas iriam realizar-se na envolvente da Sé Catedral, na Praça Luís de

⁷⁷ O intuito seria reduzir a circulação de veículos particulares e promover a ligação entre estas zonas da cidade, contribuindo para a melhoria do nível de vida da população local, assim como para a melhoria da vertente turística (Programa Polis, 2000: 55).

Camões e na Rua do Comércio. Tais intervenções pretendiam chamar os turistas e a população local ao seu centro histórico, contribuindo desse modo para a “valorização do património arquitectónico” (Programa Polis, 2000: 52), assim como para a criação de espaços públicos, através da redução da circulação automóvel, ou mesmo o seu corte nalgumas ruas.

Ainda dentro do Plano de Pormenor do Centro Histórico, previa-se a requalificação da muralha e da sua envolvente, a iluminação cénica da cidadela, assim como a sua requalificação urbanística, a qual passaria pela pedonalização de algumas ruas, substituição dos pavimentos degradados, renovação das infraestruturas e instalação de equipamento e mobiliário urbano (Programa Polis, 2000: 54).

A intenção de implementar novos equipamentos no centro histórico prendia-se com o intuito de dinamizar a zona histórica da cidade da Guarda, com a criação de associações, de animação organizada, e com a instalação de serviços, nomeadamente a criação de um Centro de Interpretação da Cultura Judaica (na judiaria), e uma Loja do Concelho (promoção, divulgação e venda de produtos concelhios), um Cibercentro, o Centro de Estudos Ibéricos (CEI), e a Ordem dos Médicos (Programa Polis, 2000: 54).

5.5 – O turismo como valorização do património da cidade da Guarda.

Em 1974 na obra *A Guarda no Turismo Nacional*⁷⁸ o autor Madeira Grilo chamava a atenção para a falta de bons acessos à cidade da Guarda, sobretudo a partir da fronteira de Vilar Formoso, constituindo este um dos principais acessos ao nosso país aos turistas espanhóis, e o mais próximo da cidade em estudo. O acesso dificultado constituía um problema ao turismo e conseqüentemente de desenvolvimento económico da cidade da Guarda, pois grande parte dos visitantes que a localidade recebia eram de nacionalidade espanhola⁷⁹.

⁷⁸ GRILO, Madeira (1974). *A Guarda no Turismo Nacional*. Guarda: Comissão Municipal de Turismo da Guarda.

⁷⁹ De notar que hoje em dia apesar de ter sido criada uma autoestrada e os acessos serem consideravelmente melhores e mais seguros, a instauração de portagens veio novamente dificultar e diminuir a visita regular de turistas espanhóis à cidade da Guarda. Contribuem para a diminuição um fluxo de visitas regular, o qual iria

O autor constatou que o turista procura sobretudo o que é antigo. No entanto a zona histórica da cidade da Guarda carecia de uma valorização, pelo que seria necessário uma “iluminação adequada, piso remodelado, construções de granito lavadas das nódoas que a argamassa e a cal lhe emprestaram” (GRILO, 1974: 12). Elaborou vários circuitos guiados que exploram as potencialidades deste distrito, o qual “poderá ser visitado por interesses diferenciados: amendoeiras, castelos e fortificações e serra” (GRILO, 1974: 13).

Na verdade, à época, o turismo cultural associado ao património arquitetónico prevalecia frente à quase inexistência do natural devido ao quase desaparecimento da mata municipal e à falta de espaços verdes espalhados pela cidade, flagelo para o qual foi chamada à atenção no projeto elaborado pelo Instituto de Urbanismo e Planeamento da Universidade Técnica de Aachen, tal como já foi mencionado anteriormente.

Tal como Madeira Grilo constatou, já nos anos 70 do século XX o turismo surgia com uma grande relevância para o desenvolvimento económico da cidade e da região, e para a preservação e valorização dos maiores pontos atrativos, tal como as zonas históricas e o património natural. Dado este impacto económico, o turismo e a valorização do património são alvos de grande atenção tanto por parte dos municípios, e, como tal, torna-se importante para um centro urbano que se quer competitivo apresentar uma oferta turística variada, de qualidade e bem divulgada junto de todos os segmentos turísticos.

Neste contexto, parece surgir uma oportunidade para a valorização do passado, e para a promoção do seu conhecimento. Os princípios desenvolvidos na Carta Internacional do Turismo Cultural⁸⁰ apontam neste sentido, nomeadamente, facilitar e encorajar as pessoas envolvidas na conservação e na gestão do património a tornarem o significado desse património acessível à comunidade residente e aos visitantes, pois tal como é disposto no carácter fundamental da mesma carta, “o património natural e cultural pertence a todas as pessoas” (ICOMOS, 1999: 2).

beneficiar tanto o comércio tradicional localizado no centro histórico, como a consequente valorização e proteção do património edificado aí localizado.

⁸⁰ *Carta Internacional do Turismo Cultural* (1999). ICOMOS. Cidade do México.

Assim se compreende que na cidade da Guarda, tal como aconteceu noutras localidades, com o intuito de alcançar tal objetivo, se identifiquem iniciativas por parte da Câmara Municipal da Guarda, através do Turismo da Guarda⁸¹ (Imagens 13 e 14) e do surgimento do projeto *Patrimonium*, assim como por associações locais, tal como a Culturguarda E.M., a Agência para a Promoção da Guarda (APGUR), e o Museu da Guarda que adquirem um papel importante dentro deste âmbito. Sobretudo porque vão procurar integrar o património material e imaterial, em grande medida fruto não só das iniciativas descritas anteriormente, como da própria evolução dos conceitos de património cultural, e da valorização do imaterial.

A Culturguarda⁸² (Gestão da Sala de Espetáculos e Atividades Culturais) constitui-se como uma empresa municipal, a qual para além de dirigir a programação do Teatro Municipal da Guarda (TMG)⁸³ e editar a Agenda Guarda (agenda cultural com início em outubro de 2011, e de publicação mensal), tem realizado, desde 2008, sob encomenda da Câmara Municipal, o *Julgamento e Morte do Galo do Entrudo*, assim como a iniciativa intitulada *Passos à Volta da Memória*, realizada desde 2010⁸⁴.

O *Julgamento e Morte do Galo do Entrudo* (Imagens 24 a 28) é algo que tem raízes antigas. A tradição do cortejo, julgamento e sentença do galo era o auge da celebração do Carnaval nesta região⁸⁵. Com o intuito de recuperar a tradição, de promover um Carnaval de raízes portuguesas (ao invés de brasileiras), e, em última instância, de chamar a

⁸¹ O primeiro posto de turismo da Guarda foi inaugurado em 1960, com sede no rés do chão do antigo edifício da Câmara Municipal da Guarda, localizado na Praça Luís de Camões. A sua criação adveio da importância que o turismo já comportava à época, sendo que era já visto como um importante impulsionador para o desenvolvimento da cidade e da sua região envolvente. Atualmente tem sede no Solar dos Póvoas, localizado na mesma praça. Para além da publicação de várias obras, o Turismo da Guarda recentemente lançou a iniciativa de disponibilizar vários áudio-guias, os quais permitem a visita guiada aos principais locais do centro histórico desta cidade através de um aparelho eletrónico.

⁸² Diretor: Américo Rodrigues; Presidente do Conselho de Administração: Joaquim Carlos Dias Valente; Vogais: Virgílio Edgar Garcia Bento e Vítor Fazenda dos Santos.

⁸³ O Teatro Municipal da Guarda pretende prestar um serviço público de acesso à cultura.

⁸⁴ Estas são atividades denominadas como “exteriores” pois a principal função da Culturguarda diz respeito à gestão e programação da oferta cultural do TMG.

⁸⁵ “O julgamento público, sentença e morte do galo constitui um curioso ritual de expiação, uma catarse colectiva que expurga as culpas individuais e colectivas, imputando ao galo a responsabilidade por todos os desmandos e acontecimentos na localidade ao longo do ano: questões passionais, desvio de águas da rega, mudança de marcos divisórios das terras, desavenças viciniais, adultério...”. <http://jmg.mun-guarda.pt>. Última consulta: 3/7/2013, 19:15h.

população ao centro histórico e como tal conseguir promover a proteção do seu património edificado, a Câmara Municipal da Guarda encomendou à Culturguarda a realização deste cortejo de carnaval, o qual parte do Jardim José de Lemos e termina na Praça Luís de Camões, com o julgamento e morte do galo. Segundo dados fornecidos pela Culturguarda, nas edições de 2008, 2009 e 2011, esta iniciativa contou com a participação de cerca 7000 visitantes; em 2010 contou com cerca 5000 pessoas; em 2012 com cerca 6000 pessoas; e em 2013 são esperados cerca de 4000 participantes desta celebração carnavalesca.

Relativamente à iniciativa *Passos à Volta da Memória*, consiste numa atividade realizada no âmbito do Projeto de Teatralização do Centro Histórico da Guarda, inserido na candidatura *Política de Cidade – Parcerias para a Regeneração Urbana*. Trata-se de uma visita encenada, através da qual o visitante tem a oportunidade de ficar a conhecer melhor o centro histórico da cidade da Guarda através da atuação e informação fornecida por um ou mais atores que conduzem essa mesma visita.

Na sua primeira edição, *Passos à Volta da Memória – Uma Visita Encenada ao Centro Histórico da Guarda* (Imagens 15 e 16), foram realizadas 41 sessões de 22 de julho a 18 de Setembro de 2010, contando com a participação de 1.512 visitantes. Teve lugar em todo o centro histórico, tendo sido guiada pelo alcaide da cidade nos finais do séc. XIV, Álvaro Gil Cabral; na segunda edição *Passos à Volta da Memória II – Uma Visita Encenada à Sé Catedral da Guarda* (Imagens 17 a 19), realizada de 7 de junho a 31 de agosto de 2011, contaria com 108 sessões e 4.558 visitantes; e na sua terceira edição em 2012, a visita teve duas edições, uma das quais realizada na judiaria da cidade intitulada *Passos à Volta da Memória III – A Presença Judaica na Guarda* (Imagens 20 e 21). Teve lugar de 19 de junho a 31 de agosto, contando com 57 sessões e um total de 1.929 participantes. A outra sessão, *Passos à Volta da Memória IV – Romagem Teatral ao Cabeço das Fráguas* (Imagens 22 e 23), teve lugar no Cabeço das Fráguas, de 14 de julho a 22 de setembro,

contou com 11 sessões e 237 participantes. Constitui-se como a única visita efetuada fora do centro histórico no âmbito desta iniciativa⁸⁶.

Ao serem realizadas no centro histórico da cidade da Guarda, ambas as iniciativas representam um importante meio de promoção, divulgação e valorização do património edificado aí localizado. Constituem-se verdadeiramente como duas manifestações culturais que se podem incluir dentro da temática das cidades criativas, a qual abordámos na Parte I desta dissertação, ao valorizar o património edificado, sem no entanto realizar uma verdadeira ação física sob o mesmo, mas ao invés, a valorização ocorre pela promoção de uma atividade cultural realizada dentro ou nas imediações do edifício a qual leva as pessoas ao centro histórico.

Por sua vez, a Agência para a Promoção da Guarda⁸⁷ seria criada em 2007⁸⁸ conjuntamente pela Câmara Municipal da Guarda e pela Associação Comercial da Guarda, no âmbito de candidatura apresentada pela Associação Comercial da Guarda à medida da Unidade de Acompanhamento e Coordenação (UAC) do programa PRIME (Programa de Incentivos à Modernização da Economia), criado pelo IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação).

Com a criação desta agência pretendia-se atrair compradores para as lojas do centro histórico, conseguindo, com tal iniciativa, proceder a uma necessária dinamização do comércio tradicional localizado na zona histórica desta cidade, o qual sofreu os efeitos do esvaziamento que aí se verificou. Um dos objetivos desta promoção seria combater o despovoamento e o abandono comercial, revitalizando o comércio local e renovando a caracterização visual e estética do centro histórico, contribuindo desse modo de uma forma efetiva no sentido de recuperar o património edificado aí existente. É sublinhada a importância de uma aposta sustentada no turismo de qualidade, na promoção do património histórico, e no aproveitamento da proximidade com Espanha.

⁸⁶ Esta visita conta já com edição prevista para o ano 2013, *Passos à Volta da Memória V – Um Poeta na Cidade*, de 2 de julho a 31 de agosto. A temática da visita irá centrar-se em torno do poeta Augusto Gil, com uma visita realizada no centro histórico aos pontos de interesse relacionados com a vida do autor.

⁸⁷ Gestor: António Saraiva.

⁸⁸ A par da criação desta agência foram igualmente criadas outras agências de modernização e dinamização do comércio tradicional em Almeida, Manteigas e Fornos de Algodres.

Segundo os estatutos da Agência para a Promoção da Guarda iria ser editado um boletim informativo, instalados postos de informação, assim como aplicada uma sinalética comercial, promocional e patrimonial urbana. Outra medida apontada para promover o comércio tradicional no centro histórico, passava pela promoção do património histórico, e a sua reabilitação, o que prova a grande interdependência. Tais medidas, para além de contribuírem para a promoção do comércio, constituem-se igualmente como um importante processo de valorização do património edificado⁸⁹.

A AGPUR, ou Guarda ConVida, para além das medidas já referidas, publica desde 2007 um jornal trimensário denominado *Centro Urbano*, o qual se apresenta como um suplemento do jornal *O Interior*. Esta publicação é um meio importante e abrangente de divulgação e promoção das atividades realizadas por esta agência. Para além da publicação deste suplemento, esta agência publicou vários livros sobre a história e o património da cidade da Guarda, tal como *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*, guias turísticos para venda, um Guia da Cidade, Guia do Património do Centro Histórico da Guarda, o Roteiro das Marcas Mágico-Religiosas no Centro Histórico (o qual seria publicado em livro), um Roteiro Comercial do Centro Histórico, postais, ímanes e outros objetos de índole turística. Implantou ainda sinalética turística por toda a cidade, traduzida para espanhol e inglês, e seguindo um mapa do centro histórico desta cidade (Imagens 29 a 33).

Por fim importa analisar a história e as atividades realizadas pelo Museu da Guarda⁹⁰, visto que contribui igualmente para a promoção e divulgação do património da cidade da Guarda. Esta instituição tem a pretensão de divulgar o património da cidade, assim como de todo o distrito da Guarda. É um museu que pretende atuar como um fórum, um local aberto a todos, e a sua antiga diretora, Dulce Helena Borges, demonstrou a sua pretensão de que o museu fosse uma parte integrante da sociedade e que divulgasse o património da região. Na sua obra *O Museu da Guarda: entre o Passado e o Futuro. Espaços e*

⁸⁹ www.guardaconvida.pt. Última consulta: 3/7/2013, 14:14h.

⁹⁰ Museu regional, o qual integra a rede portuguesa de museu do Instituto de Museus e Conservação (IMC). Encontra-se sob tutela da Direção Regional de Cultura do Centro.

*Coleções*⁹¹, Dulce Borges afirma que “o museu deve refletir a especificidade histórica e cultural do distrito da Guarda” (BORGES, 2003: 182).



Conjunto arquitetónico classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 28/82, DR, I Série, n.º 47, de 26-02-1982). Inicialmente aqui funcionou o Paço Episcopal e o Seminário da Guarda. Hoje, da esquerda para a direita, encontra-se o Paço da Cultura e o Museu da Guarda. A meio na capela esteve temporariamente instalada uma exposição de Arte Sacra, encontrando-se encerrada de momento. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

Através da sua exposição permanente e das exposições temporárias que vai albergando, de facto contribui para a divulgação do património da região. Após uma visita, seja qual for o nível de formação ou até de interesse do visitante, é possível ter-se uma boa perceção, por exemplo, das várias ocupações pelas quais esta região passou. A divulgação deve ser feita junto da população, de modo a que mesmo sem a visita ao museu se fique a conhecer a história e o património da região. Idealmente a divulgação junto da população levará a que seja desperta a curiosidade de visitar o museu, conseguindo assim novos públicos. Dessa maneira a população irá ficar a conhecer melhor o seu património através da visita às suas exposições.

⁹¹ BORGES, Dulce Helena Pires (2003). *O Museu da Guarda: entre o Passado e o Futuro. Espaços e coleções*. Viseu: Palimage Editores.

Este museu é um templo e um fórum de participação da sociedade e de divulgação do património. Contudo, necessita de consolidar a sua ação junto de todos os segmentos da população local. Segundo o seu programa, a divulgação do património do distrito, concelho e centro histórico da Guarda deverá ser feita de uma maneira mais eficiente, em primeira instância sobretudo junto da população mais idosa, e em segunda instância a nível nacional, de modo a que este museu da região dê de facto a conhecer o seu património, tão importante na construção da memória e da identidade da população. Citando Dulce Helena Borges, “a vocação do Museu da Guarda é a representatividade do território multifacetado em termos geográficos, geológicos, ambientais, culturais e antropológicos que administrativamente integra o distrito da Guarda.” (BORGES, 2003: 181).

Ainda dentro do âmbito das valorizações do património ocorridas através dos movimentos turísticos, surge-nos o *Projecto de Regulamento de Visitas Guiadas ao Património Histórico-Cultural da Guarda*⁹². Este projeto, realizado pelos Serviços de Turismo da Câmara Municipal da Guarda, e aprovado pelo então Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Joaquim Carlos Dias Valente, a 12 de maio de 2011, nasce no seguimento da obrigatoriedade dos municípios contribuírem para o desenvolvimento e regulamentação dos movimentos turísticos existentes nas suas cidades, assim como para a divulgação do património aí existente. Surge igualmente da necessidade de se regulamentar as visitas guiadas dos visitantes ao centro histórico da cidade da Guarda, neste caso as “visitas acompanhadas por técnicos ao património histórico-cultural da Guarda tendo como principais destinatários grupos organizados de visitantes” (DR, 2ª série, nº 97: 1).

Aponta-se como principal objetivo deste projeto, a promoção do desenvolvimento de vários aspetos relativos à vivência no concelho e cidade da Guarda, tais como o “desenvolvimento local, o património, a cultura e o turismo” (DR, 2ª série, nº 97: 1). Os principais destinatários, como foi referido anteriormente, são grupos organizados, constituídos por visitantes com idade superior ou inferior a 18 anos, ou por alunos que se devem fazer acompanhar dos seus pais ou professores. Quanto aos circuitos e percursos

⁹² *Projecto de Regulamento de Visitas Guiadas ao Património Histórico-Cultural da Guarda* (2011). DR, 2ª série, nº 97.

das visitas, tais ficam condicionados por vários fatores, tal como o interesse do grupo, o tempo de permanência na cidade, ou até pelas condições climatéricas.

Um aspeto marcadamente positivo do que ficou disposto neste projeto, diz respeito à possibilidade da realização de visitas praticamente ao longo de todo o ano, com exceção do domingo de Páscoa e dia de Natal, o que permite uma grande flexibilidade e uma oferta alargada aos visitantes. Estas visitas cobram uma verba que reverte em favor do município, a qual poderá eventualmente vir a ser utilizada no sentido de preservar e conservar os monumentos do centro histórico.

Conclusão prospetiva: uma proposta de visitas “virtuais”.

Estudar o património edificado desta cidade, significou entender todos os processos de mudança, os quais não são de todo lineares, pois muitas vezes se verifica que o mesmo agente age mesmo de forma oposta. Nuns momentos conservando o património, enquanto noutra ocasião, respondendo a outras pretensões, pode agir de uma maneira destrutiva, ou por outras palavras, a mesma entidade, dependendo da época, pode ativar ou desativar funcionalmente um edifício, se não mesmo destruí-lo. Portanto, o que procurámos clarificar, foi, em primeiro lugar, quais os principais processos de valorização e desvalorização do património, e entender quais os agentes que os levaram a cabo, ao longo do tempo, e com que propósito.

Também várias vezes se verificou que estes processos se podem ampliar, e a valorização de um edifício levou à valorização de outro adjacente. Contudo a desvalorização de um edifício levou a que o mesmo sucedesse aos que se encontram nas suas imediações apresenta-se mais frequente. No fundo, a valorização dos edifícios, no seu conjunto geral, implica a valorização do centro histórico da cidade da Guarda, da própria cidade, e, num sentido mais lato, do seu concelho, e até distrito. Esta parece ser uma das conclusões: um processo que apresenta ritmos diferentes, dependentes de conjunturas, políticas, económicas e culturais e de agentes múltiplos: elites, *experts*, comunidades.

Ou seja, a análise da evolução da noção de património relativamente ao caso específico da cidade da Guarda demonstra precisamente esta multiplicidade de fatores e de variáveis, de evidências entre uma falta de sensibilidade relativamente ao património edificado numa época, e por outro lado a sua preservação numa outra. Se hoje se nota alguma falta de sensibilidade ela poderá ser mais aparente, e como que fruto de uma suspensão de iniciativas que se identificaram atrás. Por exemplo, denota-se a existência de alguma preocupação com o património edificado, sobretudo relativamente ao património religioso como a Sé Catedral e a Igreja de S. Vicente, juntamente com a Igreja da Misericórdia, a partir da sua construção no séc. XVIII.

É também de sublinhar que algumas marcas territoriais ter-se-ão mantido na longa duração. A Torre de Menagem e a muralha, e as suas torres, sempre se mantiveram presentes na admiração e imaginário dos egitanienses. Contudo, tal não lhes poupou o destino que iriam ter no séc. XIX, marcado por sucessivas destruições de lanços de muralha e de duas das suas torres. O mesmo se passou com o antigo Convento de Santa Clara, o qual foi destruído para dar lugar ao progresso, tal como foi referido anteriormente no ponto 4.2 e 5.1. Relativamente a estes casos denota-se que apesar da sua adquirida importância para a vida e identidade da cidade, assim que a sua função se perdeu, ou outra mais pertinente se sobrepôs, tanto as autoridades municipais, como até a população no geral, tomaram a decisão ou de sacrificar estas construções, ou simplesmente de as esquecer.

Um dos aspetos mais relevantes a ter em conta para o estudo da evolução da noção de património nesta cidade, diz respeito à tardia adoção de medidas específicas relativas à sua proteção, assim como à paisagem urbana da cidade, ou seja, a preservação da paisagem cultural, que inclui o natural. Apesar da classificação de Monumento Nacional (MN) atribuídas à Sé Catedral em 1907 e à Torre de Menagem em 1910, e a classificação de Imóvel de Interesse Público (IIP) atribuída à Igreja e edifício da Misericórdia em 1978, e à Igreja de São Vicente em 1982, apenas em 1994, com a publicação do Plano Diretor Municipal tais medidas ficariam definitivamente estipuladas, e posteriormente desenvolvidas com o Plano Estratégico da Guarda, publicado em 1995.

Apesar de todas estas ambivalências, não se pode falar de uma completa falta da noção do que é património e da sua importância na cidade da Guarda, porém, esses valores mudaram conforme a época, o discurso, e a necessidade. Tais mudanças explicam como um monumento numa época pode ser valorizado e noutra, desvalorizado, tendo em conta os usos e os desusos. Ou seja, a questão é avaliar, de futuro, se o património assume um papel central no discurso e na ação políticas, responsável pela afirmação da cidade no mosaico competitivo das cidades portuguesas, se ele é visto como fator de atração, de fixação, de

rentabilização, sobretudo, como vimos atrás, porque a cidade não cresceu ao ritmo de outras cidades mais próximas, sobretudo desde os meados do século XIX.

Um dos casos mais alarmantes continua a dizer respeito à judiaria, localizada no centro histórico da cidade da Guarda. Local que se quer de visita turística regular, é de estranhar como é constantemente relegado a um esquecimento por parte das autoridades ligadas ao património, e até por parte da população local. Iniciativas como os *Passos à Volta da Memória*, realizada desde o verão de 2010, e com edição prevista para o verão do ano presente, foram essenciais no sentido de divulgar esta zona da cidade e a sua história, pois, a olho nu, tal tarefa torna-se muito dificultada devido à degradação e descaraterização dos edifícios antigos, e a falta de concordância dos edifícios mais recentes. O excessivo estacionamento automóvel torna igualmente dificultada a leitura do principal largo da judiaria, assim como de muitas das suas ruas e ruelas. Por isso apontamos para a criação de visitas “virtuais “ como formas de dar vida a estes lugares, porque (re) viver é criar uma oportunidade para valorizar.

Enquanto no passado a valorização e desvalorização do património se fazia mais diretamente sobre o próprio edifício, hoje em dia nesta cidade tais ações são realizadas de uma maneira mais exterior ao monumento. Ou seja, não temos dúvida que a criação de iniciativas de encenação, de recriação, de tridimensionalidade, contribuíram para a agregação de um património edificado a um imaterial, caminho que não exploramos, mas cujas evidências recentes parecem apontar e que exigirão muito esforço. Como exemplo de tal afirmação, temos o da realização do *Julgamento e Enterro do Galo do Entrudo*. É uma iniciativa que tanto pela sua tradição como originalidade, ao se distanciar do carnaval brasileiro, chama muitos visitantes ao centro histórico da cidade, como tal constituindo-se como uma manifestação cultural importante no sentido de divulgar o património edificado aí existente.

As atividades próprias de uma cidade que se quer dinâmica a nível cultural e da promoção do seu património, ou seja, de uma cidade criativa, são aqui desenvolvidas, e constituem um importante processo de valorização, mas também de divulgação e promoção do

património edificado desta cidade. É importante chamar não só os turistas ao centro histórico da Guarda, mas também se torna vital atrair, “seduzir” a população local, de modo a que seja adquirido um novo valor e importância baseada no conhecimento, e consequentemente, se verifique a valorização da zona histórica da sua cidade.

Tanto por iniciativa da Câmara Municipal da Guarda, como também por iniciativa do Museu da Guarda, assim como de associações locais, como por exemplo, a Guarda ConVida (Agência para a Promoção da Guarda – AGPUR), são hoje em dia levadas a cabo várias iniciativas culturais, realizadas sobretudo no espaço do centro histórico. Tais iniciativas, de uma maneira mais direta ou indireta, valorizam o centro histórico, tanto o património edificado aí existente, o qual constitui o objeto de estudo desta dissertação, como os serviços que se localizam nessa zona, e os quais é necessário dinamizar, pois ao dinamizar os serviços criam-se, por princípio, melhores condições de habitabilidade, e o que é habitado é mais facilmente preservado. O princípio da funcionalidade/função, é a vitalidade que sustenta os novos usos frente a usos do passado.

Tal como se pode verificar pela adesão às atividades realizadas na cidade, como acontece com os *Passos à Volta da Memória* que na sua segunda edição *Passos à Volta da Memória II – Uma Visita Encenada à Sé Catedral da Guarda*, realizada de 7 de junho a 31 de agosto de 2011, contaria com 108 sessões e 4.558 visitantes, torna-se claro que se forem efetuadas atividades adequadas a todas as faixas etárias, e igualmente se essas atividades forem devidamente divulgadas, a população da cidade da Guarda adere, passando assim a conhecer e a valorizar o património edificado existente no seu centro histórico, e, em sentido mais lato, na sua cidade.

Se há muito a proteção contínua dos monumentos já se encontra instituída, sobretudo desde a publicação da *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* (publicada em 1972)⁹³, a verdade é que por vezes não tem a devida aplicação. Contudo, no caso das obras de grande vulto, como a ação de Rosendo Carvalheira sobre a Sé Catedral, acautelou o seu desaparecimento, embora com as limitações da época. O mesmo já não

⁹³ *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* (1972). UNESCO. Paris.

aconteceu com a judiaria, a qual ainda carece de uma ação de valorização que ajude esta importante zona histórica da cidade a voltar à sua antiga forma. Eventualmente porque não existe mais uma comunidade judaica que lhe dê vida. O que é central na identificação/identidade/sentido de pertença do património.

Tais processos valorativos e desvalorativos, como foi mencionado, podem ter um impacto no património edificado, mas também na paisagem urbana e cultural da cidade. Esta sofreu muitas e profundas modificações com o grande desenvolvimento conhecido sobretudo a partir dos anos 50 do séc. XX, com a proliferação da construção em altura⁹⁴. O crescimento muito desregulado, e sem ter em conta o aspeto embrionário medieval da cidade, causou o desaparecimento de uma identidade característica desta cidade de antiga fundação. Pode efetivamente falar-se de uma despatrimonialização da paisagem natural, da mancha verde que rodeava a cidade.

Atualmente, por exemplo, o turista que venha de Espanha por via automóvel, ou que apanhe o comboio, infelizmente apenas vislumbra prédios, enquanto anteriormente a este surto construtivo o visitante via a Sé Catedral e a Torre de Menagem. Hoje em dia até o vislumbre da mais alta torre coincide com o ponto mais alto da cidade se encontra dificultado, como se procurou provar com as imagens colhidas.

Foi proposta uma resposta a esta situação no projeto *Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda*, levado a cabo em 1982 pelo Instituto de Urbanismo e Planeamento da Universidade Técnica de Aachen. Este trabalho surgiu no seguimento de um acordo entre o CEMAR e o Instituto de Urbanismo e Planeamento da Universidade Técnica da Vestfália Renane em Aachen, de modo a prestar “apoio às autarquias locais portuguesas no capítulo do planeamento.” A escolha da cidade da Guarda como a primeira localidade onde seria realizado este estudo, deveu-se “ao especial significado e dificuldade da sua problemática” (DORTER, 1982: 2).

⁹⁴ Sobre a proliferação da construção em altura, veja-se RODRIGUES, 2000: 466-476.

Infelizmente, a maioria das soluções apontadas neste projeto não foram aplicadas, mas a serem-no, constituiriam de facto uma mudança interessante na cidade, pois desse modo, os efeitos nefastos do desregramento urbanístico seriam minorados. Entre as propostas, a da circulação automóvel não teve aplicação, embora com a aplicação de algumas soluções, como se apresentou em capítulo competente. O problema do estacionamento é agravado devido à fisionomia da maior parte das casas localizadas no centro histórico, a qual apresenta uma arquitetura de piso térreo, sem garagem.

Se tais mudanças tivessem sido efetuadas de um modo regrado, a paisagem não se teria modificado desta maneira irreversível, e hoje em dia a cidade da Guarda apresentaria uma paisagem urbana mais apelativa, onde o velho conviveria em harmonia com o novo. Apesar das mudanças serem tão naturais como necessárias, a preservação da sua leitura e identidade históricas é algo que nunca deveria ter descurado.

Após a análise da Guarda enquanto cidade histórica, cidade comercial, cidade medieval, cidade saúde, torna-se imperativo tentar responder à questão – e hoje, que cidade é a Guarda? Será correto assumir o que foi afirmado no projeto *Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda*, de que a Guarda, devido à elevada dispersão dos seus aglomerados populacionais, não pode ser considerada uma cidade?

Não cremos que seja oportuno efetuar essa afirmação, pois a Guarda enquanto cidade apresenta os serviços e as condições mínimas para ser alvo de tal definição. Contudo, com certeza ganharia muito mais tanto a nível regional, como nível nacional se a aposta na cultura e no património fosse menos modesta e sobretudo mais divulgada. Não importa efetuar obras de vulto, tal como as que foram realizadas na Torre de Menagem e na sua envolvente se as mesmas não forem divulgadas junto da população. Sem conhecimento não há valorização, tal como sem identidade não existe o desejo de preservar. Dar-se a conhecer a si aos seus deveria ser um pilar importante na ação do município junto dos seus munícipes.

De facto é difícil fazer uma apreciação absoluta e dizer que o centro histórico da cidade da Guarda, e o património edificado aí existente, foram maioritariamente alvo de intervenções positivas ou negativas. Contudo é seguro afirmar que a paisagem da cidade foi sobretudo alvo de processos desvalorativos, ao ter mudado permanentemente a sua configuração. Hoje os esforços realizados em torno de melhorias na cidade centram-se sobretudo na melhoria do centro histórico, e, mesmo assim, confinado sobretudo a zonas e monumentos específicos, como a Praça Luís de Camões e a Sé Catedral e a Torre de Menagem.

O esvaziamento do centro histórico é contudo a sua maior debilidade. Ao não serem habitados, os edifícios particulares dificilmente serão recuperados. Mesmo nos que são habitados, as intervenções tornam-se muito dificultadas devido ao sigilo e à burocratização excessivos de que essas ações são alvo. As medidas presentes no Plano Diretor Municipal da Guarda relativamente à intervenção nos imóveis localizados no centro histórico deveriam ser revistas, de modo a se adaptarem à realidade atual, e sobretudo a cativar a tão necessária fixação da população nessa zona. Serviria igualmente para dinamizar os serviços, os quais se ressentem, e hoje são cada vez menos os que ainda subsistem. Desde época antiga uma zona com atividade comercial fervilhante, dinamizada pelos vários mercados e pela feira de São João, o centro histórico tornou-se hoje num espelho débil do que outrora foi. Torna-se difícil olhar para as ruas e ruelas quase vazias e imaginar toda a vida que, até a um passado não muito recente, ainda apresentavam.

Verifica-se que apesar de várias situações lamentáveis, das quais se destaca a degradação da judiaria e do antigo Sanatório Sousa Martins, no geral o património foi sobretudo valorizado. O que se encontra em maior défice nesta cidade é sua projeção e cimentação como cidade verdadeiramente turística, e não apenas como local de passagem. Seria interessante que a cidade da Guarda potenciasse o seu património através de atividades como feiras medievais ou feiras de artesanato, as quais por norma chamam um grande número de pessoas. Ao invés da duração de apenas uma noite como é o caso do *Julgamento e Morte do Galo do Entrudo*, ou apenas um mês no verão como se passa com os *Passos à Volta da Memória*, seria interessante promover atividades de maior duração e com maior incidência ao longo de todo o ano, tendo em consideração os próprios ciclos e

atividades económicas do passado e do presente. Aproveitar os factos históricos da cidade, os quais se apresentam como um leque variado e vasto, poderia ser um aspeto a considerar pelas associações locais e pela Câmara Municipal da Guarda.

Finalmente, não seria descabido promover visitas de alguma forma “virtuais” que localizassem o antes e o depois da intervenção, que avivassem a memória, que, de forma pedagógica, levasse à reflexão da evolução urbana. Cartazes, desdobráveis, maquetes, seriam processos possíveis. Contudo, tomando como base os roteiros turísticos publicados por associações como a “Guarda ConVida”, ou o Turismo da Guarda, avançamos com a proposta de incluir nesse trajeto os não-lugares. Ou seja, usando a aceção de Marc Augé (AUGÉ, 2005: 67), dar a este lugares já sem vida, novos sinais, procurando adquirir identidade, um estatuto de lugar, mesmo que de passagem, ou seja, que adquira a dimensão identitária, relacional e histórico, Ora estas dimensões criam-se se for criando um potencial conhecimento desses pontos virtuais, porque não deixaram marcas físicas, a não ser os topónimos. A nossa sugestão é agregar imagens (de jornais, de desenhos de maquetes, de sinalética) e conhecimento.

Trata-se de um roteiro que incluiria locais onde outrora se localizou património que foi ou destruído, ou desvalorizado. Seria interessante avançar com tal projeto porque daria coerência espaço-temporal às visitas. Neste trajeto dentro do centro histórico seria incluída a visita à Torre de Menagem, onde seria explicado que aí se havia localizado a alcáçova do castelo, assim como vários edifícios, dos quais hoje apenas resta a própria torre. Daí se continuaria para a Escola EB 2+3 de Santa Clara, de modo a explicar que aí existiu um convento e a seu lado a Torre da Covilhã.

A visita continuaria para a Sé Catedral onde os visitantes tomariam conhecimento tanto dos edifícios que se lhe encontraram adossados, como dos vários ornamentos que já existiram no seu interior, incluindo a referência ao desaparecido órgão grande. Seria igualmente incluída a visita à cidadela do torreão, hoje transformada no Largo do Torreão e num miradouro. Aí seria explicado aos visitantes que naquele local se localizou uma cidadela que constituía um reduto tão defensável como a cidadela do castelo da Guarda.

Seguidamente, fora do centro histórico a visita iria deslocar-se até ao Sanatório Sousa Martins, onde seriam visitados os três pavilhões já mencionados neste estudo, assim como a sua mata. A visita a estes locais, juntamente com os locais já existentes nos percursos turísticos seria de elevado interesse de modo a demonstrar as várias fases pelas quais já passaram os edifícios ainda existentes, e sobretudo, a demonstrar quais já existiram e contribuíram para a história e desenvolvimento desta cidade.

Deteria igual valor efetuar um estudo dos indivíduos que frequentaram o Sanatório Sousa Martins, de modo a saber quem eram, de onde vinham e para onde foram, conhecendo assim de uma maneira mais pessoal as muitas pessoas que passaram por aquela instituição, as suas histórias e o seu percurso, de modo igualmente a entender qual o seu contributo, se o houve, para a cidade da Guarda, tanto a nível demográfico, caso se aqui tenham instalado, como a nível económico, o qual advinha da sua instalação na cidade, assim como do estrato social de onde provinham (vide anexo 1)

Bibliografia**Fontes manuscritas****Cartografia**

Carta Militar de Portugal, folha nº 203, escala 1:25 000, 1998.

Mappa topographico das villas e terras que formavao a comarca d'Arganil, antes da lei de 19 de Julho de 1790 [Material cartográfico] : de toda a comarca de Coimbra e de parte das comarcas da Guarda, Vizeo, Aveiro, Leiria e Thomar, de Magni, José Carlos, 1790.

Arquivo Distrital da Guarda

Junta Geral do Distrito, “Auto da abertura de propostas e d’ adjudicação d’ uma empreitada de demolição do extinto Convento de Santa Clara, escolha de materiaes e remoção d’ entulhos”, 31/12/1887, depósito I.

Fontes impressas**Jornais e revistas**

Jornal Districto da Guarda.

CARVALHEIRA, Rosendo (1899). *Memória Sobre a Cathedral da Guarda.* In *Jornal Districto da Guarda.*

Revista Praça Velha. Guarda. Guarda: Núcleo de Animação Cultural/ Câmara Municipal da Guarda.

Relatórios

Carta Internacional do Turismo Cultural (1999). ICOMOS. Cidade do México.

Convenção Europeia da Paisagem (2000). Conselho da Europa. Florença.

Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972). UNESCO. Paris.

Plano Diretor Municipal da Guarda (1994). DR – I série B. Nº 166.

Plano Estratégico da Guarda (1995). Guarda: Câmara Municipal da Guarda.

Projecto de Regulamento de Visitas Guiadas ao Património Histórico-Cultural da Guarda (2011). DR, 2ª série, nº 97.

Bibliografia

AGUIAR, Carlos Alexandre de (1940). *Causas que Presidiram à Urbanização da Cidade da Guarda*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.

ALMEIDA, Aires (2010). “Recensão crítica ao livro Guarda Vista do Céu/ Guarda From the Sky”. In *Revista Praça Velha*, nº 28, ano XIII, 1ª série, Novembro 2010, pp. 313-315.

ANDRADE, D. Edgar Maria Gomes de; ALISEDA, Don Julián Mora (2010). “Gestão urbana e cultural: a cidade de Lisboa”. In ANDRADE, Pedro de; BARROS, José da Cunha; MARQUES, Carlos Almeida. *Arte Pública e Cidadania: novas leituras da cidade criativa*. Casal de Cambra: Caleidoscópico – Edição e Artes Gráficas, SA, pp. 103-121.

ANDRADE, Pedro de; BARROS, José da Cunha; MARQUES, Carlos Almeida (2010). *Arte Pública e Cidadania: novas leituras da cidade criativa*. Casal de Cambra: Caleidoscópico – Edição e Artes Gráficas, SA.

ANDRADE, Pedro de (2010). “Introdução”. In ANDRADE, Pedro de; BARROS, José da Cunha; MARQUES, Carlos Almeida. *Arte Pública e Cidadania: novas leituras da cidade criativa*. Casal de Cambra: Caleidoscópico – Edição e Artes Gráficas, SA, pp. 13-30.

AUGÉ, Marc. (2005). *Não-Lugares – Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa. 90 Graus Editora.

AZEVEDO, Carlos M. (dir.) (2004). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. 4 Vols.

BARROS, José da Cunha (2010). “Turismo e lazer: sedução e cultura da diferença em espaços públicos urbanos”. In ANDRADE, Pedro de; BARROS, José da Cunha; MARQUES, Carlos Almeida. *Arte Pública e Cidadania: novas leituras da cidade criativa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA, pp. 139-152.

BENEVOLO, Leonardo (1995). *A Cidade na História da Europa*. Coleção Construir a Europa. Lisboa: Editorial Presença.

BORGES, Dulce Helena (1997). “Encontro com a cidade”. In *Praça Velha*, Ano I, nº 1, 1ª série, junho 1997, pp. 27-44.

BORGES2, Dulce Helena (1997). “Encontro com a cidade (2)”. In *Praça Velha*, Ano I, nº 2, 1ª série, novembro 1997, pp. 5-15.

BORGES, Dulce Helena (2010). *Guarda. Roteiros Republicanos*. Lisboa: QuidNovi.

BORGES, Dulce Helena Pires (coord.) (2006). *Manifesto de Uma Paixão*. Guarda: Instituto Português de Museus; Centro de Estudos Ibéricos.

BORGES, Dulce Helena Pires (2003). *O Museu da Guarda: entre o Passado e o Futuro. Espaços e colecções*. Viseu: Palimage Editores.

BORGES, Dulce Helena (2000). “Proposta de musealização do ex-Sanatório de Sousa Martins da Guarda”. In *Praça Velha*, Ano III, nº 7, 1ª série, julho 2000, pp. 189-217.

BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni (2010). “Prólogo”. In ANDRADE, Pedro de; BARROS, José da Cunha; MARQUES, Carlos Almeida. *Arte Pública e Cidadania: novas leituras da cidade criativa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA, pp. 5-11.

CASARES, Baca; FERNÁNDEZ, Román (2000). “Patrimonio histórico e identidade cultural”. In OREJA, Miguel Ángel Castillo. *Ciudades Históricas: Conservación y desarrollo*. Toledo: Fundación Argentaria, pp. 97-110.

Castelo da Guarda (1991). Ficha de registo do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). Última consulta: 3/7/2013, 11:30h.

Catedral da Guarda/ Sé da Guarda (2008). Ficha de registo do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). Última consulta: 3/7/2013, 11:35h.

CASTRO, José Osório da Gama (1902). *Diocese e Districto da Guarda*. Porto: Typographia Universal.

CHOAY, Françoise (2000). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

CHOAY2, Françoise [1965] (2000). *O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia*. São Paulo: Editora Perspectiva.

CHORÃO, Maria José Bigotte (2002). *Memórias Paroquiais*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda.

COELHO, Maria Helenada Cruz; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (1999). *Forais e Foros da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1999) – “Memórias Municipais da Guarda”. In COELHO, Maria Helenada Cruz; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. *Forais e Foros da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, pp. 20-34

COSTA, Fernando Jorge dos Santos; PORTUGAL, João António de Sequeira (1985). *Aguiar da Beira. A história, a terra e as gentes*. Aguiar da Beira: Câmara Municipal de Aguiar da Beira.

CUSTÓDIO, Jorge (coord.) (2010). *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. IGESPAR. Lisboa.

DIAS, Cecília Falcão (2004). “O “aformoseamento” – gentes, normas e obras, de 1900 a 1939.” In FERREIRA, Jaime (coord.). *A Guarda Formosa na Primeira Metade do século XX*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos; Câmara Municipal da Guarda, pp. 38-93.

DORTER, Rainer, e outros (1982). *Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda*. Aachen: Instituto de Urbanismo e Planeamento da Universidade Técnica de Aachen.

FERNANDES, Lúcia Maria Marques (1997). *Novos Elementos Sobre a Cidade da Guarda – Sécs. XIII ao XVII*. Separata da Revista *Praça Velha*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda.

FERREIRA, Jaime (coord.) (2004). *A Guarda Formosa na Primeira Metade do século XX*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos; Câmara Municipal da Guarda.

GARCÊS, José (1999). *História da Guarda. Oitocentos Anos de Cidade*. Lisboa: Âncora Editora.

GOMES, J. Pinharanda (2000). “Guarda, Diocese da”. In AZEVEDO, Carlos M. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 2., pp. 309-318.

GOMES, J. Pinharanda (1981). *História da Diocese da Guarda*. Braga: Editora Pax.

GOMES, J. Pinharanda (2001). *Memórias da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda.

GOMES, Rita Costa (1987). *A Guarda Medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. Coleção Cadernos da Revista de História Económica e Social. Guarda: Livraria Sá da Costa Editora.

GOMES, Rita Costa (1996). *Castelos da Raia*. Vol. I, Beira. Lisboa: IPPAR.

GRILO, Madeira (1974). *A Guarda no Turismo Nacional*. Guarda: Comissão Municipal de Turismo da Guarda.

GUILLAUME, Marc [1980] (2003). *A Política do Património*. Lisboa: Campo de Letras.

Igreja e Edifício da Misericórdia da Guarda (1991). Ficha de registo do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). Última consulta: 3/7/2013, 11:57h.

Igreja Paroquial de São Vicente/ Igreja de São Vicente (2008). Ficha de registo do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). Última consulta: 3/7/2013, 12:04h.

ISIDRO, Alexandra (coord) (2009). *Leite, cardo e mão frias – O queijo Serra da Estrela no Concelho da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda; Núcleo de Animação Cultural.

JACINTO, Rui (2004). “Apontamentos para a identificação de uma cidade: território, demografia e sociedade”. In FERREIRA, Jaime (coord.). *A Guarda Formosa na Primeira Metade do século XX*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos; Câmara Municipal da Guarda, pp. 16-37.

JORGE, Vítor Oliveira (2005). “Património, Neurose Contemporânea? Alguns apontamentos sobre o papel da memória colectiva na Idade da Fragmentação”. In V. Oliveira Jorge (coord.), *Conservar Para Quê?*. Porto - Coimbra: DCTP/FLUP – CEAUP/FCT.

LACAZE, Jean-Paul (1995). *A Cidade e o Urbanismo* Lisboa: Instituto Piaget.

LACAZE, Jean-Paul (1998). *O Ordenamento do Território*. Biblioteca Básica de Ciência e Cultura, nº 55. Lisboa: Instituto Piaget.

NEVES, João Paulo Cardinal Martins (2011). *Esboço histórico-artístico da Sé Catedral da Guarda*. Guarda: Culturguarda.

OLIVEIRA, Américo; SILVA, Filomeno (2000). *Montemuro – A última rota da transumância*. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense.

OLIVEIRA, Carlos (1940). *Apontamentos para a Monografia da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda.

OLIVEIRA, João Nunes de (2010). “Entre a Tradição e a Inovação. A agricultura da Beira Alta nos séculos XVIII e XIX”. In *Revista Portuguesa de História*, t. XLI, pp. 73-103.

OREJA, Miguel Ángel Castillo (2000). *Ciudades Históricas: Conservación y desarrollo*. Toledo: Fundación Argentaria.

PEIXOTO, Paulo (2003). “Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades”. In Colóquio: *A cidade entre projectos e políticas* (30 de Junho de 2003). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PEREIRA, Vítor; PENA, António (coord.) (2008). *Roteiro Arqueológico da Guarda. Território, paisagens e artefactos*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda.

PINHEIRO, Elisa Calado (2008). *Rota da Lã Translana* (2 vols.). Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

RAMALHO, António Leite (2004). *Urbanismo. Retratos Urbanos*. Póvoa do Varzim: Câmara Municipal da Póvoa do Varzim.

RAU, Virgínia (1983). *Feiras Medievais Portuguesas – subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Editorial Presença.

REMESAR, Antoni; SILVA, Fernando Nunes da (2010). “Regeneração urbana e arte pública”. In ANDRADE, Pedro de; BARROS, José da Cunha; MARQUES, Carlos Almeida. *Arte Pública e Cidadania: novas leituras da cidade criativa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA, pp. 83-102.

ROCHA, Alípio da (1997). *Monografia de Valhelhas* (2ª ed). Valhelhas: Junta de Freguesia de Valhelhas.

RODRIGUES, Adriano Vasco (2008). “As Invasões Francesas, a Guarda e a sua Região”. In *Praça Velha*, ano XI, nº 24, 1ª série, junho 2008, pp. 9-31.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1992). *Celorico da Beira e Linhares. Monografia Histórica e Artística* (2ª ed). Celorico da Beira: Câmara Municipal de Celorico da Beira.

RODRIGUES, Adriano Vasco (2000). *Guarda Monografia. Pré-História, História e Arte*. Guarda: Santa Casa da Misericórdia da Guarda.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1977). *Monografia Artística da Guarda*. Guarda: Comissão Municipal de Turismo da Guarda.

RODRIGUES1, Américo (coord) (2004). *A Transumância e Fernão Joanes – sonhos transumantes*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda; Núcleo de Animação Cultural; Junta de Freguesia de Fernão Joanes.

RODRIGUES2, Américo (coord) (2004). *O Cobertor de Papa e as Campainhas de Bronze de Maçainhas*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda/ Núcleo de Animação Cultural; Junta de Freguesia de Maçainhas.

ROMANA, José Manuel Trigo Mota da (2004). *O São João na Guarda – feira e festa*. Coleção Fio da Memória, caderno nº 28. Guarda: Câmara Municipal da Guarda.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (1995). *O Restauo da Sé da Guarda: Rosendo Carvalheira e o poder sugestivo da arquitectura*. Separata da «Revista da Faculdade de Letras», II série, vol. XIII. Porto.

SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA.

SEQUEIRA, Hélder (2002). “Apontamentos sobre o Sanatório Sousa Martins”. In *Praça Velha*, ano V, nº 12, 1ª série, novembro 2002, pp. 116-133.

SERRÃO, Joel (coord.) (1963-1971). *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2. Porto: Livaria Figuerinhas.

SILVA, Fernando Nunes da (2003). “Ordenamento do território e património cultural. Tradição e mudança”. In Revista *Al-Madan*, IIª série, nº 12 (Dez. 2003), pp. 103-108.

SILVANO, Filomena (2003). “Patrimonialização do espaço e afirmação identitária na construção cultural de paisagens na Área Metropolitana de Lisboa”. In Revista *Al-Madan*, IIª série, nº 12 (Dez. 2003), pp. 129-134.

SOARES, Torquato de Sousa (1963) – “Concelhos”. In SERRÃO, Joel (coord.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2. Porto: Livaria Figuerinhas, pp. 137-140.

TROFANENKO, B. (2006). “Interrupting the gaze: on reconsidering authority in the museum”. In *Journal of Curriculum Studies*, vol. 38, nº 1, pp. 49-65.

VINUESA, Miguel Ángel Troitiño (2000). “Ciudades históricas, turismo y desarrollo sostenible”. In OREJA, Miguel Ángel Castillo. *Ciudades Históricas: Conservación y desarrollo*. Toledo: Fundación Argentaria, pp. 67-96.

Viver a Guarda. Programa Polis (2000). Lisboa: Programa Polis; Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

Sítios Eletrónicos

<http://www.facebook.com/culturguarda.guarda> Página de Facebook da Culturguarda. Última consulta: 16/7/2013, 23:54h.

<http://www.guardaconvida.pt> Agência para a Promoção da Guarda. Última consulta: 3/7/2013, 14:14h.

<http://www.igespar.pt> Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. Última consulta: 13/08/2013, 12.15h.

<http://www.igeo.pt/> Instituto Geográfico Português. Última consulta: 16/09/2013, 25:05h.

<http://jmg.mun-guarda.pt> Julgamento e Morte do Galo do Entrudo. Última consulta: 3/07/2013, 19:15h.

<http://www.monumentos.pt> Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). Última consulta: 13/08/2013, 11:43h.

<http://www.mun-guarda-pt> Câmara Municipal da Guarda. Última consulta: 13/08/2013, 09:21h.

<http://www.snit.pt> Sistema Nacional de Informação Territorial. Última consulta: 3/07/2013, 13:17h.

Anexos

Anexo 1

Para melhor organizar e sistematizar a informação recolhida através da análise comparativa, definiu-se uma grelha de análise que compilasse, em particular, os vários processos de valorização e desvalorização do património ocorridos nesta cidade, como se observa na tabela seguinte:

Monumentos	Sécs. XII – XVIII	Sécs. XIX – XX	Séc. XXI (atualidade)
Castelo da Guarda	<p><i>Séc. XII ou XIII – Construção.</i></p> <p><i>1221 – Obras no castelo.</i></p> <p><i>1290 – Início da construção das Torres de Menagem e Ferreiros.</i></p> <p><i>Séc. XV – Construção da Torre da Covilhã.</i></p> <p><i>Construção do castelo finalizada.</i></p> <p><i>1758 – Muralha em mau estado.</i></p>	<p><i>1801 – Derrube de troço de muralha.</i></p> <p><i>1835 – Derrube de troço de muralha.</i></p> <p><i>1847 – Derrube da Torre Velha e da cidadela do Torreão.</i></p> <p><i>1897/ 1899 – Derrube da Torre Nova (Torre da Covilhã).</i></p> <p><i>1910 – Torre de Menagem classificada como MN.</i></p> <p><i>1935 – Derrube de troço de muralha.</i></p> <p><i>1942-2004 – Obras de conservação e restauro pela DGEMN.</i></p> <p><i>1951 – Torre dos Ferreiros e restantes</i></p>	<p><i>2000 – Requalificação da muralha e da sua envolvente, e iluminação cénica da cidadela (Programa Polis).</i></p> <p><i>2009 – Inauguração do Projeto <i>Patrimonium</i>.</i></p>

		<p>troços de muralha classificados como MN.</p> <p>1989 – Escavação sob tutela do IPPC.</p> <p>1995-1997 – Escavação com direção de Lídia Maria Marques Fernandes.</p> <p>S/ data – Construção de depósitos de água nas imediações da Torre de Menagem.</p>	
Convento de Santa Clara	<p>1369 – Destruição do primeiro convento devido à sua localização extramuros.</p> <p>1377 – Construção de novo convento.</p>	<p>1887 – Destruição do convento.</p> <p>1892 – Construção de um novo edifício no seu lugar. Inicialmente serviu de sede da Câmara Municipal da Guarda, entre outras funções.</p>	<p>2013 – Ainda em utilização. Funciona como Escola EB 2+3.</p>
Sé Catedral	<p>1208/ 1209 – Provável existência da primeira sé.</p> <p>1230 – Nova catedral, localizada extramuros.</p> <p>1369 – Demolição da</p>	<p>1897 – Publicação da Memória sobre a Sé Cathedral da Guarda.</p> <p>1899-1921 – Obras de restauro encetadas por Rosendo Carvalheira.</p> <p>1907 – Imóvel</p>	<p>2013 – Ainda se encontra aberta ao culto. Visita ao telhado possibilitada, encontrando-se sob a tutela da Direção Geral de Cultura do Centro.</p>

	segunda sé. <i>1390-1540</i> – Construção da terceira e atual Sé Catedral.	classificado como MN.	
Igreja de São Vicente	<i>1260</i> – Referência a templo de origem medieval.	<i>1790</i> – Marca o início ou conclusão da reconstrução desta igreja. <i>1797</i> – Reconstrução já se encontrava completa. <i>1982</i> – Imóvel classificado como IIP.	<i>2006</i> – Projeto de restauro dos azulejos apresentado pelo Programa Polis. <i>2013</i> – Ainda se encontra aberta ao culto.
Igreja da Misericórdia	<i>1611</i> – Referência a capela primitiva. <i>Séc. XVIII</i> (sem data precisa) – Reconstrução deste templo.	<i>1978</i> – Imóvel classificado como IIP.	<i>2013</i> – Ainda se encontra aberta ao culto. No seu edifício anexo funciona um centro de Assistência Social (jardim de infância e cozinha económica), assim como uma farmácia e um espaço destinado a vendas a retalho.
Sanatório Sousa Martins		<i>1899</i> – Criação da ANT. <i>1902</i> – Início da construção da cerca.. <i>1904</i> – Início da construção dos três pavilhões.	<i>2000</i> – Dulce Helena Borges publica uma “Proposta de musealização do ex-Sanatório Sousa Martins”. <i>2004</i> –Imóvel em vias de classificação.

		<p><i>1907</i> – Conclusão das obras, e inauguração do Sanatório.</p> <p><i>1908</i> – Obras no pavilhão nº 1 – aumenta para o dobro.</p> <p><i>Anos 20</i> (s/ data precisa) – Obras no Pavilhão nº 1. Acrescento de novo piso.</p> <p><i>1945</i> – ANT passa a IANT.</p> <p><i>1950</i> – Obras no Pavilhão nº 1 de modo a albergar mais camas.</p> <p><i>1974</i> – Extinção do Sanatório.</p>	<p><i>2005</i> – É anunciada a instalação do Museu Nacional de Saúde num dos antigos pavilhões.</p> <p><i>2013</i> – Não se concretizou a proposta de musealização. Apenas o Pavilhão nº 1 s encontra ainda em funcionamento. Pavilhões nº 2 e 3 estão em ruína.</p>
--	--	--	--

Sistematização dos processos de valorização e desvalorização apontados neste estudo.



Imagem 3: Cobertura em telhado da Torre de Menagem. (Fonte: Vanessa Pita, 2012).



Imagem 4: A instalação desta estação de radiocomunicações dificulta igualmente a visualização em pleno da Torre de Menagem e representa um grande impacto na sua paisagem envolvente. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Imagem 5: Avenida central do Sanatório Sousa Martins em 1924. (Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA, p. 164).

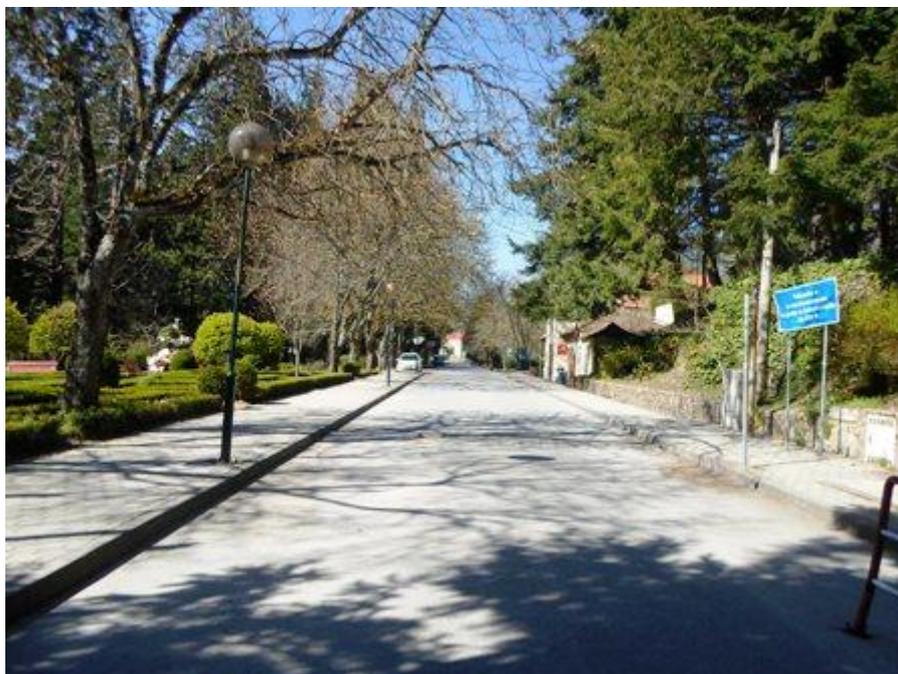


Imagem 6: Avenida central do Parque de Saúde da Guarda (antigamente Sanatório Sousa Martins) na atualidade. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Imagem 7: Entrada do Sanatório Sousa Martins (s/ data). Fonte: SARAIVA, António (coord.) (2008). *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA, p. 162).



Imagem 8: Entrada do Parque de Saúde da Guarda (antigamente Sanatório Sousa Martins) na atualidade. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Imagem 9: Casa típica da judiaria localizada no largo principal. Apesar da casa ainda se encontrar habitada, a falta de conservação é evidente. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Imagem 10: Largo principal da judiaria. Denota-se a degradação dos edifícios, assim como o estacionamento excessivo, o qual dificulta a leitura do espaço. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Imagem 11: Apesar de ser positiva a ocupação da judiaria por parte de novos habitantes, a falta de respeito pela traça original do edifício, tal como se encontra previsto do Plano Diretor Municipal da Guarda, torna-se num elemento descaracterizador do aspeto original que esta zona apresentaria. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

Meses	Nº Total de visitantes	Faixa etária dos visitantes						Nacionalidade dos visitantes				
		0 aos 5	6 aos 10	11 aos 20	21 aos 40	41 aos 60	mais de 60	Portuguesa	Espanhola	Francesa	Brasileira	Outras
Janeiro	288	2	3	197	48	28	10	278	2	0	0	8
Fevereiro	153	3	8	5	104	31	2	143	10	0	0	0
Março	202	2	131	4	26	35	4	152	9	0	0	41
Abril	207	7	10	9	133	34	14	183	24	0	0	0
Mai	314	1	0	135	26	109	43	263	29	2	6	14
Junho	436	1	56	31	109	200	39	324	57	12	0	3
Julho	401	46	94	39	96	100	26	321	28	46	4	2
Agosto	725	13	40	81	327	165	99	478	46	73	13	115
Setembro	342	11	17	25	144	64	81	268	34	6	16	18
Outubro	340	4	6	0	147	87	96	279	45	0	5	11
Novembro	454	2	211	136	16	51	38	427	27	0	0	0
Dezembro	204	11	29	16	56	74	18	180	18	0	3	3
Total	4066	103	605	678	1232	978	470	3296	369	139	47	215

Imagem 12: Estatística dos visitantes do centro do centro de receção da Torre de Mensagem em 2012 . (Fonte: Turismo da Guarda).

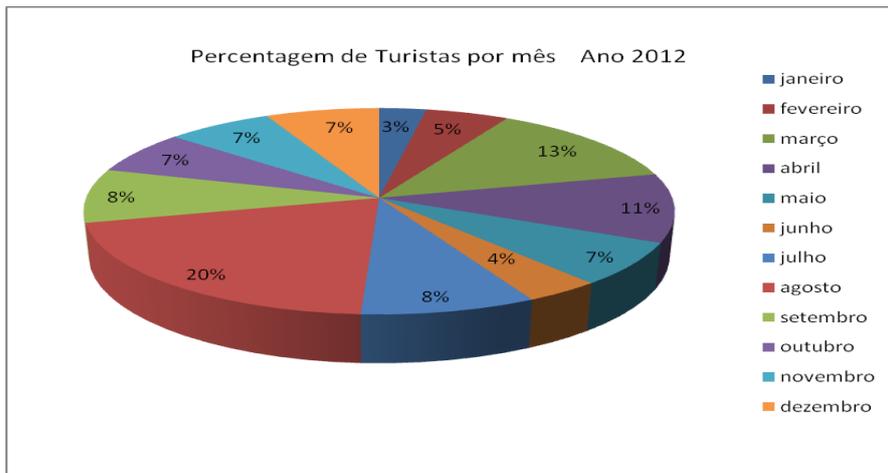


Imagem 13: Percentagem de turistas visitantes do centro histórico da cidade da Guarda por mês no ano 2012. O mês de agosto surge como o mês com mais visitantes, seguido pelo mês de março. (Fonte: Turismo da Guarda).

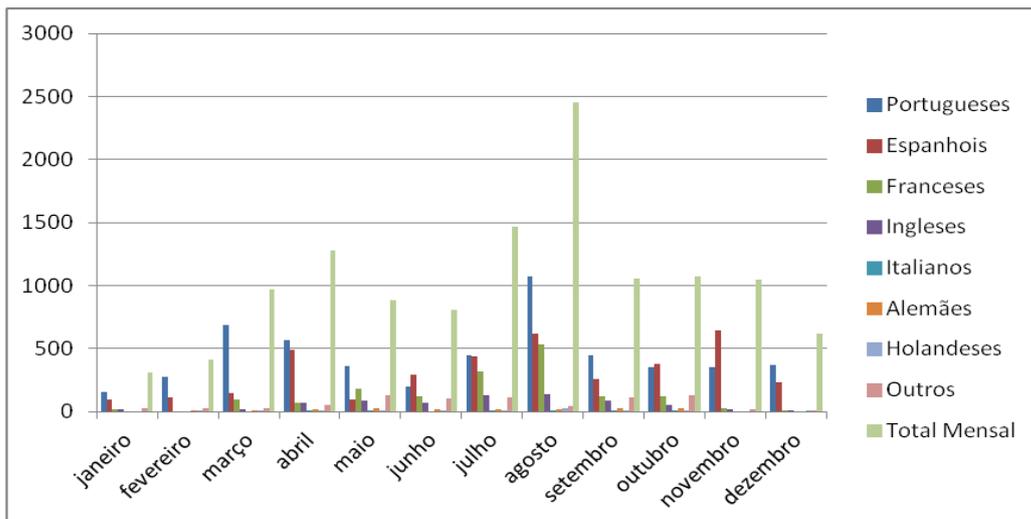


Imagem 14: Nacionalidades dos turistas que visitaram o centro histórico da cidade da Guarda em 2012. Denota-se a predominância de turistas de nacionalidade portuguesa e espanhola, seguidos pelos turistas de nacionalidade francesa, sobretudo nos meses do verão. (Fonte: Turismo da Guarda)



Imagem 17: Postal oferecido na segunda edição dos *Passos à Volta da Memória II – Uma Visita Encenada à Sé Catedral da Guarda*, realizada de 7 de junho a 31 de agosto de 2011. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).

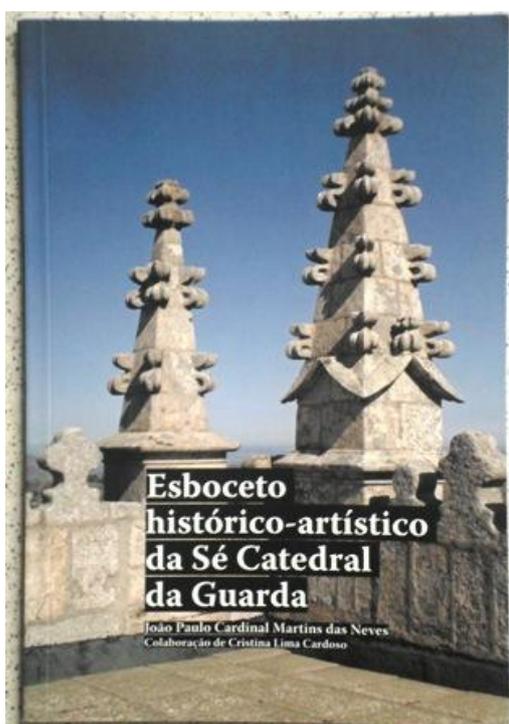


Imagem 18: Livro igualmente oferecido na segunda edição dos *Passos à Volta da Memória*. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Imagem 19: Um dos atores que conduziram as visitas encenadas à Sé Catedral. (Fonte: www.facebook.com/culturguarda.guarda. Última consulta: 16/7/2013, 11:16h).



Imagem 20: Postal oferecido na III edição dos *Passos à Volta da Memória III – A Presença Judaica na Guarda*, realizada entre 19 de junho e 31 de agosto de 2012. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Imagem 21: Uma das atrizes que guiou as visitas à judiaria. (Fonte: www.facebook.com/culturguarda.guarda. Última consulta: 16/7/2013, 23:54h).



Imagem 22: Postal oferecido na IV edição dos *Passos à Volta da Memória IV – Romagem Teatral ao Cabeço das Fráguas*, realizada entre 14 de julho e 22 de setembro de 2012. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Imagem 23: Atores que conduziram as visitas encenadas ao Cabeço das Fráguas. (Fonte: Vanessa Pita, 2012).



Imagem 24: O cortejo do *Julgamento e Morte do Galo do Entrudo* a passar na Rua Alves Roçadas em direção à Praça Luís de Camões. (Fonte: www.facebook.com/culturguarda.guarda. Última consulta: 17/7/2013, 00:09h).



Imagem 25: O julgamento do galo a decorrer na Praça Luís de Camões. (Fonte: www.facebook.com/culturguarda.guarda. Última consulta: 17/7/2013, 00:11h).



Imagem 26: Outro aspeto do julgamento. (Fonte: www.facebook.com/culturguarda.guarda. Última consulta: 17/7/2013, 00:12h).



Imagem 27: Por fim, o galo é condenado... (Fonte: www.facebook.com/cultuguarda.guarda. Última consulta: 17/7/2013, 00:14h).



Imagem 28: ... E queimado. (Fonte: www.facebook.com/cultuguarda.guarda. Última consulta: 17/7/2013, 00:15h).



Imagem 29: Sinalética instalada pela AGPUR nos principais pontos turísticos da cidade da Guarda. Na foto, relativa à Torre de Menagem. Apresenta tradução para Espanhol e Inglês, assim como um mapa roteiro. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Imagem 30: Pormenor do mapa roteiro. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Imagem 31: Sinalética relativa ao Roteiro das Marcas Mágico-Religiosas no Centro Histórico igualmente instalada pela AGPUR. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Imagem 32: Outro exemplo de sinalética instalada pela AGPUR em todos os principais pontos de interesse da zona central da cidade da Guarda (lado direito). Inclui igualmente indicações dos principais pontos comerciais (lado esquerdo). (Fonte: Vanessa Pita, 2013).



Imagem 33: Painel promocional do centro urbano da cidade da Guarda. No exemplo da fotografia localiza-se na Rua Camilo Castelo Branco, uma rua bem situada e que garante acesso à Torre dos Ferreiros. Encontra-se igualmente em vários acessos à cidade, chamando assim atenção ao visitante para o que poderá encontrar nesta cidade. (Fonte: Vanessa Pita, 2013).